

REVISTA DA
**ACADEMIA
BRASILEIRA
DE FILOGIA**



**Nº XXII
NOVA FASE
2018
Primeiro Semestre**

**REVISTA DA
ACADEMIA BRASILEIRA
DE FILOGIA**

Nova Fase
N.º XXII - 2018
Primeiro Semestre

EXPEDIENTE

Diretor

Antônio Martins de Araújo

Coordenador executivo

Claudio Cezar Henriques

Redator-chefe

Manoel Pinto Ribeiro

Secretário

Amós Coêlho da Silva

Divulgação e publicidade

Antônio Martins de Araújo

CONSELHO HONORÍFICO

Constituído por todos os sócios-correspondentes da
Academia Brasileira de Filologia

CONSELHO TÉCNICO

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,
Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados.

Diretoria
Academia Brasileira de Filologia

Biênio: maio de 2016 a maio de 2018

Presidente
Amós Coêlho da Silva

Vice-presidente
Deonísio da Silva

Primeiro Secretário
Paulo César da Costa Rosa

Segundo Secretário
Luiz Fernando Dias pita

Tesoureiro
Márcio Luiz Moitinha Ribeiro

Relações públicas
Marcelo Moraes Caetano

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho

SUMÁRIO

EDITORIAL – Manoel P. Ribeiro	7
ENSAIOS	
Clóvis Monteiro - Antônio Nunes Malveira (Pedro II e ABRFIL)	9
Reflexión Acerca de la Iconicidad entre la Posición del Sujeto en las Cláusulas y la Distribución de los Participantes en la Situación de Comunicación - Claudia Borzi - (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas y Universidad de Buenos Aires)	18
Dois Estudos Práticos para o Ensino da Língua Portuguesa no Brasil - Prof. Francisco da Cunha e Silva Filho (ABRAFIL e UFRJ)	51
Meu Encontro com Drummond - Prof. Dr. João Carlos de Carvalho (Professor Titular da Universidade Federal do Acre, Campus Floresta, Cruzeiro do Sul, Centro de Educação e Letras)	74
Atlas Etnolinguístico do Acre - Alac - Prof. ^a Dr. ^a Luísa Galvão Lessa Karlberg (Presidente da Academia Acreana de Letras / Pesquisadora Cnpq, Campus Floresta - UFAC)	78
Clóvis Monteiro - Manoel P. Ribeiro (UERJ e ABRFIL)	93
Impasse Linguístico na Comunicação Jurídica - Prof. Esp. Marcos Paulo de Menezes Gomes (Professor de Direito da Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO) Prof. ^a Dr. ^a Luísa Galvão Lessa Karlberg (Universidade Federal Do Acre – Campus Floresta)	97
A Repetição e sua Plurifuncionalidade no Texto Escrito - Maria Angélica Freire de Carvalho (Universidade Federal do Piauí)	107

ENTREVISTA

O Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva entrevista o Prof. Dr. Manoel Pinto Ribeiro	123
---	------------

RESENHAS

Se o Padre Feijó Fosse Candidato a Presidente - Deonísio da Silva (ABRAFIL)	128
--	------------

HOMENAGENS PÓSTUMAS

Sessão de Homenagem ao Professor Rosalvo do Valle (Academia Brasileira de Filologia 28/04/2018) Carlos Eduardo Falcão Uchôa	131
--	------------

Clóvis Monteiro (10.09.1898 / 13.07.1961) Primeiro Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	135
--	------------

Professor Junito Brandão: a simplicidade de uma mente brilhante	139
--	------------

MEMÓRIA

William Agel de Mello e seus Dicionários (Sócio-Correspondente da ABRAFIL)	141
---	------------

NOTICIÁRIO	142
-------------------------	------------

EDITORIAL

A Revista XXII da ABRAFIL traz artigos de Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Manoel Pinto Ribeiro, João Carlos de Carvalho, Luísa Galvão Lessa Karlberg, Marcos Paulo de Menezes Gomes/Luísa Galvão Lessa Karlberg, Maria Angélica Freire de Carvalho, Claudia Borzi, William Agel de Mello.

Carlos Eduardo Falcão Uchôa presta homenagem a Rosalvo do Valle, recentemente falecido. Manoel Pinto Ribeiro relembra a trajetória acadêmica de Clóvis Monteiro, seu antigo professor. João Carlos de Carvalho fala de seu encontro com Carlos Drummond de Andrade em uma livraria do Rio de Janeiro. Maria Angélica Freire de Carvalho, da Universidade Federal do Piauí, trata do tema A REPETIÇÃO E SUA PLURIFUNCIÓNALIDADE NO TEXTO ESCRITO. Luísa Galvão Lessa Kalsberg retoma o tema sobre o ATLAS ETNOLINGÜÍSTICO DO ACRE - ALAC.

CLAUDIA BORZI, professora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas da Universidade de Buenos Aires, fala sobre REFLEXIÓN ACERCA DE LA ICONICIDAD ENTRE LA POSICIÓN DEL SUJETO EN LAS CLÁUSULAS Y LA DISTRIBUCIÓN DE LOS PARTICIPANTES EN LA SITUACIÓN DE COMUNICACIÓN.

IMPASSE LINGÜÍSTICO NA COMUNICAÇÃO JURÍDICA é exposto pelo Prof. Dr. Prof. Esp. Marcos Paulo de Menezes Gomes, Professor de Direito da Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO e pela Prof.^a Dr.^a Luísa Galvão Lessa Karlberg, da Universidade Federal do Acre, Campus Floresta, Cruzeiro do Sul.

WILLIAM AGEL DE MELLO disserta sobre seus DICIONÁRIOS. William Agel de Mello é sócio-correspondente da ABRAFIL.

Aguardamos, até novembro deste ano, as contribuições para o número XXIII da revista da ABRAFIL.

Manoel Pinto Ribeiro
EDITOR-CHEFE

ENSAIOS

CLÓVIS MONTEIRO

Antônio Nunes Malveira

(Pedro II/ABRAFIL)

Nasceu a 10 de setembro de 1898 em Fortaleza e faleceu no dia 13 de julho de 1961, no Rio de Janeiro.

Quando cheguei ao Rio de Janeiro, na década de 50, egresso do seminário, familiarizei-me com o nome do Professor Clóvis do Rego Monteiro como estudioso da língua pátria, percutiente pesquisador dos problemas filológicos, trabalho penoso, árido e que somente os que têm amor ao vernáculo são capazes de realizá-lo. Não é tarefa para os improvisadores, mas uma dedicação destinada àqueles que palmilham os recônditos da língua em busca da verdade, muitas vezes oculta nos arquivos, em obras do passado, nas revistas, nos jornais, nas polêmicas que infelizmente desapareceram da imprensa.

Hoje, ninguém mais se preocupa em discutir questões de linguagem - é assunto de grupo fechado, restrito, de alguns professores idealistas desconhecidos do grande público. Vivemos a época das ciências econômicas e do lucro fácil. Como se a solidez da língua não fosse um fator de segurança do próprio Estado como um todo, pois é através dela que interpretamos as vacilações sociopolíticas e econômicas do país, para não citar a sutil explicação das leis. Sem seu domínio, não me parece fácil a construção de uma sociedade estável.

E nesta área insípida da filologia, o professor Clóvis Monteiro escreveu trabalhos de alto nível, indispensáveis a quantos se interessam pelo estudo do idioma. Em sua primorosa obra *Português da Europa e Português da América*, ele estuda os aspectos da evolução do nosso idioma e nela demonstra vastos conhecimentos da história e da geografia do continente americano, tudo aliado a uma sólida formação linguística. Nessa obra, hoje clássica, o autor analisa a estrutura das línguas grega e latina, do sânscrito e outras tantas, com admirável segurança de quem consumia as horas disponíveis do magistério, no silêncio da noite, em investigações exaustivas. Só quem vive na tranquilidade das bibliotecas poderá deixar à posteridade trabalhos de fôlego, de observações e consultas. As grandes realizações

dependem de um espírito metódico, e o mestre Clóvis Monteiro o tinha, a prova está em seus sucessos intelectuais.

Quando, em 1957, ingressei na Faculdade de Letras da U.E.R.J., dois nomes ilustres reboavam nos corredores da Instituição, admirados e acatados pelos alunos: o dos Professores Clóvis Monteiro e Antenor Nascentes, este, o mestre da filologia românica, e ambos tiveram grande influência na minha formação profissional.

O Professor Clóvis Monteiro era um homem calmo e sereno, de voz pausada como quem fala escandindo as sílabas, disciplinando a regência e a concordância verbal. Era portador de uma vasta cultura literária e histórica, e muitas vezes, durante as aulas demonstrou seu pendor para esse campo do conhecimento humano, ao lado de sua sólida cultura linguística. Quando recitava versos de Camões focava, com minúcias, não só a essência da língua, mas todos os aspectos sócio-históricos, geográficos e antropológicos da nação portuguesa na época da sua expansão marítima. Era o tipo de preleção indispensável a qualquer estudante de ciências humanas.

Como dissemos possuía uma grande inclinação para a literatura. Certa vez, ele ia nos falar a respeito de Saíd Ali e a filologia no Brasil - o assunto da aula. Antes, porém, aquiesceu-me que lhe formulasse uma pergunta - tratava-se do grupo mineiro. Ele empolgou-se, pôs-se de pé, e nos ofereceu a mais bela aula sobre o assunto; e durante vários dias os alunos comentaram aqueles momentos de estética literária. Era um intelectual de idéias próprias e quando citava autores estrangeiros, tinha sempre sua conclusão pessoal e lógica. E sempre nos dizia: "O professor, como ninguém, precisa ser um homem de estudos, de análise, um perscrutador dos fatos científicos para não se tornar num mero repetidor do pensamento alheio". Ele tinha uma teoria sobre análise sintática, *sui generis*, mas nunca chegou a escrevê-la, apesar dos insistentes pedidos dos alunos.

Nasceu para ser professor, pois tinha grande consideração pelos seus discípulos, tanto que punha à disposição dos menos afortunados sua primorosa biblioteca, no Cosme Velho. Se estivesse enveredado pelo caminho do direito, teria sido um excelente advogado, um jurista, uma vez que possuía o domínio da língua, uma capacidade de síntese, um enérgico poder lógico-filosófico, atributos indispensáveis à interpretação das leis.

Nas suas aulas, sempre tecia louvores ao Colégio Pedro II, trampolim da cultura nacional, do qual fora Catedrático através de brilhante concurso. Por ocasião de seu falecimento, em câmara ardente, no Salão Nobre do Colégio Pedro II, o ilustre Professor Rocha Lima, Catedrático de Português, em nome da Congregação, pronunciou-lhe um belo discurso, do qual destacamos esta passagem:

Clóvis Monteiro quer como Secretário de Educação da antiga capital da República; quer como mestre insigne de futuros professores, na cátedra universitária; quer, ainda, como intelectual de nomeada em todos os recantos do País, Clóvis Monteiro jamais deixou de ser – fundamentalmente, nuclearmente, sanguineamente – um homem do Colégio Pedro II. Nele, como em poucos, se haverá refletido melhor aquela humaníssima concepção de vida que tem construído, pelos tempos fora, a alma de nossa casa, com todo o generoso calor de sua fraternidade. Clóvis acreditou na força do trabalho, acreditou na força da bondade, acreditou na força da beleza.

Trabalhador, lutou como raros, na asperidade de um dia a dia gotejante do suor do seu rosto, para a glorificação épica de sua vitória de chefe de família e homem de bem. Como se percebe, o ilustre catedrático, professor Rocha Lima, como mestre da língua portuguesa que ele tanto amava desde a juventude, e a cultivava com seriedade ao longo dos anos, revelou sua alma artística, de poeta, de uma fina sensibilidade inerente aos homens de Letras, setor em que ele há muito atingiu o mais alto vôo. “Trabalhou, lutou como raros, na asperidade de um dia a dia”. Aqui, o orador, vibrante e emocionado, retrata com argúcia, o homem do velho Nordeste que, pelas circunstâncias do meio geográfico, político e social, batalha contra o tempo, contra as estruturas sociais, contra tudo, a fim de alcançar o ápice da glória. Poucos fogem a esse desafio, pois ali, naquela região inóspita, não há espaço para os pusilâmines. Só os fortes arrancam as pedras do caminho.

O professor Clóvis Monteiro foi imbatível diante dos fatos supervenientes da vida, uma vez que ainda em plena juventude perdeu seu pai, triste fato que o obrigou a dedicar-se ao árduo trabalho jornalístico para prover o sustento de sua querida mãe e de sete irmãos. Só quem viveu ou vive no velho Nordeste poderá avaliar conscientemente como foi dura a batalha. Aos 16 anos, foi secretário de “A Tribuna” um dos mais vibrantes jornais cearenses da época. Nele, por seu intermédio, o Dr. Matos Peixoto iniciou sua vida de jornalista. Aos 19 anos por concurso, ele assumiu o cargo de Professor Normalista da Armada, com exercício na Escola de Aprendizes de Marinheiros no seu estado natal, tendo entre seus alunos, o maestro Eleazar de Carvalho. Três anos depois, com 21 anos, escreveu a tese “Morfologia e Sintaxe dos Substantivos na Língua Portuguesa” e em torno da qual manteve uma polêmica através do Jornal do Comércio, do Rio, com o Professor Cândido de Figueiredo. Seu oponente pensava que estava discutindo com um homem amadurecido, um medalhão semi-erudito, mas qual a sua surpresa, quando verificou que o opositor se tratava de um jovem que, como poucos de sua idade, já era portador de uma vasta cultura linguística.

Formou-se em direito pela Universidade do Ceará, onde foi aluno do famoso romanista Professor Matos Peixoto. O aluno e o mestre mantinham discussões, oralmente, a respeito da etimologia de palavras. O professor Matos Peixoto não se conformava com o fato de o aluno prestar exames de 2.^a chamada, e costumava, de acordo com seu temperamento jansenista, dificultar as provas daqueles que, por circunstâncias tais, a elas não podiam se submeter no tempo hábil. O motivo do Professor Clóvis Monteiro era o excesso de trabalho, mas, assim mesmo, ele se destacava nas notas principalmente, nos exames orais. Com o firme propósito de alcançar o píncaro da montanha, transferiu-se para o Rio de Janeiro, em 1926, com 28 anos, e veio para ficar, e com isto ganhou o magistério carioca. Aqui chegando, não perdeu oportunidade e enfrentou os concursos públicos com firme determinação. Em 1928, obteve o 1.^o lugar no concurso para professor do Ensino Secundário da antiga Prefeitura do Distrito Federal, tendo como seu examinador, o professor David José Pérez. Na época, em que os concursos públicos eram valorizados, e o professor acatado pela elite cultural, isto era uma glória. Hoje infelizmente as coisas sérias são vistas por outro prisma. Até quando, ninguém sabe. Só Deus.

Não parou por aqui, era muito pouco para um homem de sua cultura e de sua inteligência. Três anos depois concorreu à Cátedra de Literatura para a Escola Normal do Distrito Federal, disputando com a célebre poetisa Cecília Meireles, a favorita e, além do mais, conhecidíssima nos meios intelectuais da capital da República. Muitos candidatos desistiram do concurso quando tiveram conhecimento da ilustre candidata, considerada, por não poucos, imbatível. No entanto ele não se afastou do caminho traçado; aliás o nordestino não renuncia fácil aos seus ideais. O professor Clóvis Monteiro enfrentou a batalha, como sempre, confiante em si mesmo, pois o único incidente seria não ganhar a Cátedra. E para a surpresa do público assistente, além do mais, seletos, ao término das provas ele e a poetisa estavam empatados nas notas. Ele brilhara nos exames orais, pois além do poder oratório dominava o assunto de sua tese: “Traços Românticos na Poesia Brasileira”. Na bibliografia que apresentou havia obras desconhecidas por alguns membros da banca examinadora, menos o mestre Nascentes que estava a par de tudo que se publicava na Europa em matéria de linguagem. O professor Clóvis Monteiro era frequentador assíduo da biblioteca dos Maristas, em Fortaleza, que renovava constantemente o acervo de seus livros, com publicações francesas, portanto, era uma biblioteca atualizada, longe do Rio de Janeiro.

O empate foi inesperado para o público. O presidente da banca examinadora era Antenor Nascentes, amigo intransigente do direito e da justiça, homem que colocava a dignidade humana acima de qualquer injunção

política, e, além de tudo isso percebeu a superioridade cultural do professor Clóvis Monteiro a quem, com voto de Minerva, deu-lhe a vitória final.

O triunfo consagrou-o nos meios intelectuais, e, daí em diante, sua estrela começou a brilhar com intensidade. Mas era imprescindível a sua marcha ascensional, e, desde, então, começou a pensar a sonhar com a Cátedra do Colégio Pedro II. No 1.º concurso concorreram: ele, Jacques Raimundo e Quintino do Vale, saindo vitorioso Quintino do Vale, ficando ele na segunda colocação. Nem sempre, podemos ser o primeiro em nossas lutas.

O fato, porém, de ter perdido o concurso para um colega ilustre como o professor Quintino do Vale, não lhe causou desânimo, ao contrário acendeu nele a chama da esperança, a certeza da vitória futura. O segredo estava em saber esperar outra oportunidade. E ao nordestino não falta a paciência de um novo encontro, porque a geografia do meio hostil lhe prepara para os embates da vida. E foi justamente isto que ocorreu com o mestre Clóvis. Quando se abriram as inscrições para o novo concurso da Cátedra, ele candidatou-se com a tese: “*A linguagem dos cantadores*”. Desta vez disputaram com ele, Jacques Raimundo, Sá Nunes, porém o Professor Clóvis Monteiro foi aprovado, como não poderia deixar de ser em 1.º lugar; e quem ler sua tese, não porá dúvida no êxito do concurso. ***A linguagem dos cantadores é um trabalho de pesquisa séria, de lucubrações, indispensáveis a quantos se interessam pelo estudo da linguagem popular. Antes dele, de meu conhecimento, há dois outros: O Linguajar carioca***, da autoria do mestre Nascentes, e o *Dialeto caipira*, de Amadeu Amaral.

O professor Clóvis Monteiro, na sua tese, analisa com sua autoridade, o vocabulário dos cantadores de maneira abrangente: os verbos, buscando sua origem, como do verbo *judiar* no sentido de maltratar, muito usado no Ceará, não somente pela classe inculta, mas também pelos letrados. Era comum nas fazendas: “tá judiando do bichinho”; com referência aos animais domésticos. No mesmo sentido o verbo era usado com referência às pessoas. “Você não pode judiar de seu irmão”; advertência que o pai de família fazia ao filho irascível, quando este se excedia aos irmãos mais frágeis.

Não faltou ao autor a paciência de verificar as palavras de procedência grega, hebraica, germânica, árabe, italiana, espanhola, provençais, turcas, persas, etc, todas elas inseridas na alma popular do velho Nordeste. Também não lhe passou despercebido o sistema fonético dos cantadores que ele esquadrinhou com espírito beneditino e outros aspectos morfoló-

gicos. Quanto à sintaxe o eminente catedrático demonstrou que os cantadores, homens do povo, humildes e sem instrução, não podiam ater-se à linguagem culta, mas nem por isso, tudo neles é irregular. “E, como quer que seja, não se sacrifica nunca a naturalidade e a clareza”. No auge da defesa da tese, no Salão Nobre do Pedro II, um dos examinadores, José Oiticica, criticou, com a veemência que lhe era peculiar, a sintaxe dos cantadores; mas o candidato, com sua serenidade, seu dom oratório, e com o domínio do assunto, provou ao examinador que a sintaxe não é patrimônio exclusivo da linguagem culta, porém, a língua do povo também possui a sua, uma vez que a fala dos humildes não deixa de ter a disposição das palavras na frase, no discurso, bem como a relação lógica das frases entre si. E essa defesa, ele a fez com diplomacia, porque conhecia o temperamento fluante do velho Oiticica, que já havia espinafrado de público o honrado candidato professor Sá Nunes. A sua vibrante defesa empolgou o auditório, o saudoso auditório dos concursos públicos do velho Colégio Imperial, pois Quintiliano já afirmava nas suas Instituições Oratórias: - “A eloquência é a ciência de falar bem – isto é, a força de persuadir e de convencer”.

Mas, ao final de tudo, valeram as noites insones, porque ser catedrático do Colégio Pedro II, o maior título de época, era a glória para qualquer intelectual. Qualquer homem de letras que alcançasse tal título, sentir-se-ia plenamente realizado e seu nome tornar-se-ia conhecido em todo território nacional. No seminário de Fortaleza, centro de estudos clássicos, os professores de Português do Pedro II eram conhecidos através de suas obras; lembro-me nomes citados pelo P^e Zezinho como: Antenor Nascentes, Said Ali, José Oiticica, Fausto Barreto, por intermédio de sua imortal antologia. O livro de ciências usado era o de Waldomiro Potsch, portanto os seminaristas conheciam à distância a essência cultural do nosso Pedro II – a fonte da história educacional do Brasil.

Mas voltemos ao nosso Clóvis Monteiro. A tese, *Linguagem dos Cantadores*, por ocasião de sua impressão foi reduzida na parte vocabular a fim de baratear o custeio da edição cujo orçamento ultrapassava as condições econômicas do candidato. A parte não impressa, ele levou-a em fichas para reforçar o conteúdo de sua defesa perante a banca examinadora. Esta parte, até hoje inédita do público especializado, encontra-se com sua eminente filha, Professora Eneida do Rego Monteiro Bomfim, Catedrática de Português da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ele pensava em refundir a obra com esse material, porém o destino não lhe permitiu a realização de seus sonhos. Foi uma perda para os estudos linguísticos, porém o prolongamento de nossa existência sempre foi e será uma incógnita. Em suas obras, percebe-se seu espírito de pesquisa e reflexão, e

em todas elas se encontra facilmente a marca de sua personalidade e a conclusão lógica de seus estudos, de seu pensamento autêntico, independente.

No seu livro – *Fundamentos clássicos do português do Brasil*, ele analisa a língua portuguesa no século XVI, no período cultista, no período arcádico, na época romântica, na época realista, na naturalista; o problema da língua nacional no Brasil, língua nacional e dialeto, o dicionário e a gramática de Moraes, etc. Esse livro foi o resultado das aulas ministradas por ele no curso de Letras da U.E.R.J, em 1959, e que, a pedido dos alunos, ele as tornou públicas, principalmente, para atender aos nossos exames finais, uma vez que a matéria não se encontrava condensada nos compêndios, estava completamente dispersa.

Apesar de nos lecionar o vernáculo com carinho, era patente sua inclinação para a literatura, o que se nota através das obras que escreveu, pois era portador de uma linguagem fluente e elegante, típica dos homens de sensibilidade artística. A sua cultura, percebia-se constantemente durante as aulas. A sua obra *Esboço de História da Literatura* resultou de um curso dado por ele, em 1940, no Colégio Andrews, aos alunos que se destinavam ao curso de Direito. Na turma havia uma aluna, Mariana de Lorena Moreira Bastos, dedicada e inteligente, que taquigrafava as preleções dos mestres e depois oferecia a cada um a cópia datilografada. Depois de concluído o curso, o Professor Clóvis Monteiro entendeu que devia reunir em livro aquelas aulas que tanto beneficiaram os alunos na sua formação cultural. E é ele quem afirma que lhe pareceu necessária a publicação, “por conterem correções a erros e equívocos de críticos brasileiros e portugueses, sobretudo, no que toca à posição de Gil Vicente na história do teatro ibérico, à interpretação de certos pontos da história do Classicismo, principalmente no período arcádico, e ao Romantismo, nas suas origens e evolução nas literaturas européias”. Rio, 27/02/1961.

O mestre Clóvis Monteiro, ao lado de sua imensa cultura, tinha o senso do administrador, o que não é comum ao intelectual, aos que se dedicam à pesquisa. Como Secretário de Educação no antigo Distrito Federal, realizou uma obra educativa com visão de estadista, uma vez que prestigiou o ensino industrial, e, além do mais, criou escolas rurais e duplicou a rede escolar. Apesar de ser um homem de letras entendia a importância do ensino profissionalizante. Além do mais, sabia como demonstrou, na sua gestão que nenhuma nação pode viver só de poesia e das obras de arte, apesar de, indubitavelmente retratarem a alma artística dos povos. Afirmava, porém que, ao lado de tudo isso, era imprescindível o estudo prático, objetivo, a mão de obra especializada, e, sobretudo, a larga investigação científica. Tinha consciência de tais programas, pois, certa vez, em plena aula de português demonstrou a importância do ensino técnico para o de-

envolvimento do Brasil. E afirmava: “O Ministério da Educação necessita com urgência de um plano educacional realista que prepare desde o marceiro até o mais eficiente pesquisador, porém sem nunca descurar o ensino da língua”. Advertência feita no final da década de 50, infelizmente, ainda incontestável. E quem estudar um pouco o envolver da nossa educação perceberá, sem esforço, a decadência do nosso ensino.

Em 1935, o P.^o Arlindo Vieira S. J. publicou um livro – A Decadência do Ensino no Brasil, com belo prefácio do Dr. Jonathas Serrano. É uma publicação de 175 páginas que inicia com uma carta do Professor Clóvis Monteiro ao autor, e da qual destacamos o seguinte texto: “sua crítica é na verdade severa, mas justa e necessária”. E mais ainda: “as melhores provas, pois, de quanto tem baixado o nível do nosso ensino secundário guardam-nas certamente em seus arquivos as escolas superiores para onde afluem alunos de todos colégios a revelarem, em geral, venham de onde vierem, as mesmas deficiências e os mesmos vícios em sua formação intelectual”. E em outra passagem da carta afirma: “os médicos que mais se distinguem entre nós, nos domínios puros da ciência, não são, de certo, os que ignoram rudimentos de grego. (O Professor Clóvis Monteiro aprendeu grego no seminário de Fortaleza com o Padre Pedro Zingerlé). E quem apontará ainda agora, um juriconsulto de verdade que não tenha chegado a ler algumas páginas de Cícero?

Estamos a fazer uma experiência que já nos vai custando muito caro. É tempo de se corrigirem os erros fundamentais de organização de nosso ensino, convencendo os legisladores e os administradores da República da qual nos vamos afastando – cada vez mais dos caminhos que devíamos trilhar.

Como se vê, o ilustre mestre dispunha de uma ampla visão do problema educacional brasileiro já *in illo tempore*, pois suas palavras, podem, hoje, ser repetidas em qualquer debate concernente ao nosso ensino. Em 1924, ainda em Fortaleza, ele escreveu um artigo – neologismo necessário –, na revista de filologia portuguesa, publicado no dia dez (10) de outubro. No artigo ele diz: “há palavras que nascem com destino feliz: vivas, como que naturalmente se desdobram no espírito do povo e adquirem acepções que a reação doutrinária não é capaz de extinguir. A linguagem tem de atender às necessidades sociais e, por isso, o vocabulário de toda língua viva é sempre móvel”. O Professor Clóvis Monteiro (nem todos sabem) era um poeta de fina sensibilidade, e as suas poesias estavam inéditas do grande público, e, somente uma minoria tinha conhecimento dessa produção literária, mas já vieram a público, por intermédio da sua ilustre filha, Dra. Eneida Bonfim.

Como vimos, era ele detentor de um pensamento original além do mais vigoroso, nunca se filiou a grupos ou escolas; e nem podia, pois um homem da têmpera intelectual como a sua, independente no mundo das Letras, às mais das vezes crítico – mesmo sereno como sempre o foi –, tinha que ser livre das peias doutrinárias. Escreveu poucos livros, porém os que deixou são mais do que suficientes para provar seus méritos e sua grande robustez mental. O que deixou, contudo publicado (dispersos) pelos jornais, aqui e no Ceará, nas revistas, bem que podia ser reunido em volumes. Suas obras estão esgotadas e a Nova Antologia Brasileira organizada de acordo com os programas das escolas secundárias da época, hoje,   obra de consulta. Nela encontramos trechos escolhidos de autores brasileiros e portugueses, com informa es bibliográficas, notícias resumidas de correntes literárias. As anota es de rodapé são verdadeiras aulas de filologia.

Por fim, era ele excelente orador, vibrava diante dos fatos ligados aos problemas de seu país em qualquer setor da cultura humana. Não escrevia seus discursos, fazia-os aproveitando-se das circunstâncias psicossociais, uma vez que era condutor de vastos conhecimentos gerais. E várias vezes deu prova dessa sua habilidade, principalmente no dia da bandeira, quando Secretário de Educa o do antigo Distrito Federal na presença do Prefeito Mendes de Moraes e do Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra; e na Academia Brasileira de Letras numa conferência sobre Luís de Camões. Foi, além de professor, advogado, jornalista, político, no bom sentido da palavra, mas a tudo sacrificou em prol do magistério que tanto amou e tanto defendeu, aliás, com veemência. Com esse gesto vocacional orientou e ilustrou gera es; e, com isto, sobretudo, ganhou o Brasil.

E, concluindo, não seria exagero afirmar que o professor Clóvis Monteiro nos ministrou um curso de língua portuguesa em toda sua plenitude e, para tal, contou com a ajuda valiosa criteriosa e segura de seu assistente, o eficiente professor Olmar Guterres Silveira que, semanalmente, nos encantava com suas doudas aulas de português histórico, usando sempre textos arcaicos. Aprendemos muito com ele; não tinha oposi o na classe, era o mestre querido de todos em virtude de sua capacidade, de sua objetividade e de sua didática aprimorada. Faleceu nos devendo um compêndio sobre sua especialidade.

O professor Clóvis Monteiro, portanto, tinha entre tantas qualidades t mbem essa rara virtude, a de saber escolher seus auxiliares.

Este foi o *magister prudens et probus* que conheci, e, além de tudo, idealista, e que jamais, nem de longe, aos alunos transmitiu um vislumbre de pessimismo. Ao contrário, sempre procurou inserir no *animus* de cada discípulo a dignidade do professor como sustent culo social e de plasgador do caráter brasileiro, sem o que não haver  salva o nacional.

REFLEXIÓN ACERCA DE LA ICONICIDAD ENTRE LA POSICIÓN DEL SUJETO EN LAS CLÁUSULAS Y LA DISTRIBUCIÓN DE LOS PARTICIPANTES EN LA SITUACIÓN DE COMUNICACIÓN

Claudia Borzi

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas
y Técnicas y Universidad de Buenos Aires
cborzi@filo.uba.ar

Resumen

En el presente trabajo reconsidero el orden de palabras en la cláusula, especialmente la posición del sujeto, correlativa de primera posición, información conocida, agente, origen de la concordancia en persona y número con el verbo y caso morfológico nominativo (Firbas (1992); Contreiras (1976), De Miguel Aparicio (1989) y Delbecque (1991), por ejemplo). En primer lugar, me refiero al orden de palabras en la cláusula transitiva prototípica (Langacker, 1987), incorporando la iconicidad (aspecto poco considerado por los autores) a otros factores que lo favorecen (como la información, el contraste fondo-figura, factores de percepción y atención, y la agentividad del participante, entre otros). Propongo que el orden de palabras refleja icónicamente los lugares que ocupan los participantes en la situación comunicativa. En segundo lugar, presento distintas interpretaciones pictóricas del intercambio comunicativo que parecen coincidir con la propuesta. Finalmente, analizo la posición del sujeto (destacado en mayúsculas en los ejemplos), en cláusulas subordinadas relativas adjetivas del español de Buenos Aires, semejantes a las siguientes: *algunos árboles que VOS veías de chiquito*, que muestra el sujeto en posición antepuesta al verbo (SV); y *algunos árboles que veías VOS de chiquito* con el sujeto en posición pospuesta al verbo (VS). Los ejemplos provienen del *corpus* del Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América (PRESEEA, Buenos Aires).

Palabras clave: iconicidad – orden de palabras – español

REFLECTING UPON THE ICONICITY BETWEEN THE SUBJECT POSITION IN THE CLAUSE AND THE DISTRIBUTION OF THE PARTICIPANTS IN THE COMMUNICATIVE EXCHANGE

Abstract

In the present paper I reconsider the word order in the clause, specially the subject position, correlative of first position, known information, agent, source of person and number agreement with the verb and nominative case (Firbas (1992); Contreras (1976), De Miguel Aparicio (1989) and Delbecque (1991), for example). First, I refer to the word order of the prototypical transitive sentence (Langacker, 1987), incorporating the iconicity (little considered by other authors) to the factors that favor them (like the information, de contrast of background and shape, perceptions and attention factors, and agentivity of the participant, among others). I suggest that the word order reflects iconically the positions of the participants in the communicative situation. Secondly, I offer different pictorial interpretations from the communicative exchange that seem to coincide with the proposal. Finally, I analyse the subject position (highlighted in block type in the examples), in subordinate relative adjectival clauses of the Spanish spoken in Buenos Aires, similar to the following: *algunos árboles **que** VOS veías de chiquito*, that shows the subject in pre-verbal position (SV) and *algunos árboles **que** veías VOS de chiquito*, that shows the subject in post-verbal position (VS). The examples were taken from the *corpus* of the *Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América* (PRESEEA_Buenos Aires).

Keywords: iconicity – word order - Spanish

Introducción¹

En un trabajo anterior (Borzi, 2015) me acerqué al problema del orden de palabras en el español de Buenos Aires en las cláusulas dependientes y al justificar la posición del sujeto incorporé a los posibles factores que la favorecían la iconicidad de la construcción de los mensajes con la situación del intercambio comunicativo. Retomo en esta oportunidad, esa problemática con la intención de reflexionar respecto de la primera posición, correlativa, según la bibliografía, con información conocida, participante agente, origen de la concordancia en persona y número con el verbo,

¹ La primera versión de este trabajo fue leída en el marco del VI Simposio de la Asociación Argentina de Lingüística (AALiCo) celebrado en Córdoba, Argentina, en noviembre de 2014. Agradezco las sugerencias que otros investigadores hicieron en ese marco, ideas que he tratado de interpretar y de incorporar. .

caso morfológico nominativo, función sujeto y lugar no esperado para el acento primario oracional. Reconsidero, por un lado, el orden de palabras en la oración independiente más prototípica, la transitiva, incorporando a los factores que lo favorecen (información, razones de fondo-figura, factores dependientes de la percepción; factores de atención y agentividad por mencionar los más destacados) la iconicidad, de cuya influencia parece dar cuenta también la representación pictórica de artistas de muy distintos ámbitos. Luego trato de sostener esa misma propuesta analizando la distribución de los sujetos pronominales y no pronominales de cláusulas relativas adjetivas transitivas con relativo de objeto.

Si se sigue el planteo del Círculo de Praga (Firbas, 1974 y 1992; Daneš, 1964-66 y 1974, entre otros), pionero en el interés por esta problemática, se puede decir que el factor determinante para el orden de palabras más esperado en oraciones independientes es el orden Sujeto_Verbo_Objeto y que este queda condicionado, en particular, por la distribución de la información, fenómeno pragmático contextual que motiva la sintaxis posicional, la funcional y la prosodia. Hay un interesante consenso entre los autores respecto de la validez, para el español y también para muchas otras lenguas, de las correlaciones previamente mencionadas (como luego se resumirá apretadamente) en combinación con la construcción de una figura delimitada y en contraste contra el fondo que se destaca y llama la atención del interlocutor, y con otros aspectos que no se tratan en este trabajo, pero respecto de cuya influencia hay amplio consenso. Considero lícito, de todos modos, preguntar si no hay otro factor que ayuda a la dirección del movimiento que se describe desde la información conocida hacia la información nueva. La respuesta puede ser: el hablante; y su peso en el mensaje permite quizás alguna reflexión. En particular es de desear que la respuesta puntualmente pueda articular información conocida con posición antepuesta al verbo y con la situación de comunicación, el contexto que tanto interesaba a Praga.

Seguidamente se revisan antecedentes en el análisis del orden de palabras en español, se retoman elementos del Enfoque cognitivo prototípico, en particular la iconicidad, en el marco de la cual se propone una explicación. Luego, se sostiene dicha explicación con interpretaciones desde la plástica y considerando resultados anteriores, se analizan algunos ejemplos del español, en los que, en el marco de una cláusula dependiente, el sujeto que designa al hablante-enunciador, aunque conocido, está expreso y mantiene la primera posición, mientras que los sujetos que designan al interlocutor o al objeto del mensaje (incluidos los de nominal de sustantivo) tienden a ocupar la última posición.

1. Situación de comunicación, información, iconicidad y orden de palabras

La distribución de la información fue el argumento de mayor peso esgrimido por el Círculo de Praga para justificar el orden de palabras en la oración.² Sus estudios, de carácter empírico, sobre textos escritos en diferentes lenguas,³ sugerían por primera vez un orden de influencia de los distintos aspectos del lenguaje en la constitución de la emisión. Esta influencia se iniciaba en fenómenos contextuales y de la interioridad del hablante condicionando aspectos semánticos, sintácticos, morfológicos y, finalmente, prosódicos. Al decir “influencia contextual” se aludía a fenómenos tales como el propósito⁴ impuesto por el hablante a la emisión en el momento de la realización, la interioridad del enunciador,⁵ el pensamiento⁶ y el interés por mantener la cadena temática textual, al proyectar al texto la distribución del tema/rema oracional.⁷ Daneš (1964) resume así los con-

² Ya Weil (1844) había hablado de un punto de partida (una noción inicial-presente para hablante y oyente - el punto que los une, la base donde se encuentran) frente a un objetivo discursivo (la información auténtica que debe transmitirse). Mathesius (1928), al jerarquizar en escala descendente los fenómenos que influyen el orden de palabras, considera la información en primer lugar. Así nos dice que primero influencia la información, luego la gramática, el ritmo (a sabiendas que la cima melódica coincide con la información más nueva); y por último el principio de coherencia de los elementos oracionales (entendiendo que por ejemplo la atribución va después de aquello a lo que se atribuye). Así también Firbas (1967); Contreras (1976) para el español y todos los autores que he consultado que se ocuparon del tema en adelante.

³ Weil (1844), por ejemplo, compara lenguas románicas y germánicas con el griego y el latín. Daneš (1974) compara textos en checo, alemán e inglés.

⁴ Firbas (1974, p. 36), por ejemplo, confirma la jerarquización de factores que determinan el orden de palabras dada por Mathesius, pero agrega que dicho orden tiene que estar en congruencia con el propósito (el objetivo) comunicativo de la Emisión.

⁵ El peso de la interioridad del hablante-enunciador fue mencionado, en principio, por Mathesius (1928) al diferenciar orden emotivo (Meollo > Tema) en contraposición al orden no-emotivo (Tema > Meollo). Recordemos que el “Meollo” denomina la información nueva, no conocida o no deducida.

⁶ Para Weil (1844) el hombre piensa y se expresa en el mismo orden. Weil sostenía que el movimiento de ideas quedaba expresado por el orden de palabras. Reconocía dos ordenamientos: orden normal (viejo/nuevo) y orden patético (vehículo de emoción) (nuevo/viejo).

⁷ Daneš (1974) desarrolla la hipótesis de que la conectividad textual está representada, entre otras cosas, por la progresión temática, que es el “esqueleto” de la trama. Por “progresión temática” entiende la selección y ordenamiento de expresiones de temas, su mutua concatenación y jerarquía, y su relación con los hipertemas (de párrafos, capítulos, etc.), el texto como un todo y la situación.

ceptos que pertenecen a ese “contexto”, que Praga identifica como el nivel supersintáctico,⁸ el más dinámico: la linealidad de articulación y de percepción del mensaje; el contenido extralingüístico, el contexto y la situación, la actitud del hablante con el mensaje y con el oyente, y los medios propios de cada lengua (como, por ejemplo, las unidades léxicas concretas).

Nos ofrece así Praga una primera correlación de fenómenos conocida por el hablante y esperada por el interlocutor. Correlación que avanza desde lo pragmático hacia lo prosódico, pasando por lo semántico, lo sintáctico y lo morfológico. Praga ya ordena los aspectos del lenguaje a partir del contexto y de la intención del hablante, en una visión pionera que coincide claramente con las propuestas que el Enfoque Cognitivo-prototípico nos hace en lo referente a la motivación del mensaje a partir de fenómenos externos a él.⁹ Y uno de los fenómenos externos al lenguaje en sí, que cobra singular importancia es el hablante. Ya a mediados del siglo XIX, Weil hablaba del enfoque psicológico de la emisión y en ese marco fue en el que sostuvo que el movimiento en toda emisión (de la noción inicial al objetivo) revela el movimiento de la mente del hablante. Idea que fue desarrollada desde distintos ángulos por varios autores del Círculo de Praga. Mathesius (1936), por ejemplo, abona los planteos de Weil al hablar de ordenamientos de las palabras según un orden *emotivo* y *no-emotivo* y formula claramente la idea de que la emisión es una instrucción en la que los elementos léxicos y gramaticales están al servicio del propósito impuesto por el hablante, a la emisión, en el momento de la realización. Firbas (1967) refuerza esta idea al sostener que cada emisión tiene un *propósito* y que, en sentido estricto, el *fin último* del lenguaje es su intención comunicativa. Firbas lleva esa intención comunicativa del hablante al inicio de la escala de fenómenos que influyen el orden de palabras. Si Mathesius había jerarquizado la información, Firbas (1965) jerarquiza el rol del hablante (resumido en la noción transparente de “perspectiva funcional”), y completa su definición al enunciar la categoría de Dinamismo Comunicativo que intenta resumir la correlación de los distintos medios.¹⁰

⁸ Trnka (1964-66) sostiene que habiendo sido enunciado el nivel supersintáctico no tiene sentido mantener la partición lengua/habla saussureana porque es ese nivel el que incorpora los fenómenos de habla.

⁹ Como desarrolla, por ejemplo, De Jong (2000).

¹⁰ Firbas (1974) sostiene que el sistema más fuerte para generar el orden de palabras es el de la Perspectiva Comunicativa de la Emisión (*Communicative Sentence perspective-CSP*) o de la Perspectiva Funcional de la Emisión (*Functional Sentence Perspective -FSP*). En Borzi (1998, pp. 239-246) hago un tratamiento detallado y crítico de esta correlación.

Es en estos planteos previos en los que se puede descansar para pensar, considerando los aportes del Enfoque Cognitivo en cuanto a la enunciación de la Cláusula Transitiva Prototípica (CTP) (Hopper y Thompson, 1980) y al peso del egocentrismo (Langacker, 1987, pp.130-131), que en la CTP la primera persona, el *yo* enunciador, resulte en principio prioritaria para la organización de la referencia ordenando la distribución de los participantes en el intercambio. La CTP, como resultado de una preferencia cognitiva del hablante, se caracteriza por descansar en los Modelos Cognitivos Idealizados “bola de billar” y “escenario”, y queda representada por la cláusula finita simple, activa, afirmativa y declarativa, que materializa dos participantes con diferente designado, preexistentes, obligatorios y en competencia, que entran en contacto: Agente Iniciador y Paciente Destino afectado (que muestra el cambio) y un Verbo, que significa [+traspaso de energía]. En el plano sintáctico posicional y funcional se espera el orden Sujeto_Verbo_Objeto. En ese entorno, el participante agente más prototípico reúne características propias del ser humano: es un participante con voluntad que posee energía, tiene capacidad para desplazarla e inicia el traslado de energía. Si a estas expectativas sumamos el ordenamiento de la visión egocéntrica (muy frecuente en el habla), que incorpora dentro del alcance de la predicación al observador, podemos decir que la cláusula que comienza con *yo* representaría el grado más alto de objetividad que puede alcanzar el hablante (porque él mismo es el objeto primario de la conceptualización) y uno de los mejores representantes del rol agente. Siendo a su vez el más transparente para el interlocutor por su presencia evidente en la situación de intercambio.

Y si siguiendo también al Enfoque Cognitivo, se piensa que el lenguaje busca la transparencia y en consecuencia la motivación y la iconicidad, entendida esta última como la semejanza de la forma lingüística con la estructura conceptual que ella representa (Haiman, 1985); no es difícil esperar que la constitución del mensaje se haga eco de esa prioridad del hablante frente al objeto y frente al interlocutor. Es decir, la propuesta de que hay una cláusula transitiva que es prototípica, que hace pivote en el agente, yendo hacia el paciente es coherente con la enunciación de la tendencia al egocentrismo, con la búsqueda de transparencia en el mensaje, y resulta también coherente con su iconicidad y con la distribución de la información y con el orden de palabras esperados. Se puede pensar entonces que, por un lado, el orden de conocido a nuevo lo sostiene la preocupación del hablante por sí mismo, por la dirección de la energía en la CTP y por la búsqueda de transparencia en el marco que le impone la lógica del acto de enunciación y comunicación. Este acto de comunicación está estructurado a partir del *origo* o centro de la enunciación desde el hablante, en el ahora y el aquí; hacia el interlocutor, en el después y en el allá.

Dada la mencionada prioridad del hablante, la dirección de la energía, la distribución de la información en la emisión, y el orden de palabras correlativo responden icónicamente a la ubicación espacial del cuerpo del yo enunciador en el momento de la enunciación, en el aquí. Lo más conocido del mensaje es el evidente cuerpo del hablante que icónicamente aparece en la 1° posición (en el aquí) y cuando se inicia el mensaje (en el ahora). Ubicación y prioridad cronológica que la posición 1° en el mensaje “significa” icónicamente (aunque no sea un signo de la existencia de dicho enunciador, sino solamente un ícono).

Partiendo nuevamente del acto de comunicación, y de la distancia espacial y temporal entre hablante e interlocutor, otra vez, la distribución de la información y el orden de palabras correlativo responden icónicamente a la ubicación espacial del cuerpo del otro en el momento de la enunciación: en el allá. Lo relativamente menos conocido del mensaje es el interlocutor, o en su caso el objeto de enunciación, que se espera que en el mensaje, icónicamente con la situación de comunicación, ocupe la posición relativamente más lejana (en el allá), la última posición; y llegue al mensaje cronológicamente más tarde que la información conocida (llegue después).

Considerando la materialidad de la situación de enunciación: El yo-enunciador (la primera persona) está “más cerca” de sí mismo y del “cuerpo sonoro” del mensaje que está construyendo, que el interlocutor o aquello de lo que habla (las segunda y tercera persona), esto permite proponer que puede esperarse que si ese yo-enunciador aparece en el mensaje lo haga cronológicamente antes que cualquiera de los otros participantes.

Como se dijo, de aquí en adelante se retoman los fenómenos que, siguiendo a los autores, condicionan el orden de palabras en español y se agrega a dichas justificaciones el fenómeno de la búsqueda de iconicidad entre el mensaje, la situación de comunicación y el objeto conceptualizado. Se busca evidencia para sostener esta hipótesis en la plástica, y a partir de allí en la posición del sujeto en cláusulas adjetivas transitivas subordinadas con relativo de objeto que permiten visualizar qué lugar eligió el hablante para ubicar el sujeto: (*QueO*)SV o en su defecto (*QueO*)V \bar{S} ; un contexto, a mi juicio, interesante para evaluar la propuesta de iconicidad enunciada porque su carácter de dependientes podría hacer esperar que esta no fuera prioritaria en dicha elección.

2. Los criterios que justifican el orden de palabras en español

Para la justificación del orden de palabras en la oración independiente, en español, se han propuesto distintos criterios que revisamos seguidamente.

Desde los trabajos fundantes para el español, de Bolinger (1954-55 y 1955) y Contreras (1976) sobre el orden de palabras, existe acuerdo entre los autores en el peso de la distribución de la información y, en sentido general, en la preferencia por un ordenamiento Sujeto_Verbo_Objeto (SVO). Advierten, sin embargo, los autores que resultan determinantes también el significado del verbo y su polaridad, al margen de la información (que es además un fenómeno de carácter situacional y discursivo, excediendo los límites de la oración simple, el contexto máximo que interesa a los gramáticos en general).

Si atendemos a las generalizaciones, autores como De Miguel Aparicio (1989, p.758) y Delbecque (1991, p. 261), entre muchos otros, consideran el español como una lengua de orden SVO. Estos mismos autores, por supuesto, diferencian entre cláusulas con verbo transitivo, que serían las que preferentemente respetan el orden SVO y cláusulas con verbos de otras características semánticas.

Como decía, entre los autores que consideran el significado del verbo como uno de los criterios fundamentales se encuentran Delbecque (1979), Morales de Walters (1982), Bentivoglio y Weber (1986) y Meyer-Hermann (1990)¹¹ entre otros. Los analizan tanto en contexto afirmativo como negativo. Ahora bien, para un resumen apretado como el presente, advertimos que si bien estos autores no coinciden estrictamente en las clasificaciones semántico-sintácticas de los verbos, sí se puede decir que confluyen en que el sujeto aparece pospuesto (orden VS) con verbos presentativos (como *aparecer*); de reacción psicológica y verbos como *gustar* y *faltar*;¹² y con existenciales (como *haber* o *estar*).¹³ No hay total coincidencia con la posición de ese sujeto cuando son verbos de movimiento como por ejemplo *llegar* (*a*). Al respecto, Bentivoglio y Weber (1986) encuentran alto porcentaje de posposición de sujeto, pero Morales (1995) anteposición. Por su

¹¹ Digamos además que Meyer-Hermann (1990, p. 80) resume muy claramente las diferencias existentes entre estos trabajos, más allá de las clasificaciones de los verbos, diferencias que no hay que olvidar aunque nos permitamos la generalización previamente enunciada. Alude a diferencias tales como distintos tipos de *corpora* (lengua escrita y oral); ciertas diferencias en la concepción de *sujeto*; diferencias en la definición de ciertos criterios como tema/rema, por ejemplo.

¹² Recuérdese sin embargo que, en el *corpus* de Meyer-Hermann, los verbos de acción psicológica y los verbos como *gustar* presentan sujeto antepuesto.

¹³ Hay diferencias entre Bentivoglio y Weber (1986) y Morales (1982) en oraciones con estos verbos.

parte, De Miguel Aparicio (1989, p. 758) y Delbecque (1991, p. 261), plantean para verbos intransitivos dos diferentes ordenamientos: intransitivos en general respetan el orden SV y solamente los presentativos muestran orden VS. López Meirama (2006), más recientemente, también encuentra orden SVO para transitivos; SV para intransitivos, lo que fundamenta su clasificación del español como lengua de sujeto inicial. Considera igualmente que es un fenómeno de orden pragmático.¹⁴

Contreras (1976), Zubizarreta (1998) y Buring y Gutiérrez-Bravo (2001), encuentran que con sujetos en foco acentuados, el orden es VS.

Para el tema en tratamiento, nos interesa contemplar que algunos autores cuantifican los sujetos tácitos en contraposición a los de pronombre personal. Morales (2007) encuentra que en Buenos Aires y San Juan de Puerto Rico con información tópica, los hablantes usan sujeto pronominal antepuesto al verbo, mientras que Madrid prefiere el tácito. Es también interesante que Madrid sí se acerque a los porcentajes de Buenos Aires cuando se trata de la 1^o persona.

Gutiérrez Bravo (2003), y López Meirama (2006), por ejemplo, contemplan también otros aspectos semánticos que afectan el orden de palabras de la oración independiente tales como la agentividad, la animacidad, la determinación e identificación del nominal sujeto y su valor topical (ya considerado por Morales).

Padilla García (2006) se interesó por esta problemática. Busca una explicación desde el cognitivismo a partir de lo que llama “el patrón básico”, es decir, la cláusula transitiva prototípica. Siguiendo a Comrie (1981) considera el orden SVO como el mayoritario. Discute las razones que pueden llevar a otras lenguas (como el malgache con orden VOS) a tener órdenes diferentes, luego, como argumentos a favor de su propuesta, menciona los planteos de Bichakjian (1987) para quien la dirección del cambio es siempre hacia el orden SVO y no al contrario; y sostiene que el sujeto es el mejor candidato para funcionar como tópico por ser el elemento que suele llamar la atención del hablante, razón que a su vez hace que ocupe la 1^o posición (Padilla García, 2006, p. 36). Se inscribe en la línea de quienes sostienen que el orden preferido es SVO, por ser más fácil de procesar por la cantidad de sílabas del objeto que ocupa la 3^o posición.¹⁵ Finalmente Padilla García agrega el criterio del experiencialismo a partir del concepto de que en una sucesión de cosas ordenadas, la primera y la última son las que más fácilmente se ven y las que más llaman la atención (2006, p. 37).

¹⁴ López Meirama analiza cláusulas con verbos intransitivos.

¹⁵ Cita a autores como Hawkin (1981) y Dik (1978) entre varios otros.

Menciona (aunque sin precisar la experiencia)¹⁶ estudios sobre niños, quienes al fatigarse tenderían a mantener en la memoria a corto plazo el primero y el último elemento de una sucesión. Cierra su argumentación con una consideración léxica, a mi juicio, un tanto débil. Considera argumento suficiente que en español haya palabras para designar al mayor de los hijos (*primogénito*) y al más chico (*benjamín*), pero no para los intermedios. Insistiendo en que considerar relevantes el primero y el último elemento de una sucesión es una rutina cognitiva, nos dice que “el orden SVO refleja icónicamente esta forma de conceptualizar la realidad” (2006, p. 38). A mi entender, se extrañan en particular, por un lado un desarrollo más detallado, por ejemplo, de por qué el Objeto es más relevante que el Verbo (o sea, por qué SVO y no SOV); y, por otro, la definición de qué está entendiendo por “iconicidad” y cómo se articula esta con sus conceptos acerca del tópico. Entiendo que sostiene que experiencialmente lo primero y lo último se destacan, luego, el orden más frecuente es SVO; entonces, el sujeto y el objeto se destacan. Queda pendiente, a mi juicio, una explicación a partir de lo experiencial y de la iconicidad de por qué la información más conocida que da al principio y la nueva queda al final y no ocurre a la inversa, en tanto tópico y foco no son equivalentes, aunque la primera y la última posición sean las destacadas desde lo cognitivo. Con este antecedente me interesa tratar de aportar algún elemento al rol de la iconicidad, que creativamente menciona ya Padilla García.

3. Breve reflexión sobre la noción de *iconicidad*

Si retomamos la definición de Haiman cuando decimos que la iconicidad en el lenguaje es la semejanza de la forma lingüística con la estructura conceptual que ella representa estamos identificando algo central del ícono: la semejanza. Gracias a la semejanza del ícono con la conceptualización del objeto, éste orienta mentalmente al interlocutor hacia una cualidad de dicho objeto que le permite al interlocutor que lo evoque. Veamos un ejemplo. Keller (1995, p. 148) retoma a Lyons (1977) al decir que a diferencia de los signos como *árbol*, el signo *Cu Cu* está motivado, porque su articulación reproduce de manera icónica el grito del animal cuya conceptualización evoca. El signo *Cu Cu* es semejante a una cualidad del pájaro, y esa semejanza le permite al interlocutor evocarlo. Entonces, como el grito del pájaro *cu cu* motiva la articulación del signo *Cu Cu* y este lo reproduce de manera icónica, resulta ser que el signo *Cu Cu* es más transparente que el signo *árbol*, que no resulta motivado en su forma, no

¹⁶ A pesar de que se trata de un argumento de peso para sostener la propuesta del autor, en el artículo no señala ni cuándo se realizó la experiencia, ni quiénes la realizaron, ni sobre qué población. Tampoco se dan resultados cuantitativos.

es semejante al objeto conceptualizado y no es en consecuencia icónico. Quiere decir entonces que lo motivado participa de la iconicidad; y que lo motivado y lo icónico fundamentan la transparencia en la comunicación.

Es interesante hipotetizar con Keller de qué manera se inició la comunicación entre los seres humanos. El autor piensa que antes de que dos hablantes hubieran construido un medio convencional (un signo convencional, por ejemplo) para comunicarse, la única estrategia posible para que un intento de comunicación fuera exitoso debe haber dependido de que el significado buscado se pudiera concluir de la percepción del aspecto de la acción de comunicación en sí. Es decir, que el medio propuesto debió haber sido transparente. Y la forma más prominente de la transparencia yace en la motivación (Keller, 1995, p. 157). Esto se sigue de una propuesta de Wright (1976) que Keller retoma para dar respuesta a la pregunta ¿cómo un signo que no pertenece ya a una lengua existente puede llegar a ser signo? O sea preguntarse por cómo se inició la comunicación. Y la respuesta de Wright es que, en primer lugar, debe haber un contexto intencional en el que el hablante tiene que desear algo y además debe desear influenciar a otro hablante (el “oyente”) en la línea del primer deseo. El hablante debe usar un elemento sensorial, y este debe ser neutral (puede ser un signo que haga con su cuerpo, una manipulación de objetos alrededor del otro, un sonido articulado) y ese elemento sensorial (ese sonido articulado, por ejemplo) debe indicar qué es lo que el interlocutor tiene que hacer. El significado de lo usado (del sonido articulado) debe provocar algún tipo de asociación que el otro (el “oyente”) pueda reconocer. Si no hay transparencia en el nuevo signo, no habrá comunicación. Keller concluye que la búsqueda de comunicación con signos todavía no convencionalizados, solamente puede concretarse por medio de una estrategia icónica. Los instrumentos icónicos son necesariamente motivados (Keller, 1995, pp. 157-8) por la intención del hablante, por el significado que el hablante quiere que el otro reconozca. Y llegamos nuevamente así a la correlación iconicidad :: motivación :: transparencia,¹⁷ correlación que además descansa, como dijo Haiman, en la semejanza del elemento sensorial (la forma lingüística) con la asociación que el hablante quiere lograr en el interlocutor, respecto del objeto conceptualizado, por ejemplo, evocarlo. O sea, la forma lingüística debe ser semejante en su constitución al objeto conceptualizado, debe ser icónica, para garantizar que el “oyente” haga lo que el “hablante” desea: identificar un objeto.

¹⁷ Debe aclararse que esta correlación no es bidireccional, si bien se espera que lo icónico esté motivado y provoque un juego con medios lingüísticos semánticamente transparentes para el interlocutor; la motivación no garantiza iconicidad (Keller, 1995, p. 169).

Lo que corresponde ahora es indicar en el caso concreto del orden de palabras del mensaje (y los fenómenos correlativos) cómo opera este aspecto en el interlocutor; es decir, a qué asociación espera el hablante inducir al interlocutor. El hablante espera que el interlocutor reconozca que lo que cronológicamente el hablante articula primero está más cerca de dicho hablante y de su corporeidad que lo que cronológicamente articula después. De esta manera el elemento sensorial (los signos lingüísticos) serán semejantes en su orden a la distribución de los participantes de la situación de comunicación: lo articulado primero cronológicamente, lo más cercano al cuerpo del hablante es más conocido para el hablante (y presumiblemente para el interlocutor) que lo articulado cronológicamente después. Se espera entonces que el interlocutor asocie la evidencia de la corporeidad del hablante, la cercanía temporal y espacial del mensaje con el hablante, con lo conocido y con la 1º posición de los elementos en el mensaje. A su vez, se espera que el interlocutor asocie su distancia espacial con el hablante y la distancia espacial del objeto de comunicación, con la posterioridad cronológica en la articulación y con la 3º posición de los elementos en el mensaje. En el mensaje, el S es enunciado cronológicamente antes que el O en el orden SVO.

4. Materialización de la búsqueda de iconicidad para explicar el orden de palabras

La correlación información conocida > elemento(s) enunciado(s) cronológicamente primero > sujeto > 1º posición responde icónicamente a la ubicación espacial del cuerpo del yo enunciadador donde se inicia el mensaje (el *origo*), visto de modo relativo, en primer lugar, a la ubicación espacial del cuerpo del otro (el interlocutor, la segunda persona) donde termina el mensaje y al objeto del discurso (la tercera persona). Ubicación y prioridad cronológica que la 1º posición del mensaje “significa” icónicamente.

4.1. Materialización en la plástica

Considero que esta propuesta de explicación para justificar por qué la 1º posición despierta la expectativa de información conocida se ve materializada en algunas manifestaciones de la plástica que paso a presentar brevemente.

En la Figura 1¹⁸ se muestra un bajorrelieve de la cultura Maya en el que el mensaje, dirigido al interlocutor ubicado a la izquierda, está representado con una voluta que sale directamente de la boca de la figura ubicada a la derecha. Se representa de manera icónica el fluir del lenguaje en la situación de comunicación.

¹⁸ Fuente: serie_maya_1_de_la_foto_de_las_tallas_escultura_fotográfica
-r273d7f06b20c40e4bd23608e3c613d20_x7saw_8byvr_512



Figura 1: *Bajorrelieve maya*

En la Figura 2¹⁹ tenemos un grabado de Manuel Lizama Salazar de 2001, donde el artista mexicano retoma con una estética más moderna la representación característica de los bajorrelieves y grabados del Yucatán. El mensaje se ve representado también aquí con una voluta que desde la boca del hablante se desplaza hacia el interlocutor.



Figura 2: *Grabado de Manuel Lima Salazar*

¹⁹ Fuente: Manuel Lizama Salazarpress_img_22e1fe77f1a5914d8a5b7bba80c278b8

En la Figura 3,²⁰ vemos el panel central de un retablo sobre tabla: La Anunciación de Cortona, de Fra Angelico (Guido di Pietro) (c. 1433), que se encuentra en la mencionada localidad de Italia, en la que el Arcángel Gabriel, hablándole al alma de María, con la boca cerrada, le anuncia la concepción. El Arcángel está ubicado a la izquierda y María a la derecha, respetando la dirección de la palabra escrita en el circuito de la comunicación. Se ven tres líneas de texto pintadas entre uno y otro que marcan claramente en cada caso el enunciador y el destinatario. Fra Angelico representa la situación de diálogo intercalando las líneas del Arcángel con la respuesta de María (que aparece en el medio de las otras dos líneas de texto). Las palabras del Arcángel están escritas en la primera línea y en la tercera (vistas de arriba hacia abajo), y se leen de izquierda a derecha. Como señalé, las palabras de María figuran entre las dos líneas del Arcángel. Delante de María, el Ángel, con el dedo índice levantado en señal de advertencia, pronuncia las siguientes palabras: “*Spiritus Sanctus superveniet in te*” [“El Espíritu Santo descenderá sobre ti”]; en la línea superior, señalando la anterioridad cronológica de este texto, mientras que en la línea inferior, dice: “*virtus Altissimi obumbrabit tibi*” [“El poder del Altísimo te cubrirá con su sombra”] (Lucas 1:35).

María, por su lado, responde también con las palabras de San Lucas, en letras doradas en la superficie del panel, se puede leer desde arriba (porque las palabras están escritas de izquierda a derecha, para que sean leídas desde arriba “desde el cielo- porque María le está respondiendo a Dios directamente: “*Ecce ancilla Domini, fiat mihi secundum verbum tuum*” [“Yo soy la esclava del Señor; hágase en mí según tu palabra”] (Lucas 1:38).

También aquí vemos el mensaje representado de izquierda a derecha tratando de representar el orden cronológico del proceso de emisión, desde la boca del hablante hacia el interlocutor. Y en el caso de María, en la dirección de su auténtico interlocutor que mira desde el cielo.

²⁰ Fuente: https://www.google.com.ar/search?q=imagenes+de+la+anunciacion+de+angel+gabriel+a+maria&biw=1429&bih=749&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwiQ_dOosNTJAhXCFZAKHT-6B_8Q7AkINg&dpr=0.9

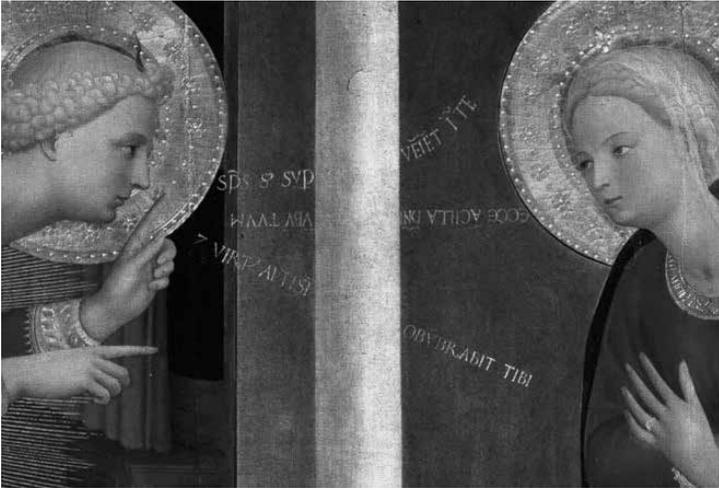


Figura 3: *Detalle de la Anunciación de Cortona de Fra Angelico*

Veamos por último, en la Figura 4, a nuestra infame Mafalda, a modo de ejemplo de la forma en que se representa el mensaje en la historieta, la que aunque restringida al cuadro, el que encerrado dentro de un globito, retoma de arriba hacia abajo el orden cronológico de la emisión y la representación que podríamos esperar a partir de la propuesta planteada. La forma “yo” ocupa la primera posición, que icónicamente con la corporeidad de la enunciadora refuerza su naturaleza deíctica.



Figura 4: *Cuadro de Mafalda de Quino*

Creo que las concepciones de la situación de comunicación que representan estas figuras son muestra de cómo interpreta cada uno de los plásticos el contacto por medio de palabras que llevan a cabo los hablantes en cada intercambio. Como se ha visto, interesa en particular la distribución espacial de las partes del mensaje que icónicamente reproduce la posi-

ón de los hablantes, el orden cronológico de la enunciación y la correlación de estos fenómenos con la distribución de la información. Reproduce el carácter evidente del hablante, con el inicio del mensaje, la información conocida y, a su vez, la distancia con el otro y con lo otro enunciado.

4. 2. Materialización en la cláusula dependiente

Se propone en este apartado que la influencia de la iconicidad entre el orden de palabras en el mensaje y la distribución de los participantes de la situación de comunicación en el momento de la enunciación subyace a la distribución de las formas pronominales nominativas y de los nominales de sustantivo en función sujeto en las cláusulas relativas adjetivas de objeto, semejantes a (1):

(1) I: [...] *entonces puedo tener un montón de gente trabajando o realizando una escenografía **que yo** diseño, pero yo también estoy a la par de ellos martillando y clavando clavos, porque me fascina, me encanta hacerlo*, [PRESEEA_BAIRES_H32_3]

Retomo seguidamente, de manera breve, las explicaciones de los autores consultados que analizan la posición del sujeto en estas cláusulas dependientes.

Los autores tienden a sostener que la posición no-marcada en estos casos es con sujeto pospuesto al verbo (VS), así por ejemplo Contreras (1999) y Cifuentes (2000).²¹ Gutiérrez Bravo (2003) sigue la misma línea, pero incorpora a la descripción características semánticas del sujeto de la propia relativa, si es conocido o nuevo, si es o no tópico de enunciado y si es determinado o no-determinado. Sostiene como posición no-marcada la del sujeto pospuesto al verbo (VS), como en (2) –se destaca en negrita el sujeto. El argumento en el que se funda (en línea con Conteras, 1989) es que el sujeto pospuesto responde a la pregunta total (*¿Qué pasó?* > *Pedro no leyó el libro que escribió la maestra*).²² Diferencia estos casos de los interrogativos con formas Qu' y de los casos con *narrow focus*. Cuando el sujeto está mencionado previamente o es tópico discursivo y está determinado (se muestra en negrita la mención previa en (3)), éste estaría antepuesto y el orden, como en (3), sería [O]SV.²³ A su vez, en los casos en que el sujeto es indeterminado y no es tópico discursivo ni está mencionado,

²¹ La tendencia a la inversión del sujeto en la oraciones relativas es calificada de “retórica” por Fernández Ramírez (1986, p. 435).

²² Siendo raro como respuesta a la pregunta total: ?? “Pedro no leyó el libro que *la maestra* escribió”.

²³ Para Gutiérrez Bravo es rara ?? “Estoy buscando la sala <en la que *los estudiantes* cantan>”.

como ejemplifica (4), éste estaría pospuesto al verbo y el orden sería [O] VS; considera poco aceptable (4'), donde el sujeto, aunque indeterminado, está antepuesto.²⁴

(2) *Pedro no leyó el libro <que escribió la maestra>.*

(3) *Sé que la maestra ha editado muchos libros. El libro <que la maestra escribió>.*

(4) *Podemos presentar una carta <que redacte una estudiante>.*

(4') *¿? Podemos presentar una carta <que una estudiante redacte>.*

El estudio de Morales (2007: §4.3), como se dijo, agrega la diferenciación entre sujeto pronominal y tácito o elidido, es así que para las relativas concluye, con evidencia cuantitativa, que el sujeto pronominal antepuesto puede ser tópico del enunciado siguiente y que no prevalecen sujetos pronominales pospuestos ni elisión. En su estudio, Buenos Aires (como Madrid y a diferencia de San Juan de Puerto Rico) en relativas de objeto muestra un porcentaje bajo de sujeto antepuesto pronominal tanto en primera y segunda persona (37% de 62 casos), como en tercera (15% de 32 casos). Del Barrio (2011) para el español clásico concluye que la continuidad topical y la prominencia del elemento antepuesto determinan el orden SV.

En Borzi (2015), sobre un total de 136 casos extraídos de los materiales del corpus publicado en *El Habla Culta de la Ciudad de Buenos Aires. Materiales para su estudio*, (1964-1969).²⁵ Analicé la posición del sujeto en cláusulas relativas cuyo pronombre relativo cumplía función de objeto directo, a la manera de *que* en el ejemplo (1). Sostuve, por un lado, que en estas cláusulas, además de la pertinencia del significado del verbo y de los actantes, la conceptualización del antecedente (correlacionada con distintos hechos discursivos como la continuidad discursiva hacia la derecha) era un fenómeno contextual saliente en la elección de la posición del sujeto expreso de dicha relativa. El criterio mostró tendencia a favor de la hipótesis, en tanto antecedente nuevo e indeterminado (subrayado en el ejemplo (5) proveniente de la Norma Culta) condicionaba sujeto antepuesto en la relativa, como ocurre con “nadie” en (5) y favorece de este modo

²⁴ Gutiérrez Bravo sostiene que el orden es resultado del peso prosódico relativo de los constituyentes. El orden con sujeto pospuesto VS es el resultado de que el núcleo de la frase entonacional es una Frase Fonológica “pesada” y asigna SVOI como orden no-marcado para las relativas con dos complementos.

²⁵ Se tuvieron en cuenta las Muestras que se detallan a continuación. Del Tomo I los Diálogos dirigidos, Muestras I a V; VI, VII, VIII, XII; XIII, XV, XVI y XVIII y del Tomo II los Diálogos Libres, Muestras XXI, XXII, XXIII; XXIV, XXVI, XXVII; XXVIII y XXIX; y las Encuestas Secretas, Muestras XXX, XXXI y XXXIII.

una redistribución del orden de palabras que retoma la posición del sujeto esperada en la cláusula independiente, con el sujeto antecediendo al verbo (SV).

(5) [...] *es una cosa* [...] <que *nadie sabe exactamente*> [HCBA Vol.1-VI-109]

Advertí que se registraban pronombres en función sujeto en ambas posiciones. Registré un total de 50 ejemplos con sujeto expreso de pronombre, de los que 40 (que significaron el 80%/50) ocupaban la posición antepuesta al verbo (SV) y 19 (que significaron el 20%/50) la posverbal (VS). Dado que los pronombres se espera que acarreen información conocida por su naturaleza fórica y déictica, pensé que más allá de contextos de contraste podía haber otro factor que influenciara y permitiera explicar contrastivamente el uso de pronombre antepuesto y también pospuesto al verbo. Mencioné la posible influencia de la iconicidad. Los resultados mostraron que de los 40 casos en posición antepuesta (SV), 30 designaban al enunciador (es decir un 75%/40); y solamente 10 al interlocutor o al objeto del discurso (es decir un 25%/40). A su vez resultó que de los 10 casos en posición pospuesta (VS), había una leve inclinación hacia la designación del interlocutor o del objeto de discurso (6 casos, un 60%/10 versus 4 dirigidos al enunciador, un 40%/10 con el pronombre plural *nosotros*). Aunque fueron pocos casos, esta distribución camina en la misma dirección que la influencia propuesta de la búsqueda de iconicidad entre la posición del sujeto en la cláusula y la situación de comunicación.

En el presente trabajo, sobre el mismo tipo de cláusulas, vuelvo a buscar síntomas del peso de la iconicidad en la construcción del mensaje. Analizo ahora materiales del PRESEEA_Buenos Aires. Revisé 22 entrevistas; 6 de hombres y 6 de mujeres de nivel sociocultural alto de banda etaria de 35 a 54 años; 4 de hombres y 2 de mujeres de la misma banda etaria de nivel medio; 1 de un hombre y 1 de una mujer de nivel alto de 55 años o más y 1 de un hombre y 1 de una mujer de 55 años o más de nivel sociocultural medio.

Siguiendo con la idea planteada respecto de la iconicidad, relevé los sujetos expresos de nominal y de pronombre en el mismo contexto sintáctico elegido en los materiales de la Norma Culta (cláusulas relativas adjetivas transitivas con relativo en función objeto directo), semejantes a (1). Recolecté 122 ejemplos.

Para el análisis, a partir de las formas encontradas y de sus contextos, de la misma manera que hice en el trabajo anterior citado, discriminé los nominales de sustantivo de las formas pronominales y estas a su vez las diferencié en dos Rangos: Rango 1 cuando el designado se correspondía

con el enunciador o éste estaba incluido; y Rango 2, cuando el designado se correspondía con el interlocutor o con el objeto del discurso.

Partiendo solamente de las formas encontradas, en el Rango 1 quedaron subsumidas las formas que se describen y ejemplifican a continuación. Los pronombres personales nominativos de 1º persona singular y plural, *yo* (ejemplo 6) y *nosotros* (ejemplo 7).

(6) *I: No. No he notado. Cambios, cambios, eh en términos básicos el cambio en la ciudad, básicamente que el transporte de subterráneos llega... va llegando a lugares donde antes no llegaba, pero básicamente los cambios **que yo** veo es que yo cambié mi vida del microcentro* [PRESEEA_BAIRES_H32_30]

(7) *I: hoy por hoy el objetivo son las las chicas criarlas que que hagan muchas cosas **que nosotros** no pudimos hacer o sea viajar más* [PRESEEA_BAIRES_H22_104]

También quedó en el Rango 1 el pronombre *uno* clasificado como uso genérico por la gramática²⁶ (que concuerda con el verbo en la 3º persona singular) cuando resulta una forma elegida por el enunciador para sortear el egocentrismo y difuminarse (lo llamo “de pleitesía”) como ocurre en (8). En (8) el discurso presenta la 1º persona del singular (“vuelvo, programo, realizo”) y la hablante que está refiriéndose a sí misma pasa a partir del pronombre indefinido a una concordancia en 3º persona (“pueda”).

(8) *I: Eh... bueno, vuelvo a mi casa y habitualmente eh... eh... o este... programo una salida para ir al cine, o realizo algún trámite o alguna compra **que uno** pueda eh... este... efectuar* [PRESEEA_BAIRES_M32_78]

Quedó subsumido a su vez en el Rango 1, el pronombre personal de 2º persona *vos* (que concuerda con el verbo en 2º persona del singular en el español de Buenos Aires en el trato informal, familiar, de acercamiento o solidaridad)²⁷ cuando también resulta elegida por el enunciador para evitar la autorreferencia como ocurre en (9); caso que interpreto como forma de pleitesía. En (9) el entrevistado está hablando del barrio donde pasó su niñez, época que no compartió con el entrevistador.

(9) *I: [...] y no sé si está más linda necesariamente que antes la plaza pero sí hay cambios de no sé de la desaparición de algunos árboles **que vos** veías de chiquito a a alguna otra cosa pero no sé si se modificaron mucho.* [PRESEEA_BAIRES_H32_16]

²⁶ Si bien como aclara la *Nueva Gramática* de la Academia, respecto del pronombre “uno” el pronombre indefinido “uno” da lugar a grupos genéricos que pueden aludir a cualquier individuo” como en “uno puede oír todo tipo de cosas”, en los ejemplos recolectados considero que el contexto, como dice luego la Academia permite pensar que “la atribución que el hablante hace recae principalmente sobre él mismo: “Uno es ignorante, pero entiende que...” (NGLE 2009: § 15.8m).

²⁷ Carricaburo 1997: §1 y §4.1.1.

Y finalmente, pertenece también al Rango 1 el pronombre “todos” en el segundo valor de su uso genérico (NGLE, 2009: 19.7.f). Se espera que *todos* concuerde con un verbo en 3º persona plural, pero en (10) se incentiva el valor inclusivo del enunciador en el verbo que concuerda en 1º persona del plural (“hemos”) buscando también el hablante eludir la autoreferencia más directa (NGLE, 2009: §33.6.k).

(10) *I: bueno / los más jóvenes sí / es este / la previa / <risas= “todos”/> / el boliche / el pub / cosas **que** hemos hecho todos / [PRESEEA_BAIRES_H32_29]*

En el Rango 2 quedaron subsumidas las formas pronominales personales nominativas de 3º persona singular, plural, femeninas y masculinas. Se registraron *él; ella, ellos* (como se ejemplifica en 11 y 12).

(11) *I: o sea / él camina y parece que está cansado / parece que / que le pesan los pies / eh*

E: sí

*I: esa fue la impresión **que** él me dio la primera vez que yo lo vi // y / sin embargo [PRESEEA_BAIRES_M32_46]*

(12) *I: [...] pero si el televisor funciona [E.: (risa)] viste esas cosas **que** te quieren cambiar ellos pero a mí me alcanza [PRESEEA_BAIRES_M33]*

También en el Rango 2 se incorporaron el pronombre indefinido negativo *nadie* (NGLE, 2009: §48.1c) y el demostrativo neutro *eso* (ejemplo 13); y los nominales de sustantivo (ejemplo (14)), casos todos estos que concuerdan con el verbo en 3º persona.

(13) *I: Me encanta escuchar los pajaritos a la mañana, **que** me despierte eso, y los olores, los aromas del campo, ver el amanecer [PRESEEA_BAIRES_M22_86]*

(14) *I: [...] no podés ver una mamá con un chico en la calle pidiendo esa mamá tiene que estar con su chiquito en algún albergue este **que** tenga la ciudad que tenga el gobierno no podés ver a una mamá con un chiquito pidiendo en la calle [PRESEEA_BAIRES_H22_91]*

Pensando en la posible intervención de la iconicidad del mensaje con la situación de comunicación, esperé que lo más cercano y conocido se mantuviera más cerca del enunciador, es decir al inicio del mensaje, separado de lo menos conocido o nuevo que debería ocupar la posición más lejana. Es decir que esperé que los sujetos de Rango 1 (*yo; nosotros; uno; vos* y *todos*) por cercanía con el enunciador ocuparan la posición antepuesta al verbo (SV); mientras que esperé que los sujeto de Rango 2, que codifican la 2º o 3º persona, y los nominales de sustantivo, por lejanía espacial y cronológica con el enunciador ocuparan la posición posverbal (VS). Tal como se aprecia en la Tabla 1, en los ejemplos recolectados del PRESEEA no había ningún caso de designara al interlocutor.

Tabla 1: Estructura interna de los Sujetos y distribución

1	2	3 S V	4 V S	T o t a l e s
R a n g o 1	<i>Y</i> <i>o</i>	4 0	0	
	<i>n</i> <i>o</i> <i>s</i> <i>o</i> <i>t</i> <i>r</i> <i>o</i> <i>s</i>	5	1	
	<i>U</i> <i>n</i> <i>o</i> <i>d</i> <i>e</i> <i>p</i> <i>l</i> <i>e</i> <i>i</i> <i>t</i> <i>e</i> <i>s</i> <i>í</i> <i>a</i>	1 6	2	

<i>V</i> <i>o</i> <i>s</i> <i>d</i> <i>e</i> <i>p</i> <i>l</i> <i>e</i> <i>i</i> <i>t</i> <i>e</i> <i>s</i> <i>i</i> <i>a</i>	7	0	
<i>T</i> <i>o</i> <i>d</i> <i>o</i> <i>s</i> <i>i</i> <i>n</i> <i>c</i> <i>l</i> <i>u</i> <i>s</i> <i>i</i> <i>v</i> <i>o</i> <i>d</i> <i>e</i> <i>l</i> <i>a</i> <i>l</i> <i>o</i>		1	

	p e r s o n a			
	T o t a l	6 8	4	7 2
	R a n g o 1			
R a n g o 2	É l / e l l a / e l l o s	3	3	
	n a d	0	1	

	<i>i</i>			
	<i>e</i>			
	<i>e</i>	2	1	
	<i>s</i>			
	<i>o</i>			
	T	5	5	1
	o			0
	t			
	a			
	l			
	R			
	a			
	n			
	g			
	o			
	2			
N		6	3	
o			4	
m				
i				
n				
a				
l				
d				
e				
s				
u				
s				
t				
a				
n				
t				
i				
v				
o				

	T o t a l	1 1	3 9	5 0
	R a n g o			
	2			
	+			
	S u s t a n t i v o			
T o t a l e s		7 9	4 3	1 2 2

En la Tabla 1, en la columna 1 se agrupan las formas pronominales según Rango 1 y Rango 2 y luego se introducen los nominales de sustantivo. En la columna 2 se detallan las formas pronominales. Las columnas 3 y 4 respectivamente diferencian la posición del sujeto en relación con el verbo (SV versus VS). Se presentan los subtotales y totales (destacados

en negrita) y los porcentajes en las columnas. La Tabla 1 evidencia que no se registraron formas que designaran al interlocutor, todas las formas pronominales de Rango 2 designan a la 3^o persona, la no-persona, por lo que las contabilizamos en conjunto en la tabla siguiente. Es interesante mencionar: la presencia de una celda 0 en la primera persona *yo* en posición pospuesta (VS) y la baja acumulación de pronombres (5 en total que representó un 6,30%/79) y de nominales de sustantivos (6 en total que representó un 7,60%/79) en la posición antepuesta (SV).²⁸

La Tabla 2 resume la distribución contemplando la posición de los sujetos y lo designado:

Tabla 2: Posición del sujeto y constitución interna

	1	2	
	S V	V S	
A	9 4 , 4 5 %	5 , 5 5 %	1 0 0 % 5
R a n g o 1	6 8	4	7 2

De la observación vertical de la Tabla 2 donde se contraponen los sujetos de Rango 1 con los sujetos de Rango 2 sumados a los de sustantivo

²⁸ Puede destacarse también que los 2 usos de “uno” en posición pospuesta se dan en el mismo hablante en construcciones idénticas. Siguen los ejemplos: los temas que le deben interesar no son específicamente los temas <que enseña uno>. [PRESEEA_BAIRES_H32_39] y Este... entonces ahí hay que adecuarse a la realidad, que... que cómo hay que llegar con el tema <que enseña uno> a lo del otro. [PRESEEA_BAIRES_H32_40]

	8 6 , 1 0 %	9 , 3 0 %	
B	2 2 %	7 8 %	1 0 0 %
R a n g o + 2 N o m i n a l	1 1	3 9	5 0
	1 3 , 9 0 %	9 0 , 7 0 %	
	7 9	4 3	1 2 2

	1	1	
	0	0	
	0	0	
	%	%	

Odds ratio = 60,27 > 1

según la posición que ocupan, se puede decir que en la posición antepuesta al verbo (columna 1 SV) prevalecen las formas pronominales de Rango 1 (que designan al hablante) frente a las formas de Rango 2 y de Nominal de Sustantivo. En la columna 1, se observa sobre un total de 79 casos SV, que 68 corresponden a formas de Rango 1, un 86,10%/79. Quedando para las formas pronominales de Rango 2 y de sustantivo solamente un 13,90%/79. Por el contrario, en la posición posverbal (columna 2 VS) solamente se registra un 9,30%/43 de formas de Rango 1, frente a 39 del Rango 2 y Nominales de Sustantivo, que representan el 90,70%/43 del total de sujetos en esa posición. En la lectura horizontal se advierte que de todos los sujetos antepuestos, las formas de Rango 1 (94,45%/72 Celda A1) son las más frecuentes, mientras que de entre todos los sujetos pospuestos, las más frecuentes son las formas que concuerdan con la 3º persona (78%/50 Celda B2). La prueba de *odds ratio* muestra un desvío mayor a 1, a favor de la predicción.

Digamos además que se ve una acumulación importante de sujetos de Rango 1 (72 casos que representan un 64,75%/122) que este trabajo está lejos de justificar, en tanto solamente está aportando un factor más a los ya mencionados por otros autores.

Siguiendo la línea de pensamiento esbozada previamente, estos resultados que acumulan sujetos de Rango 1 en anteposición y sujetos que concuerdan en la 3º persona en la posición VS en la cláusula relativa adjetiva de objeto aportan nueva evidencia a favor de la propuesta de que la posición pre-verbal es icónica con la posición en el espacio del enunciador, con su evidencialidad y con la anterioridad cronológica en la enunciación del elemento en esa posición que se agudiza cuando el sujeto flexiona morfológicamente en 1º persona o designa al hablante. Se puede ver en estos sujetos antepuestos que designan al hablante-enunciador una intención por redistribuir el orden de palabras de la cláusula relativa adjetiva de objeto (*QueO*)SV, una intención por lograr más transparencia oracionalizándola hacia la derecha en el discurso, una intención de reconstruir icónicamente la distribución de la cláusula transitiva prototípica independiente (SVO). Intención que se ve corroborada en los casos en que aparecen pronombres reasuntivos que vuelven a manifestar el paciente (ya representado por el relativo *que*) con un pronombre acusativo objeto directo, como ocurre por

ejemplo en (15) (se destacan en negrita el antecedente, el relativo y el reasuntivo) o en (16) (se destacan en negrita el antecedente, el relativo y el objeto directo de nominal de sustantivo) y por una despronominalización del *que*:²⁹

(15) *I: familiar / bastante cercano / y / y ayudarla a **que siga** / porque hay / hay algunas **cuestiones** / **que** / uno / por más voluntad **que tenga***

E: sí

*I: no **las** puede resolver / [PRESEEA_BAIRES_M32_47]*

(16) ... *Y bueno, son **cosas que uno** va aprendiendo **esas cosas**, y no me importa, la verdad, gastar plata en eso, si tengo **que gastar plata en un partido, sacar plateas**.* [PRESEEA_BAIRES_H32_37]

En (15) tenemos un orden de palabras (*QueO*)SOpro-reasuntivoV, y en (16) encontramos un orden de palabras (*QueO*)SVO. No contabilicé todavía estos casos dentro de aquellos que tienen sujeto antepuesto porque corresponde aumentar la cantidad de ejemplos, pero sí se advierte que aparecen de manera relativamente frecuente dentro la muestra analizada y considero que pueden llegar a representar otra evidencia a favor de la propuesta de iconicidad.

Conclusiones

La iconicidad es un factor fundante en la constitución del signo según el Enfoque cognitivo prototípico en el que se enmarca este trabajo, en tanto condiciona favorablemente la transparencia del mensaje y es buscada de manera espontánea por el hablante. Este trabajo se interesó en dar los primeros pasos en la propuesta de que la iconicidad influye también en el orden de palabras de la cláusula. Como se resumió al inicio del trabajo, ya Praga había mencionado la interioridad y el propósito del hablante-enunciador como justificativos para el orden de palabras, en este trabajo propongo incorporarlo entre los otros participantes. Sostuve que tanto en la oración independiente como en la oración dependiente el hablante, en busca de mayor transparencia, icónicamente distribuye el nominal sujeto (sea de pronombre o de sustantivo) de manera semejante a como se distribuyen los participantes en la situación de comunicación.

Para testear esta propuesta, reconsideraré conceptualizaciones de plásticos que materializan la situación de comunicación y analicé la posición de nominales sujeto en cláusulas relativas de objeto, que seleccioné como

²⁹ Esta propuesta de oracionalización de las cláusulas relativas adjetivas con pronombre reasuntivo la desarrollamos en Borzi y Morano (2009).

un contexto interesante para mostrar la propuesta de iconicidad enunciada porque su carácter de dependientes podría hacer esperar que dicha iconicidad no fuera prioritaria.

Analiqué cláusulas dependientes en las que el participante más conocido y el corpóreamente más evidente, el hablante enunciador, ubicado en el aquí y el ahora; típicamente representado por un sujeto agente de pronombre, mostraba tendencia a ocupar en las cláusulas relativas la posición antepuesta al verbo. A su vez, los participantes menos conocidos y corporalmente más lejanos al origen del mensaje, el interlocutor y el objeto del mensaje, codificados en sujetos de pronombre o sustantivo tendieron a ocupar en la relativa la posición posverbal. Aunque las cantidades son reducidas, los resultados caminan en el mismo sentido que los obtenidos sobre la Norma Culta.

El trabajo intentó solamente proponer una idea que corresponde trabajar más profundamente tratando de aportar más evidencia con el análisis de una mayor cantidad de ejemplos lingüísticos.

Referencias Bibliográficas

Bentivoglio, Paola. y Elizabeth G. Weber. (1986). A functional approach to subject word order in spoken Spanish. En Osvaldo Jaeggli y Carmen Silva-Corvalán (eds.). *Studies in Romance Linguistics*, pp. 23-40. Dordrecht: Foris.

Bichakjian, Bernard H. (1987). The evolution of word order: A Pae-domorphic Explanation. En Anna Giacalone Ramat, Onofrio Carruba y Giuliano Bernini (eds.) *Papers from the Seventh International Conference on Historical Linguistics*, pp. 87-108. Amsterdam: John Benjamins.

Bolinger, Dwight. (1954). English prosodic stress and Spanish sentence order. *Hispania*, 37, 152-156.

Bolinger, Dwight. (1954-55). Meaningful word order in Spanish. *Boletín de Filología* (Chile), 7, 45-56.

Borzi, Claudia. (1998). El papel del Dinamismo Comunicativo en el avance textual. *Linguística Española Actual*, XX/1, 239-254.

Borzi, Claudia. (2015). Pertinence de la détermination de l'antécédent et de l'iconicité sur la position du sujet dans les relatives. *Cahiers de Praxématique* 64 [en ligne].

Borzi, Claudia y Mabel Morano, (2009). Cláusulas Relativas Con Duplicación del Objeto, *Onomázein* (Chile), 19/1, 79-104.

Büring Daniel y Rodrigo Gutiérrez-Bravo (2001). Focus-related word-order variation without the NSR. En James Mc Closkey (ed.). *Syn-*

tax and Semantics at Santa Cruz, vol 3, pp. 41-58. California: University at Santa Cruz.

Cifuentes Honrubia, José Luis. (2000). El orden de palabras en la oración. En Manuel Alvar (dir.), *Introducción a la lingüística española*, pp. 359-370. Barcelona: Ariel.

Comrie, Bernard. (1981). *Universales del lenguaje y tipología lingüística*. Madrid: Gredos.

Contreras, Heles. (1976). *A theory of word order with special reference to Spanish*. Amsterdam: North Holland.

Contreras, Heles. (1999) Relaciones entre las construcciones interrogativas, exclamativas y relativas. En Ignacio Bosque y Violeta Demonte (coords.). *Gramática descriptiva de la lengua española*, vol. 2, pp. 1931-1963. Madrid: Espasa-Calpe.

Daneš, František. (1964-66). A three-level approach to syntax. *Travaux linguistiques de Prague*, 1, 225-240.

Daneš, František. (1974). Functional Sentence Perspective and the Organisation of the Text. En František Daneš (ed.). *Papers on Functional Sentence Perspective*, pp. 106-128. La Haya/ París: Mouton.

De Jong, Bob. (2000). Estudio analítico del signo lingüístico. Teoría y descripción. *Foro Hispánico. Revista Hispánica de los Países Bajos*, 17, 7-14.

De Miguel Aparicio, Elena. (1989). Sujetos invertidos en las construcciones ergativas del castellano. Los conceptos de tema y rema. En C. Martín Vide (ed.), *Lenguajes naturales y lenguajes formales*. Vol. 2, pp. 753-766. España: Promociones y Publicaciones Universitarias.

Del Barrio de la Rosa, Florencio. (2011). El Orden *QueXV* en las oraciones de relativo del español clásico, [en línea], URL: <http://www.cervantes.es>.

Delbecque, Nicole. (1991). *El orden de los sintagmas. La posición del regente*. *Gramática española: enseñanza e investigación*. Salamanca: Universidad.

Dik, Simon. (1978). *Functional Grammar*. Amsterdam: North-Holland.

Firbas, Jan. (1967). On the interplay of means of functional sentence perspective. En *Actes du X^{ème} Congrès International de Linguistes. Bucarest, 20 Août – 2 Septembre 1967*, pp: 714-744.

Firbas, Jan. (1974). Some Aspects of the Czechoslovak approach to problems of functional sentence perspective. En František Daneš (ed.). *Pa-*

pers on functional sentence perspective, pp. 11-37. La Haya/París: Mouton.

Firbas, Jan. (1992). *Functional Sentence Perspective in Written and Spoken Communication*. Cambridge: University Press.

Gutiérrez-Bravo, Rodrigo. (2003). Subject Inversion in Spanish Relative Clauses. A case of prosody-induced word order variation without narrow focus. En Twan Geerts, Ivo van Ginneken y Haike Jacobs (eds.). *Romance Languages and Linguistic Theory*, pp. 115-128. Amsterdam: John Benjamins.

Haiman, John. (1985) Introduction. En John Haiman (ed.). *Iconicity in Syntax*, pp. 1-10. Stanford: John Benjamins.

Hopper, Paul y Sandra Thompson (1980). Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56(2), 251-299.

Keller, Rudi (1995) *Zeichentheorie*. Tübingen: Francke.

Langacker, Ronald. (1987). *Foundations of Cognitive grammar. Theoretical Prerequisites*, Stanford: Stanford University Press.

López Meirama, Belén. (2006). Semantic and Discourse-Pragmatic Factors in Spanish Word-Order. En J. Clancy Clements y Jiyoun Yoon (eds.). *Functional Approaches to Spanish Syntax*, pp. 7-51. New York: Palgrave Macmillan.

Lyons, John. (1977). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mathesius, Vilém. (1928). On linguistic characterology with illustrations from modern English. En *Actes di premier Congrès International de Linguistes a la Haye*, pp. 56-63. Leiden: Sijthoff.

Mathesius, Vilém. (1936). On some problems of the systematic analysis of grammar. *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, 6, 95-107.

Meyer-Hermann, Reinhard. (1990). Sobre algunas condiciones pragmáticas de la posición del sujeto en español. *Estudios de Lingüística de la Universidad de Alicante*, 6, 73-88.

Morales de Walters, Amparo. (1982). La posición de sujeto en el español de Puerto Rico a la luz de la clase semántica verbal, la oposición tema-remata y el tópico oracional. *Lingüística Española Actual*, IV, 23-38.

Morales, Amparo. (1995). Interacción de sintaxis y pragmática en la variación dialectal. Los sujetos pronominales. *Anuario de Lingüística Hispánica*, 11, 253-276.

Morales, Amparo. (2007). La norma policéntrica del español. Procesos discursivos del español de Puerto Rico. <http://www.congresosdelalengua.es/cartagena/>.

Padilla García, Xose A. (2006). El problema del patrón básico desde la teoría de prototipos (Su aplicación al orden de palabras en español). *Linguística Español Actual*, 28(1), 29-45.

Real Academia Española. (2009). *Nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa.

Trnka, Bohumil. (1964-66). On the linguist sign and the multilevel organization of language. *Travaux linguistiques de Prague*, 1, 33-40.

Weil, Henri. (1844). *De l'ordre des mots dans les langages anciennes comparées aux langues modernes*. Paris: Joubert.

Wright, Edmond L. (1976). Arbitrariness and Motivation: A New Theory. *Foundations of language*, 14, 505-523.

DOIS ESTUDOS PRÁTICOS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Prof. Francisco da Cunha e Silva Filho
(ABRAFIL e UFRJ)

Abstract: This paper analyses two functional studies of Portuguese Language, respectively, *Aprenda a falar e a escrever corretamente*, by Luiz A. P. Victoria, and *O poder das palavras*, by Walmírio de Macedo, i.e., grammar studies intended to teach a language for practical purposes, with a method quite different from the ones used in writing scholarly advanced grammars which are mostly read by specialists and not perused by the common reader who only wants to learn the basics of his own language and so is not interested in going deep into the realms of intricate grammars couched in a difficult exposition out of the average reader's reach. This kind of studies in Brazil may be roughly traced back to 1960s, 1970s and 1980s with books that were chiefly published by Edições de Ouro and a couple of other Brazilian publishing companies. Moreover, *these* works (generally thin books) have some traits similar to the approach used by the so-called self-taught grammars and practical studies, mainly in the United States.

Keywords: Language – Portuguese – practical – functional – grammars – *academic* - self-teaching.

Resumo: Este ensaio analisa dois estudos de Língua Portuguesa, i.e., estudos gramaticais destinados ao ensino de uma língua com finalidades práticas e com método bem diverso daqueles usados nas gramáticas avançadas e acadêmicas, as quais são, na sua maioria, lidas por especialistas e não compulsadas pelo leitor comum que apenas deseja aprender os fundamentos básicos de sua língua materna e, por isso mesmo não se interessam por aprofundar-se nos domínios intrincados de gramáticas vazadas numa exposição difícil fora do alcance desse leitor comum. Este tipo de estudos aproximadamente remonta *às décadas de 1960, 1970 e 1980 com obras que foram na sua grande parte publicadas* pelas Edições de Ouro e por algumas outras editora nacionais. A par disso, essas obras (geralmente livros breves) têm características similares às chamadas gramáticas ou estudos autodidáticos, sobretudo de origem norte-americana.

Palavras-chaves: Língua – Português – prático – funcional – gramáticas – acadêmico – autoestudo.

Neste ensaio emprego a expressão sintagmática “Gramáticas funcionais” inspirado num título e abordagem funcional de um autor norte-americano, George C. Cevasco que publicou uma breve gramática inglesa intitulada *Grammar self-taught*.¹

Nos EUA, ao longo do tempo, se editaram numerosíssimas obras mais ou menos enquadradas nos termos propostos por Cevasco, ou seja, uma gramática simplificada, visando, antes de tudo, à facilidade de exposição de usos funcionais ou pragmáticos da língua inglesa, longe da complexidade terminológica de gramáticas acadêmicas, mais destinadas estas últimas aos estudantes do ensino superior de Letras e professores universitários, distantes, assim, dos interesses de outros usuários de gramáticas, seja por não terem ainda nível de conhecimentos linguísticos suficientes como os alunos do *junior and senior high school*, seja porque tais gramáticas simplificadas atendiam a um público muito mais amplo e diversificado de profissionais de comunicação, jornalistas, vendedores, homens de negócios, apresentadores, radialistas, oradores, advogados, médicos, engenheiros, enfim, um público-alvo para o qual uma exposição avançada de uma gramática não teria muito proveito imediato.

Daí que minhas reflexões sobre modos de escrever gramáticas me levaram a divisar duas espécies de gramática de uma língua: a) gramáticas acadêmicas,² com apresentação somente de conteúdos *teóricos* avançados

¹ CEVASCO, George A. *Grammar self-taught*. New York, N. York: Washington Square Press, Inc., 1963.

² Gramáticas **acadêmicas** de autores brasileiros seriam, entre outras e com níveis diferentes de aprofundamento teórico, as seguintes: *Gramática portuguesa*: curso superior, de João Ribeiro; *Gramática secundária da língua portuguesa*, de Said Ali; *Gramática expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira; *Gramática da língua portuguesa*, de Carlos Góis & Herbert Palhano; *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*, de Artur de Almeida Torres; *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara; *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra, sendo este último autor português; *Pequena gramática*, de Adriano da Gama Kury. *Gramática resumida*, de Celso P. Luft; *Gramática fundamental da língua portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo; *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima; *Gramática descritiva do português*, de Mário Perini; *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho; *Gramática da língua portuguesa padrão*, de Amin Boainain Haury; *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo; *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Neves Moura.

e endereçadas a especialistas (professores e estudante de Letras); b) gramáticas mistas,³ as que visam a expor tanto conteúdos teóricos em níveis médio e superior quanto *aplicação* destes através de exercícios discursivos, testes objetivos, de múltipla escolha, inclusão de questões de vestibulares e concursos públicos em geral, servindo a um leque de leitores, como estudantes, professores do ensino fundamental e médio de Língua Portuguesa e a especialistas (professores e estudantes do ensino superior de Letras e o público indistintamente.

Esse segundo tipo de gramática, em algumas obras, como é o caso da gramática do Professor Manoel P. Ribeiro (vide nota de rodapé 3 abaixo), presta-se a ser uma obra também de referência, à semelhança dos dicionários, para consultas a inúmeras questões gramaticais, desde aspectos gramaticais de dificuldade mediana a temas mais complexas e resultantes das mais recentes investigações no estudo da língua, como linguística do texto, teoria da comunicação, análise de textos, sociolinguística, semântica, estilística, redação argumentativa. Os estudos práticos sobre questões gramaticais - tema nuclear deste ensaio - estão mais próximos da segunda espécie de gramática.

No Brasil, nos anos 1960 a 1970, aproximadamente, esse mesmo tipo de estudos funcionais esteve muito em voga, principalmente a partir das publicações de bolso das Edições de Ouro, muito voltadas aos chamados livros de autoestudo tanto para os primeiros passos do ensino de línguas modernas como os voltados a esse tipo de gramática funcional ou estudos temáticos sobre aspectos práticos gramaticais - objeto do presente estudo. Sempre assaz curioso, naquele tempo, por esse tipo de estudos, comprei alguns livros dessas coleções ainda no Piauí e, depois, no Rio de Janeiro onde fixei residência.

Devo registrar que eu próprio me incluiria entre esses leitores não só no tempo em que era universitário de Letras mas ainda pela vida afora. Não vou negar que elas me foram proveitosas na aprendizagem geral do vernáculo e não conto as vezes em que a elas recorri para consultas imediatas e mesmo subsídios às minha aulas de língua portuguesa em cursinhos do ensino médio, particular e público.

³ **Gramática mistas** seriam, entre outras, por exemplo, em diferentes níveis de aprofundamento de conteúdos e respeitando as épocas de publicação de cada uma e em virtude de pesquisas mais recentes de outras : *Gramática metódica da língua portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida; *Novíssima gramática da língua portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla; *Gramática aplicada*, de Hamilton Elia; *Nossa gramática: teoria e prática*, de Luiz Antônio Sacconi; *Gramática aplicada da língua portuguesa*, de Manoel P. Ribeiro.

Algumas dessas obras vinham com uma novidade - a chave dos exercícios propostos -, novidade que não era só de então, nem tampouco de agora, pois, nos idos dos anos 1920, a velha editora F.T.D., de excelentes obras didáticas para as várias disciplinas dos currículos de então, já incluía a chave de exercícios para uso só dos docentes. Por outro lado, o emprego da chave de exercícios, incluída no livro ou em edição em separado, hoje ainda é amiúde usado, não somente no país como em publicações do exterior, principalmente nos EUA e na Inglaterra.

A chave de exercício se tornou um instrumento generalizado nos livros didáticos brasileiros, a qual, a meu ver, é sempre bem-vinda tanto para docentes como para discentes.

Não tendo como objetivo aqui desenvolver um estudo mais minucioso dessas obras práticas, no entanto, seria lícito levantar alguns dados sobre o assunto que, de outra forma, poderiam permanecer esquecidos da atenção dos estudiosos e produtores de gramáticas na atualidade, inclusive tendo em vista que essas obras, ventilando tópicos gramaticais, fizeram história na produção bibliográfica do gênero no país. Por conseguinte, cabe-nos tecer alguns comentários sobre duas obras desta bibliografia didática escrita à margem da produção acadêmica e especializada.

Escolhi como *corpus* das minhas análises não apenas autores editados pelas Edições de Ouro (hoje, Ediouro) mas autores que deram a lume obras gramaticais deste tipo em outras editoras. Para fins desta pesquisa, elegemos dois autores e uma obra correspondente a cada um. Para a discussão do tema, desenvolveremos a nossa exposição segundo os capítulos seguintes: 1) Considerações sobre os autores; 2) A organização das obras e seu conteúdo; 3) A importância desse tipo de obras e seu alcance junto aos leitores.

Autor: Obra examinada:

Luis A. P. Vitória - *Aprenda a falar e a escrever corretamente a sua língua*⁴

Walmírio de Macedo - *O poder das palavras com um vocabulário rico*⁵

⁴ VICTORIA, A. P. *Aprenda a falar e a escrever corretamente sua língua*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

⁵ MACEDO, Walmírio de. *O poder das palavras*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.

1. - A organização das obras

1.1. - Consideração sobre os autores

O entendimento deste ensaio só se torna pertinente quando pensamos nos estudos gramaticais sem preconceitos, seja acadêmicos, seja por motivos pessoais. Assim o fizeram os países mais avançados do mundo civilizado. Não faz sentido subestimarmos *a priori* alguns estudos gramaticais por motivos meramente elitistas só explicados pela falta de perspectiva do contexto cultural do estudioso diante da história da nossa educação e, em particular, dos estudos de linguagem no Brasil. Cumpre entender que a produção didática ou especializada no campo da gramática, dos estudos filológicos e linguísticos só adquiriu um nível de eficiência e atualização após o surgimento dos cursos superiores de Letras no país a partir do final anos 1930.⁶

Por outro lado, a formação dos professores de língua portuguesa, por exemplo, atravessou duas fases distintas: a de professores sem a devida formação acadêmica nos estudos literários, quer dizer, via Faculdade de Letras e os docentes graduados por esta última. Desta maneira, durante alguns anos, professores de áreas que não a de Letras, principalmente oriundos do curso de Direito, supriram a ausência de professores licenciados em Letras.

É neste contexto histórico que muitos estudiosos de questões de linguagem, amparados em leituras de grandes gramáticos brasileiros, por autodidatismo foram-se aprofundando e alguns deles começaram a produzir obras relacionadas à gramática dirigidas ao público em geral não especializado. Neste grupo se encontram nomes como Luis A. P. Victória, Osmar Barbosa, José Perea Martins, entre outros, ao lado de mestres do ensino médio e superior como Walmírio de Macedo,⁷ entre outros.

Na maioria eram autores produtivos, com muitas obras práticas acerca de temas da linguagem normativa, obras pautadas no “certo” ou “errado” da sintaxe portuguesa. Aliás, no país vem de longe essa prática, hoje não bem aceita por alguns novos gramáticos e linguistas, devido aos excessos de ortodoxia no uso sintático, em suma, na prática da gramatiquice que tanto foi combatida pelos escritores modernistas, principalmente da

⁶ SILVA FILHO, Cunha e. As Faculdades de Letras. In: *Breve introdução ao curso de letras: uma orientação*. Rio de Janeiro: Litteris/ Ed. Quártica, 2009, p. 16-17.

⁷ Na verdade, o presente ensaio tinha por meta mais ambiciosa pesquisar um número bem maior desses estudos práticos de Língua Portuguesa. Reitero, entretanto, que, me restringindo a só dois autores, com isso apenas estou considerando-os como indicações que seguramente levariam a outras pesquisas de maior monta sobre o assunto.

primeira fase inicial, a de 1922. Seriam emblemáticos o opúsculo *Regras práticas para bem escrever*, de Laudelino Freire⁸, membro da Academia Brasileira de Letras, e, em Portugal, os volumes de *O que se não deve dizer*, de Candido de Figueiredo, gramático e filólogo português). A antiga crítica gramatical, praticada entre nós por um Osório Duque Estrada e, em Portugal, por um Gomes de Amorim⁹ que, segundo a afirmação de Hênio Tavares, “mutilou Camões no leito de Procusto da sua estreiteza gramatical.”¹⁰

Antes mesmo do Modernismo brasileiro, no período convencionalmente chamado de Pré-Modernismo, o escritor Lima Barreto já era bem criticado por utilizar uma linguagem literária muito próxima do uso oral, *reproduzindo* o falar de pessoas do povo. O que seria um avanço no emprego da linguagem literária era menosprezo de críticos gramaticais que não atentavam para a dimensão “estético-social”¹¹ da sua obra renovadora por lhes faltarem, a meu ver, ampla visão estética.

A circunstância de me cingir apenas aos quatro autores citados, sinaliza mero *ponto de referência* a um número de outros autores que desenvolveram obras semelhantes e que podem ser tema para outras pesquisas mais completas voltadas a esse tipo de estudos funcionais, tratando de questões gramaticais sem propósito algum de apresentar hipóteses de teses sobre partes da gramática normativa, geralmente, sem aparato bibliográfico nem terminologia científica.

Constituem obras sem viés erudito, prontas a atender aos usuários em consultas rápidas, conforme presenciei, numa redação de jornal, um apreciado jornalista afirmar para um colega meu de vida literária. O jornalista retirou de um gaveta de sua escrivaninha um pequeno livro prático sobre dúvidas na arte da escrita: “Sempre que estou inseguro, recorre a este livrinho.” Não preciso de mais nada,” concluiu ele.

As gramáticas funcionais são livros que, seguramente fundamentadas em boas gramáticas mais conhecidas e de autores de peso, nas mãos de um autor não acadêmico e erudito, são assimiladas em formas mais sim-

⁸ FREIRE, Laudelino. *Regras prática para bem escrever*. 3. ed. Rio de Janeiro; Livraria Odeon, 1937, 93 p.

⁹ Ver o verbete sobre Gomes Amorim in PRADO COELHO, Jacinto do. (dir.) *Dicionário de literatura*, 3. ed. Porto: Figueirinhas, 1973. 1º volume, A/K, p. 52.

¹⁰ TAVARES, Hênio. *Teoria literária*. 8. ed. revista e atualizada. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984, p.154. A referência nessa citação diz respeito ao poema “Camões” com o qual Almeida Garrett iniciou o Romantismo em Portugal.

¹¹ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 38 ed. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 320.

plificadas de elucidar o leitor comum. Isso não quer dizer que algumas não tenham sido bem organizadas, bem redigidas e com boa contribuição pessoal e habilidade de formular exercícios bem elaborados. Daí serem estudos de aplicação gramatical, que pesquisam as “miudezas” gramaticais, cuidando mais de morfologia e de alguns aspectos sintáticos: relação exaustiva de coletivos, vozes de animais, femininos menos conhecidos, nomes gentílicos, plurais de compostos, substantivos nos graus aumentativo e diminutivo, uso dos numerais, uso da crase com dicas práticas, plurais de adjetivos compostos, uso de pontuação, de abreviaturas, de pronomes relativos regidos de preposição, de concordância verbal, nominal, uso do infinitivo pessoal ou impessoal, de sinonímia, paronímia, antonímia, silabada, ortoépia/ortoepia.

2. - A organização das obras e seu conteúdo.

2.1. - Luis A. P. Victória e sua obra *Aprenda a falar e escrever corretamente a língua portuguesa*

Autor muito conhecido por suas obras endereçadas a estudos sem mestre de Língua Portuguesa relativos ao ginásio e ao segundo grau, lançados pelas Edições de Ouro, também escreveu uma pequena história da literatura francesa e um livro para o ensino prático da língua inglesa, um dicionário de mitologia e um dicionário da origem das palavras, entre outras obras, em geral para quem deseja melhorar sua cultura geral. É o próprio autor dessa obra que, no prefácio, admite ser ela endereçada ao povo, ao leitor comum e não ao aprofundamento erudito em questões de Língua Portuguesa. As explicações são feitas de maneira clara, reduzidas ao mínimo, sem citações de autores e abonações de obras literárias, sem igualmente nenhum aparato bibliográfico remissivo. Como outras obras congêneres, a edição de que me valho data de 1953, ou seja, sua exposição ainda segue a terminologia gramatical antes da introdução da NGB, em 28 de janeiro de 1959, Portaria Nº 36.

Da mesma maneira que outras obras do mesmo feitio, não inclui capítulo sobre fonética e fonologia. Não segue, portanto, a divisão clássica (fonética, morfologia e sintaxe) das gramáticas normativas tradicionais mais conhecidas. Tendo por objetivo o uso funcional da língua, só aborda aspectos pontuais da morfologia, da sintaxe e ortografia. Por outro lado, vejo como aspectos positivos nessa espécie de gramática e estudos alguns itens, muito úteis a qualquer usuário da língua materna, os quais se fazem presentes em obras congêneres:

- Concordância verbal
 - Concordância nominal
 - Colocação pronominal
 - A crase
 - Verbos irregulares
 - Particularidades sobre verbos
 - Verbo haver
 - Uso do imperativo negativo
 - Uso de pronomes de tratamento
 - O pronome se (partícula apassivadora),
 - Verbos irregulares
 - Sistema ortográfico (incluindo pontuação, acentuação, abreviaturas)
 - Emprego do infinitivo impessoal
 - Regência de alguns verbos de “uso mais frequente;”
 - “Generalidades”:
- A partícula *que*, as expressões *porque* e *por que* (grifos do autor em exame)
- Adjetivos pátrios ou gentílicos “que apresentam dificuldades”
 - Os coletivos mais usados
 - Barbarismos gráficos
 - Barbarismos prosódicos
 - Parônimos

É lícito acentuar que toda a exposição gramatical obviamente se es-triba nas leituras *implícitas* dos nosso gramáticos mais abalizados. A contribuição de Luiz A. P. Victória foi a de resumir, organizar, de selecionar os aspectos gramaticais que - suponho ter pensado o autor -, não podem ser omitidos em estudo gramatical de natureza funcional, conforme já frisei mais de uma vez neste ensaio. Entretanto, a grande contribuição de Luiz A. P. Victória, a meu ver, reside não apenas na explanação clara e simples do conteúdo mas igualmente nos bem elaborados exercícios sobre os assuntos ventilados no livro e acompanhados da chave no final do volume.

Recordo que há um outro tipo de exercício de aplicação, de nome “Textos a corrigir,” que segue uma tradição também muito comum em obras análogas de autores estrangeiros e mesmo brasileiros, muito difundido em obras de décadas atrás. Ou seja, uma prática de ensinar uma língua

estrangeira ou nativa na base do “certo “ e “errado.” Esse exercício também vem com a chave para consulta do leitor.

Alguns linguistas hoje em dia repudiam essa forma de *approach* no ensino de língua, alegando que ela se destina aí somente ao uso *escrito* culto da língua e não leva em conta os demais níveis da língua já estudados pela sociolinguística. O tema é polêmico e deve permanecer em aberto.

2.2. - Walmirio de Macedo e seu livro *O poder das palavras com um vocabulário rico.*

Respeitado filólogo, linguista e gramático, faleceu recentemente. Foi membro ilustre da Academia Brasileira de Filologia e lecionou Língua Portuguesa no ensino médio, na Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense e na Universidade Santa Úrsula, autor de várias obras nas suas especialidades. Walmirio de Macedo é desses estudiosos que, a par de obras mais complexas no campo dos estudos da linguagem, enveredou igualmente por estudos práticos da Língua Portuguesa, alguns publicados pelas Edições de Ouro. Dentre outras obras práticas, optei por um livro bem diferente em sua natureza didática e temática, o qual lemos nos anos 1960, da Coleção “Aprenda a tua língua.”¹² É evidente, desde o conteúdo dos itens gramaticais desenvolvidos na pequena obra, que o autor sinaliza logo a sua formação acadêmica, sobretudo no elucidativo prefácio, que passamos a comentar.

O objetivo de *O poder das palavras* é conscientizar os usuários do vernáculo para a importância que o *vocabulário* desempenha na comunicação escrita ou falada, despertar no leitor o hábito de adquirir maiores possibilidades de comunicação e maior domínio de recurso vocabulares e estilísticos a fim de torná-lo mais competente linguisticamente. Indivíduos com um repertório vocabular pobre, segundo Walmirio de Macedo, tendem a “insucessos na vida.” Citando o historiador e crítico literário português Fidelino Figueiredo, lembra que a “conversação” entre pessoas seria uma espécie de “luta pela expressão,” título de uma das obras do crítico português.¹³ Recorda, ademais, que o êxito das pessoas na profissão muito depende do referido domínio do vocabulário e recursos expressivos de que a língua dispõe, tais como sinonímia, homonímia, domínio da conjugação verbal etc.

Walmirio de Macedo argumenta que, ao conversarmos, temos por finalidade um “aspecto tríptico da linguagem”: a) informar; b) solicitar;

¹² *O poder das palavras*. Op. cit.

¹³ FIGUEIREDO, Fidelino. *A luta pela expressão*: prolegômenos para uma filosofia da literatura. Coimbra: Nobel, 1944.

c) convencer. O sucesso da comunicação entre os indivíduos depende do bom desempenho desses três aspectos. Refere que a competência linguística se realiza plenamente quando a informação se combina com a “precisão,” a solicitação com a adequação vocabular e o convencimento se torna eficaz e se realiza com “facilidade.”

O objetivo do autor é, pois, prover o usuário da língua com uma orientação, exposta em linguagem “simples, visando a equipar o leitor em geral com “lições” de um professor de língua portuguesa contando, na época, com onze anos lecionado, em todos os níveis de ensino, e amparado em leituras nos mais “renomados” estudiosos da Linguística (assim grafado pelo autor), tais como Saussure, Matoso Câmara, Bally, Vossler, Spitzer, Lázaro Carreter, Georges Galichet, Meillet, Marouzeau, Amado Alonso, Dámaso Alonso entre outros.

Além do conteúdo temático exarado pelo autor e que, em geral, se encontra em obras práticas ou funcionais, como homônimos, formação de palavras, verbos, femininos, nomes gentílicos, há que salientar-se os seguintes pequenos capítulos, os quais por si mesmos, evidenciam a novidade e atualização da obra em exame:

- O símbolo linguístico (capítulo I);
- Alterações de significados em consequência de fatores tais como associação de ideias (capítulo V);
- O vocabulário e as classes sociais (capítulo VI);
- “Eufemismo” (capítulo VII);
- “A psicologia e os vocábulos” - Estrangeirismos (capítulo VIII);

Se o propósito do gramático tem como núcleo desse pequeno livro demonstrar até que ponto o domínio de vocábulos e seus significados será útil e proveitoso ao leitor desejoso de aperfeiçoar sua habilidade escrita e oral da Língua Portuguesa enriquecendo seu vocabulário e aprendendo na leitura dessa obra a segura orientação a fim de conseguir seu intento, alguém, todavia, poderia argumentar que se não seria melhor e mais rápido consultar os grandes e mais conceituados dicionários de que dispomos em Língua Portuguesa, lendo, com critério e meticulosidade, cada verbete e abonações várias, cujas acepções não conhecemos bem. Não, exatamente, dado que, no estudo de *O poder das palavras*, o autor adentra aspectos dos vocábulos tendo em vista o seu contexto linguístico, a variação estilística e a sua seleção semântica qualitativa e quantitativa dentro dos limites traçados pelo recorte específico de suas pesquisas.

Ora, não é aleatória essa escolha do vocabulário examinado e ilustrado em exemplos e em testes objetivos (no livro são 16 testes bem

elaborados seguidos de uma chave de exercícios) a fim de que o leitor se beneficie e possa ter segurança de que assimilou bem as lições desenvolvidas no livro. A seleção do vocabulário analisado pelo autor tem sempre em vista a sua pertinência no uso da língua escrita e oral e a sua praticidade em benefício do usuário de amplo espectro. Vejamos, a seguir e em resumo, como o autor trata cada um dos itens dos capítulos acima-elencados.

2.3 - O símbolo linguístico.

Para os estudantes dos antigos ginásio, científico, clássico e técnico, que pertenceram à minha geração, no final das décadas de 1950 e inícios de 1960, pelo menos, nos conteúdos dos livros didáticos oficiais, o conceito de símbolo linguístico (ou signo linguístico) era para nós desconhecido.

O autor deste ensaio só foi estudar esse conceito nos estudos do eminente Matoso Câmara, de quem foi aluno, no início da segunda metade dos anos 1960, através da leitura, para a época, obrigatória e, hoje, um clássico no gênero, de *Princípios de linguística geral*,¹⁴ obra, de resto, difícil a muitos estudantes da minha geração, alguns dos quais não gostavam do estilo “barroco” (segundo opinião bastante subjetiva e algo ingênua de algumas colegas da graduação de Letras) do famoso linguista brasileiro.

Walmírio de Macedo, no início do capítulo de sua pequena obra, informa e ensina, sempre com a simplicidade e clareza de exposição, o que seja o símbolo linguístico, os dois elementos que o constituem -, o *significante* e o *significado* -, a arbitrariedade do signo linguístico, o conceito de *palavra*, resultante da “associação” de vocábulo com a ideia. O autor refere que, ao contrário da *palavra*, sempre um símbolo, vocábulos há que não são arbitrários, i.e., aqueles que definimos como as *onomatopeias*, cujos sons lembram logo o que representam. Dá como exemplos os vocábulos “au-au,” “fon-fon,” os quais de imediato sugerem o que simbolizam o cão e o automóvel.¹⁵

Voltando ao conceito de palavra, Walmírio de Macedo recorda que a palavra é forma e ideia, sendo a forma o “conjunto fonético” e a ideia, o “conteúdo psíquico”¹⁶ Prosseguindo em sua exposição, o estudioso chama a atenção para o fato de que, na comunicação, a palavra sozinha não se realiza como mensagem, porquanto só na frase ela adquire valor comunicativo, de enunciado e de “simbolismo linguístico.”¹⁷ Fora da frase,

¹⁴ MATTOSO CAMARA JR, Joaquim. *Princípios de linguística geral*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.

¹⁵ Op. cit., p. 15.

¹⁶ Idem, ibidem

¹⁷ Idem, ibidem

segundo ele, a palavra é mera “abstração.” Argumenta que, no dicionário, a palavra pode, em alguns casos, ser até “perigosa,” dado que, no verbete, ela oferece muitos sentidos, os quais só podem ser particularizados quando no “conjunto fraseológico.” Ele ilustra, com exemplo, a palavra “cabeça,” contextualizada em frases extraídas da conhecida obra *Estilística da língua portuguesa*, de Rodrigues Lapa.¹⁸

Adverte o autor que o emprego correto de uma vocábulo merece todo o *cuidado* do usuário da Língua Portuguesa. Por último, faz referência a escritores (poetas, oradores) que se comprazem no uso do que se chama “harmonia imitativa,” recurso fonético-semântico a fim de estabelecer nexos de sentido graças ao emprego de vocábulos nos quais os fonemas iniciais de cada um, numa espécie de quebra da arbitrariedade linguística, provocam, no conjunto do enunciado, uma ideia pretendida por um autor. Como exemplo, recorre àquela conhecida frase: “O rato roeu o rol da roupa do rei de Roma.” Ou, nas palavras do gramático, filólogo e linguista: [... com sua sequência de **erres** procura dar ideia do ruído provocado pelo rato quando rói.] (negrito do autor).¹⁹

2.3. - Alteração de significados em consequência de fatores tais como ‘Associações de Ideias.’

No capítulo V, Walmírio de Macedo enfoca a questão da mudança do significado de um vocábulo quando seu emprego resulta de uma associação de ideias. Para ele, ao alterar um significado, uma palavra pode resultar numa metáfora., definida por ele como “... a alteração de sentido de uma palavra sem que se lhe seja alterada a forma.”

Adianta que, na criação da metáfora, o processo de alteração semântica ocorre por analogia e “contiguidade”. Justifica seu argumento com a frase proferida pelo homem ao dirigir-se galantemente a um mulher: “É uma flor.” Por associar traços da flor, como beleza, delicadeza, perfume ou levado por uma afetividade votada à flor e a uma mulher que lhe despertou uma admiração, surgiu aquela metáfora. Reforça que entre a flor e a mulher não existe uma “semelhança entre a cor, a forma e a estrutura,” A semelhança está assente na “ideia” veiculada pela flor e pela mulher.

A analogia se efetiva também no campo afetivo ou disfêmico utilizado por um emissor, o que o leva reconhecer dois tipos de metáforas:

¹⁸ Idem, ibidem. Cf. LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 6. ed., Corrigida e acrescentada pelo autor. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970, p. 16, na edição que consultei. Dada a natureza prática de O poder das palavras, o autor não remete o leitor à fonte da obra citada com os devidos dados de imprensa.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 15.

a fundamentada na “semelhança” e a “estritamente afetiva.” Como ilustração da primeira, cita os “apelidos,” nas expressões vocabulares seguintes: “Girafa”, para designar um pessoa muito alta; “Cara de Lua Cheia”, pela semelhança da forma física do rosto de alguém com o satélite da Terra; “Onça” para significar uma “mulher valentona”; “Víbora” em decorrência de uma mulher ser “linguareta” e em virtude do sentido comum do veneno da cobra e o da “língua da mulher.”

O professor Walmírio de Macedo ainda refere a metáforas empregadas com apoio em adjetivos. É o caso do sintagma “música saborosa.” Tem-se aqui, segundo ele elucida, um determinante com “sentido inaplicável,” de vez que “saborosa” não poderia ser utilizado a fim de qualificar “música.” Esse emprego só cabe mesmo como expressão sinestésica (de largo uso no estilo literário do movimento simbolista) ou como ele pondera, como “transposição de sentido”.²⁰

O autor menciona mais dois exemplos nos quais o adjetivo transmite acepções diferentes: “conta **salgada**” e comédia **salgada**” (negritos do autor).

O filólogo tece, em seguida, considerações em torno de outro “fator” de alteração de sentido: a afetividade. Daí surgirem um quantidade de expressões nascida do impulso afetivo, tais como vistas nos exemplos seguintes: “meu chuchu”, “minha joia”, “meu torrão de açúcar”, “meu tesouro,” “meu anjo”, “minha flor,” entre outras.

Para Walmírio de Macedo a metáfora é um “fator” na língua “necessário e indispensável.” Aduz ainda que a metáfora não deve ser entendida como um “desvio” de “uso idiomático normal,” porém como um fato da língua que deve merecer toda atenção pela importância que assume no campo da expressividade.

O autor conclui o capítulo ensinando que, certas metáforas, por serem tão usadas, perdem a antiga característica de metáforas. A elas o autor chama de “metáforas **mortas** ou **gastas**” (negritos do autor). Dá como exemplo desse tipo de metáfora os seguintes: “pé do monte,” “barri-ga da perna,” “braço da cadeira.” O abuso de metáforas, segundo o autor, provoca o surgimento de gírias, as quais são provêm de uma “associação de ideias”, à semelhança das metáforas.

2.4. - O vocabulário e as classes sociais: gírias

Neste capítulo, o filólogo discute a questão da gíria na Língua Portuguesa. De início, se observa claramente um posição crítica e até dogmática do autor no que concerne ao uso da gíria. Não nega o fenômeno

²⁰ Idem, ibidem, p. 34.

da gíria, mas taxativamente não o aceita, pelo menos ao tempo em que escreveu a obra em tela – princípios dos anos 1960 –, consoante se pode depreender da citação seguinte, logo na introdução do capítulo VI: “É preciso que nos policiemos a todo instante para não dizermos gírias.”²¹

Quer dizer, sua posição de gramático, posto que reconheça a realidade linguística da gíria, tende a ser bem conservadora no campo da política do idioma. Mostra-se um vigilante, um defensor da pureza do vernáculo e, assim, se mantém até ao final do capítulo.

Nesta posição defensiva é evidente e incisivo o tom edificante com que se posiciona no tocante ao ensino da língua portuguesa, seja na oralidade, seja na escrita. Não obstante, por se tratar de um estudioso da linguística, ele divisa seis traços distintivos no emprego da gíria, os quais, a meu ver, constituem o fundamento de sua reflexão sobre o vocabulário e a gíria:²²

- 1) Ausência de significação própria;
- 2) Significação conforme a situação;
- 3) Malícia;
- 4) Associação de ideias;
- 5) Sentido de classe;
- 6) Transitoriedade.

Os traços enumerados acima falam por si mesmos. O filólogo reconhece a realidade linguística da gíria, mas nelas não vê nenhuma “significação própria” acrescentando que a significação só se potencializa quando numa determinada situação aliada à “malícia do sujeito falante.” Esse aspecto psicológico é que o leva a afirmar ser a gíria inadequada às pessoas de “bom-tom.” Ora, ao longo do capítulo, assume uma atitude de fundo estético-moralista em relação ao emprego das gírias.

Ele lembra, com primeiro exemplo de uma palavra da gíria o verbo “sassaricar” surgido no Rio de Janeiro, dando-lhe os sentidos que o mesmo exprimia desde o seu surgimento: ‘namoriscar’, amolar a paciência alheia, fazer que quer e não querer uma coisa, estar vagabundando, não cumprir com suas obrigações, entre outros, Acresce ainda que, por ser um vocábulo da gíria, ele serviria para expressar “qualquer coisa que se quisesse”.

Chama atenção para outro exemplo gírico da época da escrita de *O poder das palavras*: “Naquela base.” Logo argumenta que essa locução não expressa nenhuma “lógica.” Argui que a locução terá o sentido ditado

²¹ Idem ibidem, p. 37.

²² Idem, ibidem, p. 37-38.

pela malícia do falante. Em outras palavras, o filólogo confirma a sua desaprovação do emprego de gíria.

Observa que a gíria, criada por alguém resulta de uma “associação de ideias” “por semelhança ou algum ponto de contato.”

O ilustre gramático, na sequência de aspectos discutidos e ilustrados sobre as gírias, lembra um outro tipo desse uso de vocabulário, ou seja, a gíria dos malandros, a qual para o autor tem pontos comuns às gírias em geral. Chega mesmo a denominá-la de “língua especial.” Aduz, ademais, que, em alguns casos, para entender a gíria dos meliantes, faz-se necessário recorrer ao concurso de policiais com experiência em lidar com a fala de “malfeitores. Para exemplificar, relata que o famoso “facínora” Cabeleira, ao depor para a autoridade policial, falava de modo “incompreensível, sendo então necessário a ajuda de “uma comissão de policiais” para traduzir o que criminoso dizia.

Ao referir-se às gírias resultantes de uma associação de ideias. O gramático cita alguns exemplos, como, entre outros, a expressão otário de braço”, usado parasse referir ao “relógio”, um objeto que “trabalha de graça,” ou por uma outra palavra, “bobo,” por razões similares. Por tais motivos é que a gíria define, segundo o autor, o indivíduo quanto a seu estrato social. Um outro aspecto para o qual o autor chama a atenção do leitor é que as gírias têm pouca duração. Muito poucas palavras ou expressões gíricas desaparecem, não “vingam” e isso para ele é um motivo de alegria, de vez que, segundo já afirmei, para ele a gíria só “degrada” o falante que a use e o receptor que possa ouvi-la, retirando da comunicação oral ou escrita toda a “real e consistente beleza” da língua.”

O fato é que ao final do capítulo, tira algumas conclusões que, segundo ele, ajudariam os leitores que desejem aprimorar o seu desempenho do idioma nacional. Em resumo, seriam essas:

- a) Evitar as gírias;
- b) A gíria empobrece a língua;
- c) Estudantes do ensino médio devem igualmente evitá-las, pois, consoante o autor, nessa fase, tendem a ser atraídos pelas gírias.

No último parágrafo do capítulo, o ilustre professor faz referência a um dia em que, num ônibus, ouvira de dois colegas que, animados, falavam certamente sobre a estética do físico de uma jovem. Um deles dissera: ‘Ela não é bonita mas é ‘enxuta’. O professor arremata: ”O que me consola é que dentro de seis meses já não se falará em tal termo.”²³

²³ Idem, *ibidem*, p. 40.

Nota: Ensaio publicado na *Revista da Academia Brasileira de Filologia*. Nº XXI, Nova Fase. Segundo semestre de 2017, p.48-62.

Numa obra como a que estou comentando, é bem compreensível que o autor tome uma posição - diria -, não acadêmica nem erudita, mas sim norteado pelos propósitos que tinha em mira ao escrever *O poder das palavras*: uma obra didática e prática, sem muita profundidade, ressaltando, contudo, alguns aspectos dos estudos da língua que qualquer leitor comum teria curiosidade de ler e sobre eles ter uma noção geral dos mecanismos expressivos e estilísticos da língua portuguesa. Sendo assim, é compreensível que o filólogo pautasse sua posição sobre os temas abordados sob uma perspectiva conservadora.

Por outro lado, vejo que, a não dar relevância alguma ao estudo da gíria, ele almejasse apenas guiar o leitor não especializado e o jovem leitor secundarista para a uma consciência linguística voltada aos estudos da norma culta, da rigidez gramatical, internalizando nesses leitores o valor da correção gramatical, do uso do certo e do errado, tão hoje repudiado por alguns linguistas contemporâneos.

Entretanto, essa obra de Walmírio de Macedo marca uma fase do pensamento do estudioso sobre questões da língua. Seria preciso ler as obras de natureza acadêmica do autor para sabermos até aonde foi modificado ou não o seu pensamento acerca, por exemplo, do tema ventilado nesse capítulo. Entretanto, no *Dicionário de gramática*²⁴ escrito anos depois, ao definir o verbete gíria, o autor se mostra bem objetivo sem laivo algum de subjetividade subjetivo de cunho estético-moralista que revelara ao tempo da escrita de *O poder das palavras*, decerto por se tratar de uma obra de natureza acadêmico-científica, onde a objetividade se torna um imperativo do estudioso).

2.5 - Eufemismo

Walmírio de Macedo, no capítulo VII, foca sua atenção para o uso do eufemismo. Para ele, empregar eufemismos é evidência de respeito não são aos usos socialmente adequados da língua, mas também demonstração de gentileza, polidez e respeito aos outros. Desta maneira, rejeita o uso de expressões disfêmicas, as quais abastardam quem as emprega e tem um efeito comunicativo quase tão nocivo quanto algumas gírias ou expressões de baixo calão. A importância do que se poderia chamar a estética da palavra, o uso de expressões que suavizam ou modalizam sentidos iguais que, de outra forma, mostrar-se-iam grosseiros ou “ásperos”(palavra do autor)

²⁴ MACEDO, Walmírio de. *Dicionário de gramática*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1979. Ver nessa obra p. 122.

na interlocução na sua modalidade oral ou escrita; Segundo ele, “E preciso saber usar expressões condignas, bonitas embora a verdade seja a mesma. Não chocam.”²⁵ Mais uma vez, tem-se a revelação da perspectiva do autor em assuntos de estudos linguísticos: o zelo pelas formas normativas, pela correção, pela estética comunicativa e assim se porta ao longo da exposição sobre aspectos vocabulares e frasais da Língua Portuguesa. Era, pois, um vernaculista, como ainda veremos no capítulo VII de seu pequeno livro ora analisado.

O gramático não perde azo para reiteradamente vincular os usos da língua com a psicologia humana voltada para comportamentos sociais sublinhados pela civilidade e respeito ao falar ou escrever. A linguagem, ensina ele, “... é a exteriorização de sua personalidade, meu leitor.” Acrescenta que há casos em que os psicólogos, examinando clientes, observam que muitos deles, pela linguagem, revelam sintomas de “anormalidades psíquicas.”

Vejam-se alguns exemplos que nos apresenta a fim de ilustrar o seu pensamento sobre o eufemismo e seu oposto, o disfemismo:

Maria fechou os olhos no dia tal...(eufemismo)

Maria morreu.(disfemismo)

Risoleta é uma senhora respeitável (eufemismo)

Risoleta é uma velha (disfemismo).

Uma gentil companhia (eufemismo): alusão a uma moça que acompanha um casal de namorados

Pegando vela (disfemismo)

Ninho de amor (eufemismo)

Casa de meretrício (disfemismo).

Finalmente, o professor Walmírio de Macedo chama ainda a atenção para outro aspecto da língua que deve ser evitado. Da mesma maneira que nos disfemismos, há indivíduos que se excedem ou exageram o sentido atribuído a certas palavras ou expressões. É o que se chama de **hipérboles**. (negrito do autor). Ele chega a considerar a hipérbole na linguagem comum um vício, que, segundo ele, pode até redundar em ridículo, quando não “deselegante.” E, para fundamentar sua posição, refere o caso de uma pessoa com nariz grande: Ele tem o nariz do ‘tamanho de um bonde.’ Ou essoutro de um pai elogiando a inteligência do filho: ‘Ele é um Rui, um verdadeiro Rui Barbosa.’ Para o eminente gramático, tais expressões não

²⁵ *O poder das palavras*. Op. cit., p. 43.

devem ser imitadas, são “antipáticas.” Naturalmente, aqui o autor não se refere ao uso literário de hipérboles que, tem uma função expressiva, na condição de figura do pensamento. Ou seja, pertence ao domínio da estilística.

2.6 - A psicologia e o vocábulo

Para Walmírio de Macedo a língua não está dissociada da psicologia humana. O indivíduo sofre as influências do que o circunda nas situações sociais diversas com que se depara na vida. Para este gramático a lógica da língua é diversa da lógica da matemática. Recorrendo ao linguista George Galichet, pondera que a lógica da língua é **psico-lógica**.²⁶ (negrito do autor).

Observa ainda que, ao falarmos, cada palavra sofre o efeito de uma “carga psicológica do sujeito falante.” Salienta que a língua não é somente o vocabulário, porém uma construção, sinalizadora de uma sensibilidade e afetividade, de uma emoção a todo instante, posto que, acrescento eu, seja comunicada de forma objetiva, num plano impessoal.

Segundo ele, o indivíduo quando afirma que “faz frio” ou “chove” não só vai apenas transmitir uma dada sensação de frio ou de condição meteorológica. Na sua gestualidade o fator psicológico acompanha a mensagem linguística pela “inflexão de voz,” a “expressão de prazer ou desprazer” além da manifestação ou não aliada à “ideias de **calor** ou **frio** ou de **chuva**. (negritos do autor).

Explica ao leitor o que seja “afetividade” na linguagem e a conceitua: “A afetividade é o sinal exterior do interesse pessoal que sentimos pela realidade.”²⁷ Em seguida, lembra que há sufixos “afetivo-pejorativos” e dá como exemplo o vocábulo ‘gentinha,’ o que não significa neste caso ‘gente pequena,’ quer dizer, não se lhe está dando uma ideia de diminutivo apenas, porém de “gente má” e eu completaria: gente de condição social muito baixa, gente desprezível. Menciona ele outro exemplo semelhante com o vocábulo “gentalha,” com a acepção de gente de baixo estrato social, desprezível. Adiante, fornece outros exemplos com sufixos diferentes, explicando-lhes o significado:

‘Valentão’ – não é um ‘valente grande’ mas ‘um falso valente,’ um arruaceiro.

‘Barbudo’ – não é apenas ‘o que tem barba,’ porém o que tem uma barba feia, ou suja ou qualquer coisa de ruim.

²⁶ Idem, ibidem, p. 45.

²⁷ Idem, ibidem, p. 46.

Mais adiante, informa que o sufixo “asto”, ou “astro” denota “coisa ruim” além de significar aquilo que não é “castiço,” bom, legítimo”: Poetastro – um mau poeta; Medicastro – um mau médico. E assim nos exemplos:

Padrasto – mau pai; madrasta – mãe ruim; ‘mulheraça’ – “mulher masculinizada”, ao contrário, acrescento eu, de mulherão – uma mulher grande e de atraentes qualidades físicas.

Walmírio de Macedo aproveita o tema em questão para narrar uma bem urdida e até cômica historieta por ele mesmo inventada de uma moça recém-casada, cujo relacionamento amoroso vai-se esboroando com o passar do tempo e à medida em que o marido vai dando sinais de modificação de comportamento não condizente com o da vida de um casal feliz.

Para ilustrar o efeito semântico que tem um vocábulo palavra, no caso, “palavra”, grafada primeiro no diminutivo, “palavrinhas”, em seguida, “palavras” e finalmente “palavrão”. Ou seja, a deterioração dramática da vida da esposa vai-lhe modificando o que pensa do marido e, nessa modificação, se pode ver como a língua também acompanha o estado psíquico de uma pessoa traduzido na modificação de sentido e da forma de uma vocábulo: “palavrinhas” > “palavras” > “palavrão”. A situação dessa historieta evidencia que ela tem um desfecho que se avizinha do trágico na trama e bem assim no seu desfecho metalinguístico.²⁸

Mais adiante, o filólogo aponta o emprego da afetividade e seu efeito na concordância verbal. Para ilustrar recorre aos exemplos abaixo:

‘Como vamos de saúde’?, em vez de *Como vai de saúde?’*

‘Com estamos de negócios, ó Antônio?’

Nos dois casos, explica o autor: “Quando indagamos de alguém a quem queremos bem como vai, como está etc., geralmente empregamos a 1ª pessoa do plural. É um sinal de afetividade.”²⁹

O professor traz à baila mais um caso de afetividade, desta vez relativo à sintaxe de colocação e, por conseguinte, acarretando modificação semântica: Veja nos exemplos dados por ele:

Filho meu, onde andas?, Ó mãe minha, como choro a tua ausência!

Rematando o capítulo, o autor anda inclui na afetividade linguística a figura do anacoluto, também denominada “frase quebrada.” Produto da afetividade, o emprego do anacoluto, a meu ver, é mais comum no discurso oral e, para Walmírio de Macedo, nele está embutido um “reflexo

²⁸ Idem, ibidem, p. 46-47.

²⁹ Idem, ibidem, p. 47.

da afetividade, do sentimento de quem escreve ou fala.”³⁰ A palavra na frase resulta solta”, “sem lógica” e, assim mesmo, damos continuidade à construção fraseológica. O autor reconhece aí a interferência psicológica, afetiva, emotiva no discurso, provocando, assim, uma alteração da ordem (lógica) das palavras na frase. Refere a uma situação em que alguém, se lhe dirigindo, emite um julgamento moralmente desfavorável de outrem, por exemplo, Carlina.

O autor, diante da “decepção e “surpresa” com o mau comportamento ético de Carlina, preso pelo impulso afetivo, faz esta afirmação: “**Carlina**, nunca pensei que ela fosse desse tipo de gente.” (negrito do autor). No entanto, para o gramático, o emprego bem eficaz do anacoluto, “sem exagero”, propicia uma “elegância” na construção frasal.

2.7 - Vocabulário que se deve evitar: estrangeirismos

Sendo, conforme já acentuamos páginas atrás, um vernaculista, um cultor rigoroso da Língua Portuguesa, Walmírio de Macedo, no tocante a questão dos estrangeirismos, mais uma vez manifesta-se a favor de uma regra de ouro: usar sempre as palavras portuguesas e, só em alguns casos, específicos, utilizar-se de um vocábulo correspondente em língua estrangeira, coma condição, segundo ele, de que os estrangeirismos sejam adaptados à grafia portuguesa.

Neste caso, cita a palavra de origem inglesa futebol, que provém de “foot-ball” e que, para ele, é “insubstituível.” Embora em nossa língua se tenham criado vocábulos para denotar a mesma ideia, eles não “vingaram,” como são exemplos “balipodo e ludopédio. Com leve ironia, o filólogo faz a seguinte pergunta ao leitor: “Por acaso, meu gentil leitor, ouviu você alguém dizer: Vou ao balipodo no Maracanã?”³¹

É bem verdade que o autor não se mostra intransigente com a contribuição de vocábulos provindos de outras línguas cujos povos mantêm contatos com outras nações por motivos diversos; comerciais, culturais, científicos etc. Desta maneira, alguns são adaptados ao português e outros são substituídos. O professor Walmírio de Macedo relacionou alguns exemplos de estrangeirismos das línguas francesa (a maior parte da lista apresentada) e inglesa, aos quais chamamos, respectivamente, galicismos e anglicismos, não obstante se sabe que, no português do Brasil e certamente europeu ou nas ex-colônias outras línguas tenham aumentado nosso léxico pelos motivos já mencionados acima.

³⁰ Idem ibidem.

³¹ Idem, ibidem, p. 56. Dois estudos práticos para o ensino da Língua Portuguesa no Brasil.

Da lista de estrangeirismos é lícito citar aqueles vocábulos que sem nenhum problema, podem ser substituídos por palavras vernáculas ou **se serem** adaptados à grafia portuguesa em virtude de haver dificuldade de substitutos. Vejam-se alguns exemplo mencionados pelo autor:

a) Do francês:

Pivô < pivot, que melhor seria substituí-lo por “eixo”, “base”, “essência”.

Placar < placard, melhor seria usar “cartaz”.

Gare - poderia ser substituído por “estação”. **Greve** < greve, embora muito empregado (pelo menos no tempo da escrita de *O poder das palavras*), coexistia com o vocábulo “parede.” Hoje, pelo que se vê, é muito mais frequente o termo de origem francesa adaptado apenas com a omissão do acento grave em francês.

b) Do inglês:

Match: é substituído pelo vocábulo “partida, “jogo”.

Reide: adaptação do inglês “raid”. Pode ser trocado por “excursão.” “exercício violento.”

Recital: pode ser substituído por “audição,” “concerto.”

Récorde: adaptação de ‘record.’ Difícil de ser substituído.

3 - A importância desse tipo de obras e seu alcance junto aos leitores

Com a exceção das gramáticas normativas que denominei de **mistas**, dificilmente o leitor comum teria acesso a estudos funcionais da Língua Portuguesa e julgo que não estou exagerando a relevância da natureza dessas obras. Primeiro, porque esses estudos são escritos para atenderem às suas necessidades básicas no que tange à melhoria de seu conhecimento do vernáculo. Segundo, porque a complexidade da linguagem dos estudos nas **gramáticas acadêmicas** ou formais de que dispomos, em algumas questões não está ao alcance das pessoas não especializadas em exposições avançadas e eruditas. O leitor-alvo dessas gramáticas avançadas seriam alunos de Letras, os professores de língua e literatura do ensino médio e os professores do ensino superior de Letras.

No entanto, para os usuários em geral, que necessitam de conteúdos gramaticais de consulta imediata e sem hermetismo nem pretensão de se tornarem linguistas, gramáticos ou filólogos, é que se escreveram e ainda se escrevem obras gramaticais para concursos, revisão de estudos de Língua Portuguesa, quer dizer, estudos do Português para fins práticos.

Outra razão para consultas a essas obras explicadas em linguagem

clara, simples e didática se deve a uma especificidade que nelas se patenteia: são, na maioria, obras de *referências*, que fazem às vezes de dicionários, notadamente em itens gramaticais tais como: coletivos, nomes gentílicos, aumentativos e diminutivos, sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, vozes de animais. Ora, esse espectro de palavras a muito custo se encontra reunidos nas diversas listas em que se apresentam à disposição do leitor. Sou testemunho de frequentemente ter me valido dessas facilidades de consulta rápida. É exatamente nessa direção de objetivos que vejo a importância dessas obras ou gramáticas práticas.

Conclusão

Este ensaio teve por escopo prestar uma homenagem a muitos autores didáticos que, no país, se dedicaram a ensinar a Língua Portuguesa ou a escrever de forma simplificada acerca de questões gramaticais que, na opinião deles, iriam tornar o ensino do vernáculo menos complicado e propiciar aos leitores de inúmeras atividades profissionais uma oportunidade de ter acesso a essa maneira praticamente informal de melhorar o repertório linguístico desse público.

Por saudável coincidência, um estudioso da Língua Portuguesa, o professor Walmírio de Macedo, do meio acadêmico universitário, foi também um tempo um autor que produziu alguns livros práticos, inclusive em coautoria com outro autor de obras funcionais, e por outra feliz coincidência, o professor Luiz A P. Victoria. Nada me foi mais agradável do que juntar os dois autores a fim de que constituíssem o *corpus* deste ensaio e, mais uma vez, em particular render meu tributo a ambos pela dedicação e amor aos estudos de Língua Portuguesa que ambos, como outros autores de obras práticas, hoje tão esquecidos, sempre demonstraram em vida.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Osmar. *Erros de sintaxe*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 38 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- Cevasco, George A. *Grammar self-taught*. New York, N.Y.: Washington Square Press, Inc., 1967.
- CARVALHO, José G. Herculano de. *Teoria da linguagem*, Tomo I. Coimbra: Atlântida Editora, S.A.R.L, 1967.
- ELIA, Hamilton. *Gramática aplicada*. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: J.OZON + EDITOR, s.d.

- FERRAZ ALVIM, Décio. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.
- FIGUEIREDO, Fidelino. *A luta pela expressão: prolegômenos para uma filosofia da literatura*. Coimbra: Nobel, 1944.
- FREIRE, Laudelino. *Regras práticas para bem escrever*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria ODEON, 1937.
- HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- LAPA, M. RODRIGUES. *Estilística da língua portuguesa*. 6. ed. corrigida e acrescentada pelo autor. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- MACEDO, Walmírio de. *O poder das palavras*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.
- . *Dicionário de gramática*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.
- MATTOSO CAMARA JR, Joaquim. *Princípios de linguística geral*. 4. Ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964.
- . *Dicionário de filologia e gramática*. 3. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: J. OZON+Editor, s.d.
- PRADO COELHO, Jacinto do. (dir.) *Dicionário de literatura*, 3. ed. Porto: Figueirinhas, 1973. 1º volume, A/K, p. 52.
- PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala*. 4. ed. reformulada. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1982.
- RIBEIRO, Manoel Pinto. *Gramática aplicada da língua portuguesa*. 23 ed. Rio de Janeiro: Metáfora Editora, 2017.
- SILVA BORBA, Francisco da. *Introdução aos estudos linguísticos*, 5. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- SILVA FILHO. Cunha e. *Breve introdução ao curso de letras: uma orientação*. Rio de Janeiro: Litteris/Ed. Quártica, 2009.
- TAVARES, Hênio. *Teoria literária*. 8. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.
- VICTÓRIA, A. P. *Aprenda a falar e a escrever corretamente sua língua*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

MEU ENCONTRO COM DRUMMOND

Prof. Dr. João Carlos de Carvalho

Professor Titular da Universidade Federal do Acre, Campus Floresta,
Cruzeiro do Sul, Centro de Educação e Letras

Era o ano de 1982, Carlos Drummond de Andrade, poeta mineiro, radicado na capital carioca, consagrado, festejava 80 anos de idade. E eu era um jovem de 20 anos já fascinado pela sua poesia. Apesar de admirar outros autores naquele tempo, de fato, foi o poeta de Itabira que me despertou o desejo de estudar e fazer literatura. Aquela época, eu lia tudo que me caísse nas mãos aleatoriamente, mas Drummond, de fato, era o único que eu fazia questão de reler, principalmente pelas madrugadas. A minha identificação com seus poemas e versos era impressionante para a minha idade. Tinha-o como uma espécie de mentor invisível. E isso me sustentou por muito tempo ainda.

Por coincidência, eu morava na fronteira entre Copacabana e Ipanema, na Joaquim Nabuco, próximo ao Arpoador. E Drummond era meu vizinho, na Rua Conselheiro Lafaiete, a três minutos andando de onde eu estava. Várias vezes o via com a sua pastinha debaixo do braço andando pelas imediações, e, desde que me tornara seu admirador, lá pelos 17 anos, nutria uma imensa vontade de conversar com ele. Mas onde reunir coragem para me dirigir a alguém que se tornara um mito para mim? Eu que estava aprendendo ainda a fazer a barba.

Nas semanas que antecederam seu 80º ano de vida, a mídia escrita e televisiva praticamente só falava sobre isso. Estudos e entrevistas eram publicados diariamente. A sua aparição no Fantástico, respondendo as perguntas de Leda Nagler, foi uma imensa surpresa. Ele se mostrava um sujeito acessível e afável. Uma imagem bem diferente do poeta recluso e de poucos amigos que eu acreditava. Minha admiração por sua figura aumentou. Ele falava sobre literatura, amor, vida, juventude, velhice e eu mal sabia que aquelas palavras marcariam a minha formação e a maneira como encararia a profissão no magistério anos depois.

Andava pela Rua Francisco Sá, também em Copacabana, quando entrei numa papelaria. Para minha surpresa, quem se encontrava arruman-

do papéis em sua pasta não era outro senão ele, o grande poeta. Não pensei duas vezes e me dirigi meio intempestivamente a ele: “Carlos Drummond de Andrade! Eu sou um grande admirador de sua obra!” Ele levantou aqueles olhinhos azuis, diminuídos atrás das lentes grossas para míope, e abriu um discreto e imenso sorriso para mim. Era a senha para que eu me apresentasse. Não sei exatamente quanto tempo durou aquele encontro. Foi algo mágico para mim. Cinco ou dez minutos, menos que isso talvez. Até que de repente ele me perguntou o meu nome e se despediu. Falamos, naqueles poucos minutos, sobre estudos e vestibular, lembro-me disso. Falamos também da sua recente notoriedade pública com as comemorações dos seus oitenta anos. Estava meio tímido em relação a sua popularidade recente. Ele também me perguntou se eu já estava na graduação. Eu menti e disse que estava. E que fazia Comunicação. Até hoje não sei porque inventei isso. Era uma época de indefinições quanto a que carreira seguir. Gostava de ler, de poesia, e tinha uma breve ideia sobre a profissão de jornalista. Talvez uma maneira de mostrar que eu era do meio das letras também.

Drummond viveria mais uns cinco anos depois disso. Em 1987, ele morreria, melancolicamente, algumas semanas depois de fechar os olhos de sua amada filha Julieta. Deixou um legado poético extraordinário que até hoje é objeto de estudo, indagação e divulgação. Há poemas de uma qualidade de trabalho com a linguagem que muitas vezes você duvida que tenha sido escrito por um ser humano normal. Lembrar-me-ei sempre dele andando discretamente pelas ruas de Copacabana, como se fosse apenas mais um transeunte. Leio e releio, sempre que posso, seus poemas mais marcantes para mim. Muito deles já definitivamente incorporados ao imaginário do povo brasileiro como “José” ou “No meio do caminho”. Alguns, como “Tarde de maio” ou “Viagem na família”, levaram-me muitas vezes a lágrimas. “O arco” me impressiona pelo trabalho e rigor da sua geometria lírica. “A máquina do mundo” foi considerada por muitos estudiosos como o poema do século em língua portuguesa no Brasil. Não foi pouco o que ele fez comparado à vida discreta que sempre teve como funcionário público e pai de família.

Dois anos depois desse encontro com Drummond, resolvi dar um jeito na minha vida e voltei a encarar os estudos formais. Entrei para o Curso de Letras e me formei quatro anos depois, já com 26 anos. Logo depois, estava dando aulas no ensino secundário, em vários colégios particulares, e fazendo concomitantemente o mestrado na UFRJ. Também acalentava o sonho de dar aulas no ensino superior. Eram tempos difíceis, de inflação galopante, desvalorização do magistério, mas em 1992 mudei-me para o Acre, convidado que fui para ajudar a formar a primeira turma regular de

graduação do interior daquele estado, na cidade de Cruzeiro do Sul, onde estou até hoje. Carlos Drummond de Andrade jamais deixou de ser uma referência para mim, fosse escrevendo ou dando aulas. Sempre que podia mencionava para meus alunos esse encontro antológico para mim. Já publiquei alguns livros e tenho outros em construção, em diversos gêneros. Talvez sempre tenha querido emular com o grande poeta mineiro, não sei. Aproveito este espaço para antecipar e divulgar um dos meus poemas em prosa que faz parte da minha obra *Entrevozes*, ainda inédita. É um poema que ajuda a fechar um livro denso em que trabalhei por mais de dezesseis anos. Nele ressalto alguns aspectos do meu encontro com o discreto poeta itabirano que, como minha personagem, procura, agora, investigar sobre o que me tornei depois de vir morar na Amazônia e a minha relação com a própria poesia: *quanto sertão, quanta renúncia atravessaram* (Carlos Drummond de Andrade)

O poeta visita a Amazônia

Conheci-te quando tinhas vinte anos, com a cara ainda plena de espinhas e perguntas. Minha pele lisa, sem cicatrizes, deve tê-lo espantado: como pode ser poeta assim, perguntou-se provavelmente. Rua Francisco Sá, Rio de Janeiro, Copacabana, numa papelaria, hoje uma loteca, jamais esquecerás. Eu acabara de fazer oitenta anos e não sabia que tinha somente mais cinco pela frente. Soube que tu estás para terminar este livro, tão pretensioso, como inútil, mas eu ensinei-te a retirar da pretensa metafísica tudo que pudesse sustentar a sua dor adolescente, reverberando um futuro incansável mesmo em meio à calvície e aos cabelos brancos. Mas tu revives o insustentável até hoje, escalavrando um masoquismo atávico, herdado de outras terras, nem tão distantes. Tu já sabias amar o teu país, antes de conhecer o Brasil, isso deu para notar naqueles cinco minutos em que conversávamos, no entanto ainda não tinhas nascido de verdade, e amava Minas tanto quanto eu que não voltaria nunca mais para aqueles rincões. Eras precoce, mas de uma precocidade torturantemente tardia, depois tu soubeste de maneira dolorosa. De repente, interrompeste uma linhagem quando desistiu da poesia antes dos trinta. Imaginei que não poderias esperar maiores façanhas de tua pena. Eras somente um bom garoto, projeto pequeno-burguês, sem necessidade de grandes conciliações, pronto a abraçar qualquer função para ser um excelente provedor de família. Acreditaste um dia que poderias recuperar o estro com quase quarenta anos e o que restou: lamento e máscara. Uma lavra insatisfatória que requereu de ti insistentes desvios do original quando te debruçavas a reler tuas precárias garatujas. Continuaste, sem aviso prévio, colecionando outras vozes, mas a minha persistia na tua cabeça, porém já não era mais eu. Esqueceste de amar o contraditório e, quando amaste, tudo era consolo ou mágoa, os

piores fenômenos para se escrever decentemente, mínimo que seja. E agora, para além da meia-idade queres dizer-me que há poesia nestes ermos coruscantes de imensidão verde e de semiurbanidade? Que distante das praias da Zona Sul Carioca, ou das montanhas mineiras, tu conseguirias erguer uma ponte para teus rumores quase potencialmente profícuos? Enfim, nada foi suficientemente constante para que pudesses amar, ou malamar, a tua criação; torta, ou balouçante? Nada que pudesse despertar a espiral barroca que te pouparias de tantas crises e buscas de terapias exóticas? No entanto, tu não podes impedir que este câncer lírico cresça dentro de ti, invisível, carregado de falsas histórias e antídotos. Nas madrugadas, não sacrificaste o sono em prol da poesia, apenas a cobriste de fezes para poderes não sentir um outro aroma. Mais adiante, desististe de ser míope, e isso o fez regredir ainda um tanto, em busca de uma perfeição de visão física que a poesia jamais poderia dar-te. Releste-me tantas vezes que numa certa altura já não sabes o porquê de me admirar, ou ridiculamente me emular. Apenas não confias mais em poetas ou no que eles dizem, e sequer sabes parar quando não mais o precisas ser. E estás certo. Dezenas de poetas, como eu, trocaram palavras por outras de significado diverso ao sentido original e isso deu também a ti uma sensação de poder inconstante, quando descobriu parte do segredo. Era apenas a podridão de tua alma que não podia mais respirar a ânsia metafísica de outros mundos projetados antes de nascer. Eram apenas os ossos de teus antepassados que saíam da terra fantasiosamente, ou do cemitério imaginário onde não punhas mais fê de tradição. Teus versos arrancaram-te do teu conformismo, é verdade, mas não deram a ti a oportunidade de rever os sonhos não sonhados. Relegaste então a um derradeiro plano as surpresas da coragem, mas, diante da faca afiada, viste o medo, ou o fantasma do alerta se debruçando sobre teu almoço e janta. E quando levatares de madrugada, agora, não tens outra obrigação senão um outro sono, com esperança de delírios mais visíveis e que não te revelarão quase nada, por mais que os estudes ou investigues. Estás preso a esta terra, como estive a Zona Sul, ou mesmo aos subúrbios cariocas, ou ao Centro labiríntico daquela cidade, ou mesmo entre montanhas mineiras, com seu frio azulado, lembrando para sempre de férias e algozes familiares. Neste instante, preso a outras lembranças, derreteste a última era glacial dos tormentos herdados e pôs a reinventá-los à sombra do buritizeiro. Gostas sem dúvida de açaí e cupuaçu como um dia amou a jabuticabeira. Mas só comes banana e maçã no repasto de tuas mitologias cruzadas. Aprendeu, depois de mim, que a dor é o suporte de tua inconsciência, intransferível maneirismo de alma, ou a inconfundível vertente de uma personalidade a lamentar em busca de novos espaços impossíveis.

ATLAS ETNOLINGUÍSTICO DO ACRE - ALAC

Prof.^a Dr.^a Luísa Galvão Lessa Karlberg

Presidente da Academia Acreana de Letras
Pesquisadora CNPq, Campus Floresta - UFAC

Sinopse

Estudo dialectológico no Estado do Acre e constituição do primeiro atlas linguístico da região, com 220 Cartas Léxicas a apontar fronteiras léxicas nas três Áreas de Pesquisa que recobrem o Acre, em nove Zonas e dezoito Pontos de Inquérito, propiciando a descrição da variável diatópica nas localidades pesquisadas.

Palavras-Chave: Dialectologia Social. Geolinguística. Linguagem

Synopsis

Dialectological study in the State of Acre and constitution of the first linguistic atlas of the region, with 220 Lexical Letters to indicate lexical borders in the three Research Areas that cover Acre, in nine Zones and eighteen Points of Inquiry, providing a description of the diatopic variable in the localities researched.

Keywords: Social Dialectology. Geolinguistics. Language

1 - INTRODUÇÃO

Este Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC¹ é fruto de um sonho acalentado no Curso de Doutorado, na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, precisamente no ano de 1988, a partir das idéias do Prof.

¹ Atlas Linguístico é um conjunto de mapas onde se registram traços fonéticos, lexicais e/ou morfossintáticos característicos de uma língua num determinado âmbito geográfico. Aqui, os traços evidenciados são os lexicais, no espaço geográfico do Estado do Acre. A construção de um atlas linguístico exige muitas outras providências, obviamente, mesmo pensando em um atlas de pequeno domínio, com apenas um entrevistador. O pesquisador não passará à coleta de dados sem munir-se, previamente, das ferramentas de pesquisa que possibilitem o máximo de aproveitamento dos dados, coletados nas localidades e estudos sobre a região, em especialmente, no processo de realização das entrevistas simples e de elite, para compilar dados fidedignos e alcançar análises competentes.

Dr. Celso Ferreira da Cunha. Ganhou estímulo e vitalidade com o auxílio da Prof.^a Dra. Cilene da Cunha Pereira, orientadora da Tese de Doutorado “Glossário do Vale do Acre: látex e agricultura de subsistência”, em quatro volumes, no ano de 1992, tempo em que se coletou volumoso banco de dados orais. Dali em diante a tarefa de elaboração do Atlas Etnolinguístico do Acre passou a ser uma proposta real.

No decorrer dos anos, 1993-2015, esse acervo foi consideravelmente ampliado, alcançando 4.025 horas de gravações, seguindo uma Rede de Pontos de Pesquisa traçada pelo modelo de questionário elaborado por Maria do Socorro Aragão, para a confecção do Atlas Linguístico da Paraíba. Também foi fundamental entender como se construíram os atlas linguísticos já existentes no Brasil, incluindo a proposta do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB. Nela Cardoso (2009) mostrava alguns estudos anteriores ao então ALiB que, de alguma forma, estavam ligados aos ramos de pesquisa referentes aos estudos da Dialetoлогия e da Geografia Linguística ou Geolinguística².

Foi com Suzana Alice Cardoso que nasceu o ALiB. E, na esteira dele, vieram muitos outros atlas regionais, com traços análogos e estilos individuais. Observa-se, então, nesse cenário, não haver um padrão uniforme de construção de atlas linguístico, porquanto cada pesquisador tem um modo singular de produção. Mas, de modo geral, cada atlas carrega, consigo, um pedaço do falar brasileiro e, portanto, um pouco da alma da população do país, na linguagem, nos costumes, tradições e cultura.

A importância dos atlas linguísticos para o estudo da variação linguística é grande, pois podem ser utilizados pelo público especializado da Linguística e de áreas afins. Podem auxiliar os dialetólogos na definição de áreas dialetais ou de falares; oferecer subsídios para os pedagogos aprimorarem seus materiais didáticos, levando em consideração as diversas realidades linguísticas de uma comunidade. Podem, também, auxiliar os lexicógrafos na produção de dicionários, principalmente no acréscimo ou na validação de algum termo de uso regional.

² Geolinguística, segundo Coseriu (1987, p. 79), “designa exclusivamente um método dialetológico e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária, numa rede de pontos de um determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados”.

E, na elaboração de um atlas linguístico, não se pode deixar de mencionar o caráter didático que eles possuem, fazendo com que usuários não especializados os leiam por curiosidade ou deleite. Atualmente, existem atlas dos mais variados tipos, relativos à extensão territorial – de pequenas cidades a atlas continentais e de família de línguas. Há, ainda, atlas que contemplam, apenas, um aspecto da linguagem, como o fonético ou o lexical. Por outra parte, há aqueles que congregam muitos níveis, como o fonético, lexical, morfossintático, dentre outros. Há, também, atlas impressos e eletrônicos, em formato de e-book como aqui se faz. <http://www.ufac.br/editora/livros-digitais>.

Uma pesquisa dialetal, da natureza desta, por mais bem planejada que seja, apresenta, sempre, na sua realização, inúmeras surpresas decorrentes da riqueza do relato de vida de cada informante. Essas surpresas, especialmente no campo lexical, no que se refere às denominações do universo vivencial das pessoas, longe de invalidarem o projeto inicial, enriquecem-no com as novas visões e perspectivas de leitura das experiências de vida contadas. A surpresa maior desta pesquisa, a título de ilustração, foi observar, no seu *corpus*, numerosos traços conservadores da língua portuguesa da primeira metade do século XVI, como as formas “entonces”; “u’a”; “siñora”; “cousa”; dentre outros usos. Esse conservantismo, detectado no português popular acreano, corrobora com o que diz Fernão de Oliveira³, na sua gramática de 1536, ao dividir as lições em: a) nossas - alheias - comuns; b) apartadas - juntas; c) velhas - novas - usadas; d) próprias - mudadas; e) primeiras - tiradas.

2 – MATERIAIS E MÉTODOS

O banco de dados foi coletado seguindo a vitalidade do método cartográfico de Gilliéron⁴, ao entender que “o segredo da língua está encerrado no falar”. Utilizou-se, na recolha, dois modelos de questionários: um Geral (QSL) e outro Específico (QFF). O primeiro, voltado para o ser humano e o meio físico social, história de vida, com 1265 perguntas; o segundo, constituído por 1.235 perguntas, englobando três grandes Campos Semânticos: A - NATUREZA - com duzentas e oitenta perguntas; B – HOMEM - com duzentas e cinquenta e oito perguntas; C – TRABALHO – com duzentas e noventa e sete perguntas.

³ Fernão de Oliveira. In Infopédia. Porto: Porto Editora: 2003-2012. [http://www.infopedia.pt/\\$fernao-de-oliveira](http://www.infopedia.pt/$fernao-de-oliveira).

⁴ Jules Gilliéron, autor do Atlas Linguístico da Franca. Ele Atlas Linguístico da França. Ele consolidou a ciência Dialetologia como nova linha de investigação e solidificou o estudo da variação, no caso, tomando como contexto um espaço geográfico e buscando elucidar a relação entre língua e meio social.

Para a recolha dos dados, o Estado do Acre foi dividido em três Áreas, 9 Zonas de Pesquisa e 18 Pontos de Inquérito. Em cada Ponto, na primeira fase, tomaram-se 6 informantes, em três faixas etárias, sexo masculino e feminino, analfabetos, totalizando 1.225 horas de gravação. Anos mais tarde, esse *corpus* foi bastante ampliado, aplicado a informantes alfabetizados, nível médio e superior, no intuito de se alcançar os variados níveis de escolaridade e neles olhar a linguagem, nos aspectos léxicos, fonéticos, semânticos e morfossintáticos. Para tanto, voltou-se a utilizar o Questionário Fonético Fonológico (QFF), bem como o Questionário Semântico Lexical (QSL) e a pesquisa alcançou 4.025 horas de gravação. Os questionários, como se disse acima, seguiram o modelo do trabalho de Maria do Socorro Aragão no Atlas Linguístico de Paraíba, com pequenas adequações.

Para o desenvolvimento da pesquisa, modo geral, foram observados os pressupostos teórico-metodológicos da Geografia Linguística ou Geolinguística e da Sociolinguística. Ressalte-se, todavia, como afirmam Ferreira e Cardoso (1994), a Geografia Linguística ou Geolinguística é um método utilizado pela Dialectologia e não é uma ciência. E esse método é ajustado aos meios que dispõe o pesquisador no desenvolvimento de tão importante empreitada, segundo as especificidades da região estudada, bem como os recursos tecnológicos que dispõe para cruzamento e análise dos dados. São muitas informações e variáveis que não comportam serem mensuradas manualmente. É importante o uso de softwares capazes de atender as especificidades dos fenômenos linguísticos.

Os mapas do ALAC, muito embora sigam modelos brasileiros, também se assemelham aos estudos do Atlas Linguístico da Península Ibérica – ALPI⁵, tais como aqueles de Cartas Léxicas, em Portugal. Esses mapas recobrem uma rede de localidade – aqui são três Áreas, nove Zonas de Pesquisa e dezoito Pontos de Inquérito – onde se fazem incursões léxicas, no caso de «sentidos» ou «significados», representados por um grande número de vocábulos. Nesse fazer, considerando a grandeza dos dados, não é impossível que se deixe escapar, entre as suas malhas, alguns itens vocabulares que certamente irão figurar numa próxima etapa.

E para que essa tarefa de confecção do Atlas Etnolinguístico do Acre - ALAC não ficasse tão distanciada dos demais trabalhos brasileiros, buscou-se um software da Cartografia denominado ArcGIS, que foi utilizado numa fase do ALiB. Trata-se de um programa de Geoprocessamento, que abarca, em sua lógica, princípios computacionais, matemáticos e

⁵ Atlas Linguístico de la Península Ibérica (ALPI) es un proyecto de Atlas lingüístico concebido en 1914 por Ramón Menéndez Pidal.

geográficos, no intuito de propiciar a análise, o manuseio e a geração de projetos na Área da Cartografia, entre outras finalidades. O termo Geoprocessamento é aqui utilizado como sendo um campo de atuação dentro da Geografia, que relaciona software (programa), hardware (aparatos físicos computacionais) e peopleware (profissionais capacitados para o exercício da função), no objetivo de aprimorar a Cartografia como um todo e atender ao advento do Sensoriamento Remoto (campo de estudo responsável pelo imageamento de satélite e sua consequente utilização dos produtos aí gerados).

O ArcGIS é um sistema de informações geográficas (SIG), que trabalha e/ou assimila, em suas funcionalidades, tanto dados espaciais (os mapas, cartas e plantas propriamente ditos) quanto os dados alfanuméricos (os atributos do banco de dados do programa utilizados para a construção cartográfica). Assim, há o cruzamento e interligação desses dois tipos de dados, o que proporciona a espacialização de pontos, linhas e polígonos, ou seja, o georreferenciamento das três matrizes básicas utilizadas em qualquer mapeamento temático. No caso, utiliza-se o ArcGIS para demarcar, por meio de mapas cartográficos, as fronteiras dialetais no Estado do Acre, nas Áreas de Pesquisa do Vale do Juruá, Vale do Purus, Vale do Acre, apontando, inicialmente, fronteiras léxicas entre as Áreas de Pesquisa (VA, VP, VJ).

Utilizou-se, também o Pacote UTIL, da UFRJ. Ele possibilitou organizar os itens lexicais, por forma e frequência, a partir dos dados digitalizados em Computador. Por meio dele foi possível, por exemplo, localizar, nos inquéritos, os itens lexicais desejados e, ainda, contar quantas vezes essas palavras aparecem em determinado inquérito, ou seja, a frequência de uso das palavras por cada informante. Esse Pacote UTIL auxiliou, sobremaneira, para marcar e sistematizar os itens lexicais por Área de Pesquisa. Igualmente, será utilizado, oportunamente, para demarcar as variáveis linguísticas e extralinguísticas nos *corpora* ALAC, quando da feitura das Cartas Fonéticas.

A confecção das Cartas Léxicas que compõem o Atlas, num total de 220, aqui postas somente 4, por amostragem, resultam da catalogação das palavras utilizadas, pelos informantes acreanos⁶, no espaço geográfico do Estado do Acre, dividido em três grandes regiões: Vale do Juruá (VJ), Vale

⁶ O Governo do Acre, após consulta pública, sancionou a lei N° 3.148 que institui o termo “acreano” com “e” como o gentílico oficial do Estado. O texto foi publicado na edição do dia 28/07/2016, no Diário Oficial do Estado (DOE).

do Purus (VP), Vale do Acre (VA). Olham-se a unidade e a diversidade linguística entre essas três regionais, seguindo as respostas obtidas por meio de Questionários.

Gráfico 1 – Rede de Áreas e Zonas de Pesquisa do ALAC neste Volume de Cartas Lexicais.



3 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Há bastante tempo o léxico das línguas vêm sendo estudados sob variadas perspectivas. Há, de um lado, pesquisas que se voltam para o estudo histórico desse léxico, descrevendo-o e analisando-o com base numa abordagem diacrônica. De outra parte, existem aqueles estudos que, por meio de pesquisa de campo, registram o falar de determinadas comunidades linguísticas, num plano sincrônico, ou que fazem, também, um estudo léxico-comparativo entre o estado atual da fala e os documentos escritos em épocas anteriores, com base, por exemplo, nas correspondências trocadas entre familiares, amigos etc.

Em verdade, o ato de nomear constitui, em si só, uma apropriação da cultura. Muitos são os exemplos que se poderia arrolar sobre a nomeação como ato de apropriação pela linguagem, mas dois são evidentes. Em Gênese, a criação do mundo faz-se pela palavra, pela nomeação de cada uma das partes criadas para a constituição desse mundo. Outro exemplo revelador é o da aquisição da linguagem pelas crianças. A necessidade da comunicação, associada à limitada dominação da língua, determina escolhas, relegando a um segundo momento a aquisição e o domínio de estruturas complexas e centrando o esforço de comunicação na nomeação do mundo que as cerca. Posteriormente, as escolhas lexicais serão reveladoras dos valores que cultuam, das influências sofridas, da história pessoal e coletiva.

Colocadas estas preliminares, considera-se relevante que um estudo da dimensão lexical tem, ainda, por objetivo a elaboração de dicionários de língua geral, estudo que contribuiu para a instituição de disciplinas como a Lexicologia e a Lexicografia, que são responsáveis por estudos de dimensão lexical, tais como à elaboração de glossários, dicionários técnico-científicos e bancos de dados terminológicos que proporcionaram o desenvolvimento de disciplinas como a Terminologia e a Socioterminologia.

Depreende-se, então, que dessa evolução teórico-metodológica dos estudos sobre o léxico, a Dialetoleologia e a Geografia Linguística estiveram sempre interessadas em registrar o patrimônio lexical de um passado recente e as mudanças lexicais ocorridas graças às transformações socio-políticas e geopolíticas ocorridas numa dada língua, em qualquer parte do planeta. Por isso, certamente, essas duas disciplinas se mantiveram vivas do final do século XVIII até os dias atuais.

Ademais, sendo as palavras os elementos mais importantes de uma língua, o estudo do léxico tem caracterizado os estudos em Dialetoleologia que sempre demonstraram a urgência que há no registro da diversidade lexical do português, como afirma Couto (2009, p. 146):

Ao lamentar o desaparecimento dos dialetos rurais, não estou propugnando por um iletramento, um não-acesso ao DE [dialeto estatal]. Pelo contrário, estou lamentando a perda de todo um conhecimento que se vai com o desaparecimento de uma variante do português. Isso porque, quando uma palavra desaparece, o fato se dá porque a coisa designada por esta também desapareceu ou, pelo menos, o conhecimento que a comunidade tinha da coisa, como sabiam os membros da escola dialetológica *Wörter und Sachen* (palavras e coisas). O que estou defendendo é a variedade, a diversidade de dialetos, inclusive o dialeto estatal. Como nos ensina a natureza, diversidade representa riqueza, no caso riqueza de meios expressivos, o que não é algo ruim que deve ser extirpado, como querem os normativistas para as variedades não padrão, não estatais.

O projeto ALiB corrobora toda uma história de estudos dialetológicos voltados para o registro, entre outros, da variação lexical. Trata-se de um marco divisório entre estudos dialetológicos voltados para metodologias que focalizavam o espaço rural e estudos voltados para o contínuo rural-urbano em razão das mudanças sociopolíticas e econômicas. Os estudos do léxico têm se beneficiado desse passo importante na história da dialetologia brasileira.

Avalia-se que a preocupação com o conhecimento das variedades regionais de uma determinada língua natural data de longo tempo. Todavia, foi somente com a instituição da disciplina de Dialetologia no currículo regular da *École Pratique des Hautes Études* de Paris e do surgimento do Atlas Linguístico da França, expondo a realidade dialetal do país, que foram fixadas às bases da Geolinguística como método essencial para a pesquisa dos dialetos de uma língua.

A Dialetologia, seja assinalando para uma perspectiva pluridimensional, seja mantendo-se fiel ao preconizado pelos dialetólogos tradicionais, foi, no correr do tempo, ganhando espaço no âmbito das pesquisas sobre os falares regionais, os dialetos, ora recebendo severas críticas (sobretudo quanto ao número e ao perfil dos informantes selecionados para a coleta de dados) de linguistas estruturalistas e em especial dos sociolinguistas que implantaram uma metodologia calcada em variáveis sociais que interferem no uso da língua. Todavia, a despeito disso, a Dialetologia apresenta-se, no curso da história, como uma disciplina que assume por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica. Dois aspectos fundamentais estão, pois, na sua gênese: o reconhecimento das diferenças ou das igualdades que a língua reflete e o

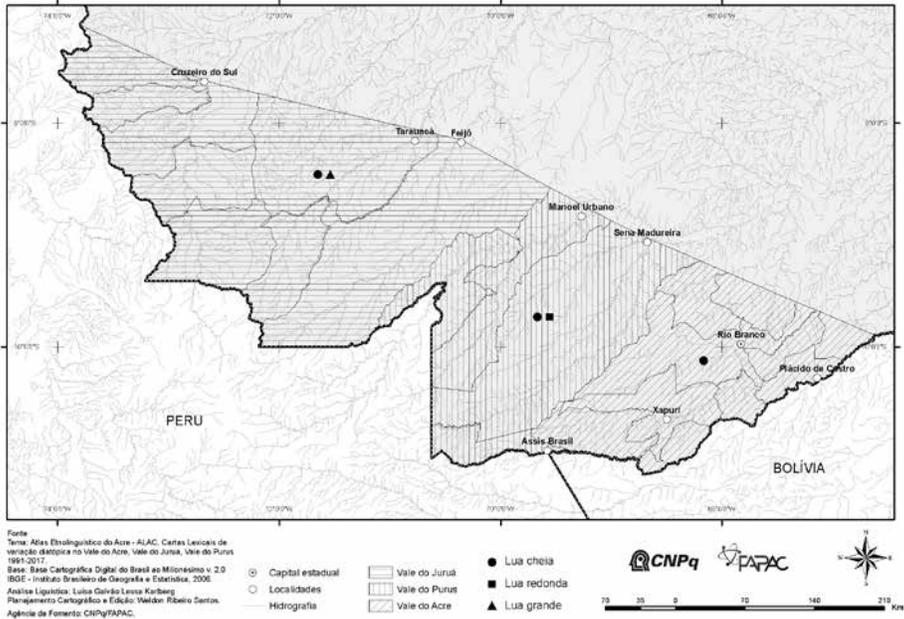
estabelecimento das relações entre as diversas manifestações linguísticas documentadas ou entre elas e a ausência de dados registrados, circunscritos a espaços e realidades pré-fixados (CARDOSO, 2002, p.1).

4 - CARTAS LÉXICAS

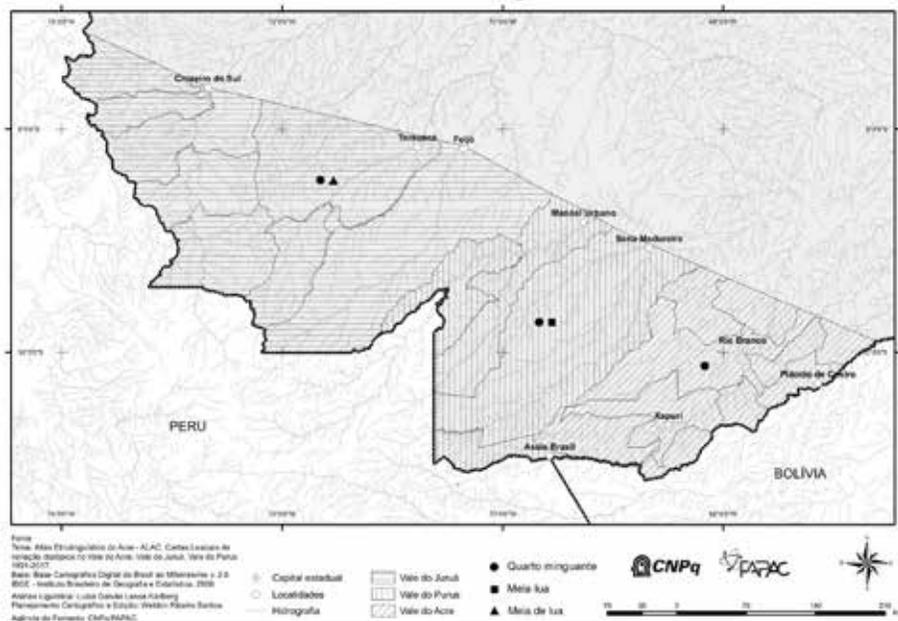
As 220 Cartas Lexicais que compõem o Vol. I do Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC abraçam três grandes campos semânticos: NATUREZA, HOMEM, TRABALHO. Recobrem três áreas de pesquisa: Vale do Acre (VA); Vale do Purus (VP); Vale do Juruá (VJ); Nove Zonas de Pesquisa: Rio Branco (RB), Plácido de Castro (PC), Xapuri (XA); Assis Brasil (AB), Manuel Urbano (MU), Sena Madureira (SM); Cruzeiro do Sul (CS), Tarauacá (TC), Feijó (FJ); Dezoito Pontos de Inquéritos: RB = 1. Porto Acre (PA) e 2. Seringal Nova Califórnia (AC); PC = 3. Seringal Triunfo (ST) e 4. Porto de Plácido; XA = 5. Seringal Sibéria (SS) e 6. Porto de Xapuri (PX); AB = 7. Seringal Cascata e 8. Bairro Plácido de Castro; MU = 9. Bairro São Francisco e 10. Bairro Palheiral; SM = 11. Bairro São Francisco e 12. Porto de Sena; CS = 13. Bairro Miritizal 14. Porto do Buraco; TA = 15. Bairro da Praia e 16. Porto de Tarauacá; FE = 17. Porto de Feijó e 18. Bairro São Francisco, que correspondem, respectivamente, às nove zonas de pesquisa descritas no gráfico acima, em materiais e métodos.

4.1 – Amostragem das Cartas

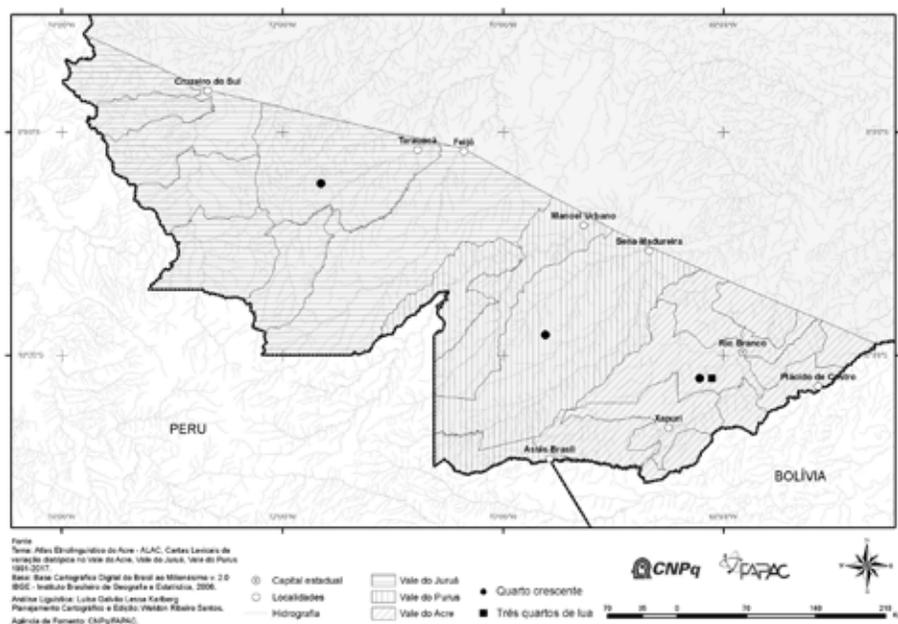
Carta 1 - Lua cheia



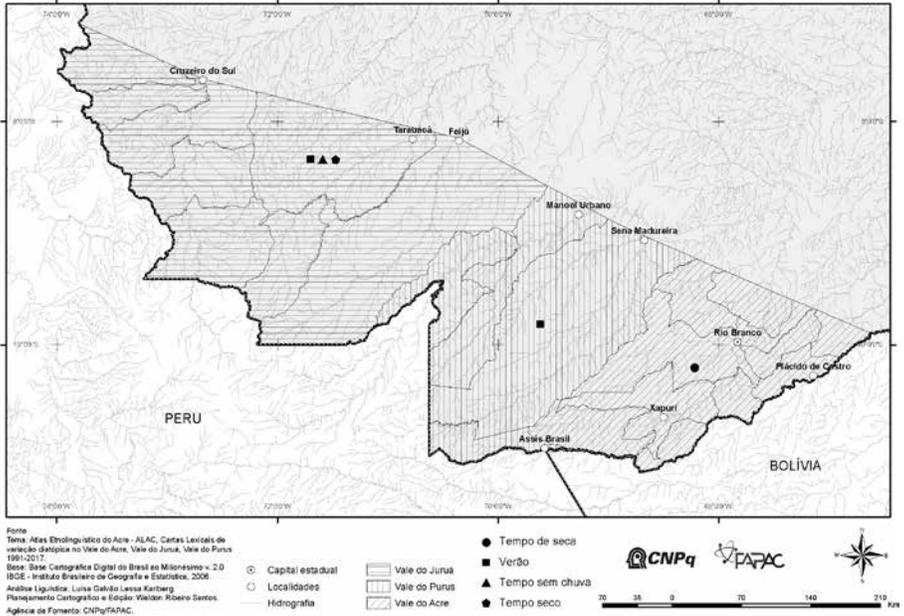
Carta 2 - Lua minguante



Carta 3 - Lua crescente



Carta 5 - Estação quente



4.2 – Leitura das Cartas

Carta 1 – Lua Cheia

Unidade linguística linguística: Lua cheia (VA, VP, VJ)

Diversidade linguística linguística: Lua redonda (VP).

Lua grande (VJ).

Fronteiras lexicais: Lua redonda (VP)

Lua grande (VJ)

Análise linguística: Luísa Galvão Lessa Karlberg

Data: 02/10/2017

Carta 2 – Lua Minguante

Unidade linguística: Quarto minguante (VA, VP, VJ).

Diversidade linguística: Meia lua (VP, VJ).

Fronteira léxica: Meia lua (VP, VJ).

Análise linguística: Luísa Galvão Lessa Karlberg

Data: 02/10/2017

Carta 3 – Lua crescente

Unidade linguística linguística: quarto crescente (VA, VP, VJ).

Diversidade linguística linguística: três quartos de lua (VA).

Fronteira lexical: três quartos de lua (VA)

Análise linguística: Luísa Galvão Lessa Karlberg

Data: 02/10/2017

Carta 5 – Estação quente

Unidade linguística linguística: verão (VP, VJ).

Diversidade linguística linguística: tempo seco (VA, VJ).

tempo sem chuva (VJ).

Fronteiras lexicais: tempo seco (VA, VJ).

tempo sem chuva (VJ).

Análise linguística: Luísa Galvão Lessa Karlberg

Data: 02/10/2017

5 – CONCLUSÃO

No Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC, ora publicado no formato e-book, é o zoneamento linguístico, cultural, econômico e social, traduzido pela linguagem da população regional, por meio das palavras e expressões que utilizam na vida. Significa dizer que são as palavras que traduzem o mundo em que vivem as pessoas, as atividades que exercitam, as crenças, os saberes, os costumes, as práticas sociais.

As variações linguísticas são decorrentes da diversidade cultural, do espaço geográfico em que residem essa população acreana e do trabalho que exercitam, da forma de viver e de estar no mundo. E, embora o mundo esteja no século XXI, aqui tanta gente não conhece a modernidade da vida atual, porquanto muitos vivem igualmente viviam seus pais e avós. Mesmo assim, embora muitas pessoas pratiquem uma mesma atividade econômica, ainda assim a linguagem não se apresenta uniforme nas três áreas da pesquisa. Existe uma nítida diferença entre uma faixa etária e outra, entre o sexo masculino e o sexo feminino, entre um ponto de inquérito e outro, entre as Zonas e Áreas de Pesquisa.

Em relação à unidade e à diversidade linguística da comunidade, observando as variações diatópicas, diastráticas e diafásicas, nota-se que o informante do sexo masculino apresenta traços mais conservadores na sua linguagem, sendo que entre os informantes do sexo feminino há uma clara distinção em relação àqueles da área do Acre, Juruá e Purus, talvez pelo fato de a mulher ser responsável por repassar os conhecimentos, costumes, através do tempo, aos filhos. As mulheres, embora estejam inteiradas das tarefas masculinas, são mais dedicadas aos afazeres domésticos. Logicamente, essa contextualização ganha um matiz peculiar na linguagem.

Compreende-se, pela pesquisa aqui apresentada, que o conhecimento humano passa pela língua e cada língua tem, para seu uso, uma gama de termos e expressões gerais e de generalidades que se estende para a

fala diária. Esta é, no entanto, mesclada de mutabilidades que revelam o dinamismo a que toda língua viva está sujeita. Ora, o que é dinâmico não pode ser estável. No entanto, a língua se apresenta como um paradoxo - imutabilidade dinâmica, sujeita a modificações.

A mutabilidade da língua se manifesta nas variações regionais da fala que, dentro do arcabouço imutável, apresenta variantes contínuas. São variações que se manifestam no aspecto fônico, morfológico ou sintático e, de modo mais acentuado no lexical e semântico.

É a “lei do menor esforço”, ou melhor, a economia linguística provoca as mutações que se processam de modo lento e persistente, criando as variações na linguagem, o regionalismo, o dialeto acreano.

Diz-se nesta notícia da publicação do Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC, que se os registros de um atlas permitem visualizar a distribuição espacial das variantes linguísticas, por outro lado levam a conjecturas sobre as condições de aparecimento ou não de dados fenômenos. Isso porque as cartas linguísticas não são representações opacas da realidade, cujos registros se esgotam em si, mas se oferecem em sua dupla feição como registros da história das pessoas desta região amazônica. Trata-se, portanto, de uma dupla realização: a) do espaço e das rotas ou trajetos entre os pontos; b) da sociedade e das projeções que os dados acionam no interior das variáveis extralinguísticas.

Concluindo, por agora, independente dos questionamentos que se façam, a língua portuguesa viva e sã floresce no Acre, e se assume não apenas na sua literatura cada dia mais forte, mas na voz a ser ouvida de cada acreano, qualquer que seja a região geográfica (Acre, Juruá, Purus) ou classe social. Com este Atlas – ALAC, reforça-se a língua portuguesa no Estado do Acre, com traços lusitanos, africanos e indígenas. São dados que irão se somar aqueles já coletados em outras localidades do imenso Brasil.

6 – REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de & MENEZES, Cleusa Palmeira Bezerra de. *Atlas linguístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984.

_____. *Atlas linguístico da Paraíba*. Cartas léxicas e fonéticas, Brasília, CNPq/UFPB: 1984.

BALBI, A., 1826, *Atlas ethnographique du globe*, Paris, [s.ed.].

BRANDÃO, S. F. *A geografia linguística no Brasil*, São Paulo, Ática: 1991.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas linguístico do Brasil: um projeto nacional para conhecimento do português brasileiro*. In: GÄRTNER, Eberhard et al. (eds.).

COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem*. 2ª Edição, Coleção linguagem 16, Rio de Janeiro, Presença: 1987, p. 79-116.

CUNHA, C. F. da. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

FERREIRA, C.; et al. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA, Fundação Estadual de Cultura de Sergipe: 1987.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FERREIRA, Carlota. *Atlas prévio dos falares baianos: alguns aspectos metodológicos*.

In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e*

perspectivas. Londrina. Ed. UEL: 1998, p.15-29.

GILLIÉRON, J. EDMONT, E. *Atlas linguistique de la France*. 35 fasc. Paris: Champion, 1902-1910.

LESSA, Luisa Galvão. *Glossário do Vale do Acre: látex e agricultura de subsistência*. Tese de Doutorado, URFR, Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Termos e expressões populares do Acre*. Dissertação de Mestrado, UFF, Rio de Janeiro: 1985.

_____. *A linguagem falada no Vale do Purus – Materiais para estudo – Vol. I*, Coleção CEDAC, Rio de Janeiro: 2008, 286p.

_____. *A linguagem falada no Vale do Juruá – materiais para estudo – Cruzeiro do Sul, Vol. I*, Coleção CEDAC, Rio de Janeiro: 2008, 258, ano: 1998.

_____. *A linguagem falada no Vale do Juruá – materiais para estudo – Zona de Tarauacá – Vol. II*, Coleção CEDAC, Rio de Janeiro, 2008, 243 p, ano: 1998.

_____. *Aspectos da língua portuguesa no Estado do Acre*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, 2013, p.122-133.

_____. *Esboço de Cartas Léxicas do Atlas Etnolinguístico do Acre*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro: 2016, p.98-107.

_____. *Conservantismo e inovação na linguagem do Estado do Acre*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, 2010, p.90-102.

_____. *Traços de unidade e diversidade linguística no ALAC*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, 2017, p.102-117.

_____. *Cartas dialetais do Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, 2017, p.102-117.

_____. *Cartas lexicais do Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, 2017, p.112-127.

_____. *A linguagem jurídica no cotidiano da vida brasileira*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro. 2018, p.110-123.

_____. *Lendas acreanas*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, 2017, p. 94-116. Gradação e anáfora na construção dos Contos de Robélia de Souza. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro: 2016, p.76-91

_____. *Conservantismo e inovação na linguagem do Estado do Acre*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro: 2010, p.90-102.

_____. *Aspectos da unidade e diversidade lexical no atlas etnolinguístico do Acre– ALAC*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro: 2016, p.78-98.

_____. *Aspectos da língua portuguesa no estado do Acre*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro: 2016, p.102-120.

_____. *Cartas dialetais do Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro: 2017, p.102-117.

_____. *A linguagem jurídica no cotidiano da vida brasileira*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro: 2018, p.110-123.

SILVA-CORVALÁN, C. 1994. *Language contact and change: Spanish in Los Angeles*. (Oxford Studies in Language Contact). Oxford: Clarendon Press: 1998.

MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. *Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros*. In: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. (Org.). Documentos 2 : *Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006. p.15-34.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958, vol.II, Rio de Janeiro: 1961.

CLÓVIS MONTEIRO

Manoel P. Ribeiro
(UERJ e ABRAFIL)

**Reproduzimos, abaixo, a palestra realizada, há alguns anos,
no Colégio Pedro II, unidade de São Cristóvão,
em homenagem a Clóvis Monteiro.**

Ilm.º Sr. Diretor Geral do Colégio Pedro II, Prof. Wilson Choeri

Ilm.º Sr. Presidente da Academia Brasileira de Filologia, Prof. Leodegário Amarante de Azevedo Filho

Ilm.ª Prof.ª Eneida Bomfim

Ilmº Prof. Olmar Guterres daSilveira

Caros Colegas

Prezados Amigos:

Não podemos deixar de revelar a emoção pela presença neste Seminário que representa mais uma iniciativa do Professor Leodegário e do Prof. Choeri, Diretor-Geral do mais importante colégio de nosso país.

Aqui, no Pedro II, durante sete anos, passamos os melhores momentos e nossa vida escolar. Ainda se encontra bem forte a lembrança da banca examinadora para o exame de admissão ao ginásio, com a presença marcante de José Oiticica em Língua Portuguesa e Cecil Thiré em Matemática, além de Roberto Acioli. Na Universidade do Distrito Federal, depois Universidade do Estado de Guanabara, tivemos a incomparável honra de assistir a algumas aulas do Prof. Clóvis, que tinha como assistente o fantástico Mestre Olmar.

Participamos, pela segunda vez de homenagens ao Prof. Clóvis Monteiro. Em 1995, foram comemorados os trinta anos do Centro Filológico Clóvis Monteiro na UERJ. Lá reunimos os professores Leodegário, Jayr Calhau, Evanildo Bechara, Olmar Guterres e Eneida Bomfim. Após as palestras, inauguramos o retrato do Prof. Leodegário, fundador do Centro Filológico, a fim de que ficasse preservada a memória do fato.

Hoje, nesta rápida conversa, queremos, primeiramente, expressar nossas homenagens ao saudoso Prof. Alvacyr Pedrinha, com quem falamos, há cerca de quarenta dias, definindo sua presença numa palestra na Academia sobre a obra de Murilo Mendes. Não temos conhecimento do teor da palestra que ele faria, juntamente com o Prof. Evanildo Bechara, sobre a Antologia de Clóvis Monteiro. Por isso, tentaremos definir alguns pontos que julgamos importantes.

De início, verifica-se a utilização dos textos da Antologia em obras inigualáveis, como, por exemplo, o trabalho de Othon Moacir Garcia, nosso primeiro professor de Língua Portuguesa neste colégio. O livro *Comunicação em prosa moderna* merece uma resenha de todas as notáveis lições dessa obra. Dificilmente se poderá escrever, com semelhante propriedade, sobre os assuntos ali tratados. É, realmente, uma obra ímpar. No capítulo em que Othon define as características ou técnicas de um parágrafo de dissertação ou de descrição, um dos textos é o de Rodolfo Teófilo, que se encontra na Nova Antologia, na página 89, e descreve a seca do Nordeste. Othon Moacir, então, nos transmite uma admirável lição de estilística do texto.

Por outro lado, não devemos esquecer as excelentes lições lingüístico-filológicas com que, em notas de rodapé, nos brinda Clóvis Monteiro. Assim, num comentário sobre o texto de O Cortiço, de Aluísio de Azevedo, o mestre observa que é muito corrente no Norte, em todas as camadas sociais, a expressão *que nem* = como, do mesmo modo que. Lembra, ainda, que Rebelo da Silva também a empregou.

No mesmo texto, observa-se uma nota sobre o verbo *destacar-se*. No português antigo, era o verbo *destacar* usado quase exclusivamente em linguagem militar: *destacar soldados, batalhões*. Censurou-se, por isso, como francesismo, o seu moderno emprego na acepção de *distinguir, dar relevo a*. Admitindo-se que a evolução de sentido se tenha verificado por influência do francês *détacher*, não há dúvida de que em português é já natural e representa, pelo menos no Brasil, um fato contra o qual não têm valido argumentos.

Nos comentários, verifica-se a sólida consistência do saber lingüístico de Clóvis Monteiro. No primeiro, temos o conhecimento dialectológico com o termo empregado em vasta região. No segundo, a observação do emprego do vocábulo com nova acepção, já amplamente consagrado pelo uso.

Quanto à discussão sobre o emprego de galicismos, é bom reler o texto de João Ribeiro, na página 49, em que o autor comenta o horror inexplicável diante de qualquer expressão suspeita de francesismo. E acrescen-

ta: “Esquecem, porém, o principal de todos os outros e é o do pensamento e do estilo, que governam sem contraste a Língua Moderna”.

A seguir, o autor cita alguns exemplos como: Em *última análise* (em dernière analyse) foi um modismo criado por Desfontaines. Dizíamos em casos tais: *por último, enfim, no fim de contas, em suma* etc.

Fazer época é um pensamento francês de Seguier (*faire époque*). A expressão agradou, e os próprios alemães, tão distantes, adotam-na e marcam constantemente com um adjetivo: as cousas “que fazem época”.

Conclui João Ribeiro dizendo que se trata de guerra inútil a que, contra si próprios, poderiam fazer os escritores mais escrupulosos. Equivaleria a quebrar os próprios moldes do pensamento.

Outro escritor que não poderíamos esquecer e que criou uma série polêmica com João Ribeiro foi Carlos de Laet, um dos mais brilhantes professores deste colégio. Por causa dos atritos com o rival, Laet chegou a arrepende-se de ter aprovado João Ribeiro num concurso para professor de Língua Portuguesa.

Carlos de Laet é patrono da cadeira 18 da Academia Brasileira de Filologia, que ocupamos atualmente. Foi também membro da Academia Brasileira de Letras.

Laet, polemista exímio e terrível, Jônatas Serrano, sobre um elogio no Colégio Pedro II, disse: Duas vantagens apresentava Laet em qualquer discussão, fosse quem fosse, o adversário: a habilidade em desferir as setas da ironia e a perícia incomparável em manejar o idioma.

Outro comentário de valor ocorre quando Clóvis Monteiro, a propósito de um texto de Graça Aranha, comenta o emprego do gerúndio, que distingue o falar brasileiro e o falar lusitano e, até modernamente, a língua literária do Brasil e a língua literária de Portugal.

Mostra-nos que certas tendências daquela forma verbal, perfeitamente explicáveis pela sua natural evolução em português, foram em Portugal condenadas e desprezadas por alguns puristas, entre os quais os filólogos Júlio Moreira e Leite de Vasconcelos, ao passo que no Brasil não só criaram raízes na linguagem do povo, mas ainda lograram ser admitidas no uso literário. Uma das tendências é a de assumir o gerúndio o papel de participio presente latino (pág. 18).

Esta é uma das mais longas observações do Prof. Clóvis Monteiro, o que demonstra o incrível domínio de nosso idioma, com lições que, na certa, a nova geração não saberá repetir, pois já se está admitindo a execução de cursos de Letras com apenas três anos, com prejuízos evidentes para o aprendizado de língua latina e, conseqüentemente, para o de Filologia Ro-

mânica e, até mesmo, para o estudo de história interna e externa da língua. É necessário reagir a essa degradação dos Cursos de Letras. Não podemos aceitar um currículo que oferece apenas quatro de Latim e de Literatura Latina, enquanto cria disciplinas esdrúxulas como a de *Língua, comunidade e cidadania*, que mais parece plataforma de partido político.

Outra virtude dos textos selecionados na Antologia é que eles servem admiravelmente para estudo dos mais variados aspectos gramaticais, além de servirem para ensinar a boa melodia da frase, com uma pontuação obedecendo sempre ao ritmo frasal, facilitando a compreensão de toda a estruturação sintática.

Por fim, cometeríamos um sério deslize se não lembrássemos a importância dos comentários bibliográficos que o Prof. Clóvis Monteiro oferece aos leitores, para que saibamos a importância de cada escritor no contexto cultural que se insere.

É, pois, um trabalho que se encontra lado a lado com os Trechos Seletos de Sousa da Silveira e a Antologia Nacional de Carlos de Laet e Fausto Barreto, obras que marcam uma época de ouro do ensino escolar brasileiro.

Sem dúvida, pode-se aplicar ao Prof. Clóvis o lema latino que se encontra na capa do livro: VIS MEA IN LABORE (minha força está no trabalho). A esta obra, portanto, se adapta à frase atribuída a Machado de Assis: "O livro é um ser, porque encerra pensamento, que é alma."

REFERÊNCIAS

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 3ed. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1975.

LAET, Carlos de & BARRETO, Fausto. *Antologia Nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1951.

MONTEIRO, Clóvis. *Nova Antologia Brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Ediores, 9 ed., 1947.

SILVEIRA, Sousa da. *Trechos Seletos*. Rio de Janeiro. Presença Editora.

IMPASSE LINGUÍSTICO NA COMUNICAÇÃO JURÍDICA

Prof. Esp. Marcos Paulo de Menezes Gomes

(Professor de Direito da Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO)

Prof.^a Dr.^a Luísa Galvão Lessa Karlberg

(Universidade Federal do Acre – Campus Floresta)

RESUMO

O artigo aborda a relação entre Direito e Linguagem, considerando que a linguagem se dá por meio da palavra e é uma ferramenta imprescindível aos operadores de Direito. Observa-se, nesse campo comunicativo, distanciamento entre o jurista e seu cliente, um fato que afasta um do outro, e o cliente da compreensão da linguagem jurídica. É um estudo qualitativo, com base teórica, no sentido de oferecer elementos linguísticos capazes de facilitar esse processo na construção de mais amplo sentido do texto jurídico. Trata-se da linguagem do advogado como ferramenta laboral que é a palavra.

Palavras-Chave: Direito. Linguagem. Expressões latinas.

ABSTRACT

The article deals with the relation between Law and Language, considering that the language is given by means of the word and is an essential tool for the operators of Law. It is observed in this field of communication, distance between the jurist and his client, a fact that separates one from the other, and the client of understanding the legal language. It is a qualitative study, with a theoretical basis, to offer linguistic elements capable of facilitating this process in the construction of a broader sense of the legal text. It is the language of the lawyer as a working tool that is the word.

Keywords: Law. Language. Latin expressions.

1 – INTRODUÇÃO

O Direito está presente no cotidiano da vida das pessoas, desde o nascimento até na morte. Em tudo que se faz aqui na terra o Direito está presente, tais como: dirigir no trânsito, efetuar uma compra no supermer-

cado, pagar impostos, ministrar aulas, adquirir bens, viver em sociedade etc. Além disso, uma sociedade não vive em completa harmonia, há desen-tendimento entre as pessoas, assim como há a paz entre elas. Então, inde-pendente do ocorrido, o Direito está presente na vida de todas as pessoas.

O direito tem a função de organizar a sociedade, de manter a sua funcionalidade, evitar que ela se torne instintiva. O ser humano vive em sociedade e é subordinado ao direito que foi criado pelo próprio homem. Muitos autores, filósofos e pensadores escrevem a respeito do indivíduo, sociedade e direito

Essa presença do Direito na vida humana decorre do fato de ser uma ciência interdisciplinar, que se comunica com a Sociologia, Filosofia, Ética ou linguagem, entre outras. Por essa amplitude que alcança o Direito, a sua linguagem ou expressividade deverá estar ao alcance da compreensão das pessoas, mesmo aquelas que não são dotas ou formadas na área. Isso por-que o Direito deve alcançar a todas as pessoas, independente da formação, raça, etnia, cor, religião, nação.

Nessa direção, sendo a linguagem a principal ferramenta de trabalho de um advogado, ela deve ser cuidada e também objetiva, porquanto é a arma que utiliza para reivindicar o direito de alguém quando este é ferido.

E como a linguagem do advogado, via de regra, é bastante técnica, ela poderá não ser compreendida adequadamente, em especial quando o jurista se comunica com seus clientes, porquanto a maioria deles não pos-sui nenhum tipo de conhecimento jurídico. Deste modo, o presente artigo pretende analisar alguns aspectos da linguagem do Direito, no sentido de buscar evitar o vácuo que se cria entre o advogado e o cliente. Para toda expressão latina utilizada há uma equivalente em português. Se essa equi-valência for utilizada, a comunicação será eficiente e o jurista terá sucesso com seus clientes. Entende-se que os operadores de Direito têm uma gran-de responsabilidade, enquanto profissionais, na linguagem que utilizam, que deverá ser acessível a todos, para que a comunicação produza os efei-tos desejados.

2- MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta parte, far-se-á uma discussão ou confronto/debate entre as ter-minologias latinas e as expressões equivalentes em português, no sentido de sugerir que a linguagem jurídica alcance uma comunicação mais efi-ciente entre advogado e cliente.

As fontes são formais - secundárias - os livros, e uma busca nas fon-tes materiais - primárias - os fatos, para o efeito de identificar os conceitos ou palavras utilizadas nos variados textos jurídicos, na busca de estabele-cer uma relação entre o texto jurídico e a realidade do cliente. A pesquisa

será dedutiva, tendo como fonte de consulta as expressões latinas e a sua tradução em português, a título de sugestão para uso nos variados textos da área do Direito.

3 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

3.1 – Linguagem Jurídica

A linguagem jurídica, com todo arcabouço erudito e histórico, apresenta sérios problemas de comunicação entre juristas e clientes. E, neste artigo, não se deseja desconstruir essa linguagem, mas realçar o importante papel comunicativo que deve estar presente em todos os atos de fala/escrita. Com isso deseja-se dizer que os profissionais do Direito devem ajustar a linguagem aos contextos situacionais, no aspecto da clareza e objetividade, também no que se refere à coesão e coerência, no sentido de facilitar a comunicação relacionada ao público com quem ele se comunica. Assim, o estudo da **linguagem jurídica** é uma escolha rica, porquanto vai olhar a língua como instituição social, enraizada na tradição cultural que ela reproduz, transmitida de geração após geração. Mas também vai olhar que essa linguagem poderá ser julgada ultrapassada em razão dos entraves que cria entre advogado e cliente, que deverá traduzir, sempre, uma visão de mundo capaz de ser sentida pelos dois lados: cliente e jurista.

3.1 – Português Jurídico

3.1.1 – Conceito

Importante esclarecer o significado ou sentido de alguns conceitos, no sentido de ofertar melhor compreensão de como eles ocorrem na linguagem. Em primeiro lugar, diz-se o que se depreende por linguagem, à luz de teóricos:

LINGUAGEM é um sistema de signos utilizados para estabelecer uma comunicação. A linguagem humana seria de todos os sistemas de signos o mais complexo. Seu aparecimento e desenvolvimento devem-se à necessidade de comunicação dos seres humanos. Fruto de aprendizagem social e reflexo da cultura de uma comunidade, o domínio da linguagem é relevante na inserção do indivíduo na sociedade. [...] A LINGUAGEM VERBAL é uma faculdade que o homem utiliza para exprimir seus estados mentais por meio de um sistema de sons vocais denominado língua. Esse sistema organiza os signos e estabelece regras para seu uso. Assim, pode-se afirmar que qualquer tipo de linguagem desenvolve-se com base no uso de um sistema ou código de comunicação, a língua. A LINGUAGEM é uma característica humana universal, en-

quanto a LÍNGUA é a linguagem particular de uma comunidade, um grupo, um povo. SISTEMA é uma organização que rege a estrutura de uma língua. [...] LÍNGUA é um código que permite a comunicação, um sistema de signos e combinações. Ela tem caráter abstrato e dispõe de um sistema de sons, e concretiza-se por meio de atos de fala, que são individuais. Assim, enquanto a língua é um conjunto de potencialidades dos atos de fala, esta (ou discurso) é um ato de concretização da língua. [...] A FALA é anterior à escrita, mas tem, através dos tempos, sido relegada a uma condição de inferioridade por causa das circunstâncias modernas em que informações e documentos escritos constituem o mundo das relações humanas e de produção. [...] As características diferenciadoras entre LÍNGUA e FALA são: a língua é sistemática, tem certa regularidade, é potencial, coletiva; a fala é assistemática, nela se observa certa variedade, é concreta, real, individual. [...] A NORMA varia segundo a influência do tempo, espaço geográfico, classe social ou profissional, nível cultural do falante. A diversidade das normas, visto que há tantas quanto os indivíduos, não afeta a unidade da língua, que contém a soma de todas as normas. [...] A LÍNGUA PORTUGUESA, portanto, é um sistema linguístico que abrange o conjunto das normas que se concretiza por meio dos atos individuais de fala. Ela é um dos sistemas linguísticos existentes dentro do conceito geral de língua e compreende variações diversas devidas a locais, fatores históricos e socioculturais que levam à criação de variados modos de usar a língua. [...] NORMA é um conjunto de regras que regulam as relações linguísticas. A norma sofre afrontas ou é contrariada devido a vários fatores: alterações devidas às classes sociais diferentes, alterações devidas aos vários indivíduos que utilizam a língua. (MEDEIROS et al, 2004, p. 17-21).

O ser humano pode se comunicar de duas maneiras: a) forma verbal; b) forma não verbal. Na forma verbal a linguagem é extremamente essencial, isso porquanto o silêncio é demolidor para criar o caos; b) na forma não verbal, como por exemplo na linguagem corporal, gestual, elas podem indicar a função exercida pelo magistrado, bem como “a seriedade e compostura que devem caracterizá-lo”, como diz Damião (2000, p. 18-19).

Observa-se, no cotidiano, que quando o advogado está diante do seu cliente, todas as formas de linguagem abordadas por Medeiros (2004) poderão ocorrer mesmo tempo, tanto por parte do advogado quanto pela

parte do cliente. Para tal realidade bastam poucos instantes de conversação. Aliado a isso, some-se, obviamente, a situação cultural, econômica e social que cada um possui.

3.1.2 - Níveis de Linguagem

Por oportuno se esclarece que as formas linguísticas podem ter variações, as quais são conhecidas como variantes. Pode-se citar como exemplos dessas variantes: a língua padrão, a coloquial, a popular. Acresce-se dizer, ainda, a linguagem das profissões e ofícios. E, no que diz respeito às variações extralinguísticas, Medeiros et al (2004, p. 25), assim se pronuncia:

As variações extralinguísticas ocorrem devido a fatores:

- sociológicos: variações originadas por idade, sexo, profissão, nível de estudo, classe social, raça; - geográficas: compreendem variações regionais. Indivíduos de diferentes regiões tendem a apresentar diversidade no uso da língua, particularmente com relação ao vocabulário e expressões idiomáticas;
- contextuais: envolve assunto, tipo de interlocutor, lugar em que a comunicação ocorre, relações que unem interlocutores.

Esses teóricos afirmam ser importante o estudo dos níveis de linguagem para o cotidiano de um profissional da área jurídica. Desta forma, estabelecem três níveis de linguagem: nível culto, nível comum e nível popular.

Quando se trata da comunicação do advogado com seu cliente, pode-se observar a presença de todos esses níveis da linguagem simultaneamente. Eis, então, a importância do conhecimento do advogado com relação ao uso correto da linguagem.

3.2 – O Direito e a Linguagem

Não se pode olvidar que o Direito e a Linguagem mantêm considerável e importante relação, porquanto o Direito, enquanto ciência, realiza-se, efetivamente, por meio da linguagem. Neste sentido, Calmon de Passos (2001, p.63-64) afiança que:

[...] o Direito, mais que qualquer outro saber, é servo da linguagem. Como Direito posto é linguagem, sendo em nossos dias de evidência palmar constituir-se de quanto editado e comunicado, mediante a linguagem escrita, por quem com poderes para tanto. Também linguagem é o Direito aplicado ao caso concreto, sob a forma de decisão judicial ou administrativa. Dissociar o Direito da Linguagem será privá-lo de sua própria existência, porque, ontologicamente, ele é linguagem e somente linguagem.

Todavia, o que se observa, no texto jurídico, é um excesso de construções complexas e eivadas de alto grau de intelectualidade, que foge à compreensão do povo. Esse elevado nível lingüístico está presente não somente na estrutura textual, nas regras gramaticais da norma padrão da Língua Portuguesa, mas, também, em palavras e expressões que fogem à compreensão do cidadão comum ou mesmo letrado.

Em razão desse apego ao elitismo, o profissional da área jurídica sempre se destacou, ao longo do tempo, como referência na tradição de produzir textos brilhantes, recheados de expressões latinas, relegando a segundo plano o processo comunicativo e, ainda, cometendo erros crassos quanto ao uso correto da língua, bem da estruturação adequada da linguagem.

3.2.1 - Elementos da Comunicação

A comunicação é a única forma de sobrevivência social, o próprio fundamento da existência humana, solidificada pela cooperação e comunicação social. A Comunicação é “o instrumento que possibilita e determina a interação social; é o fato marcante através do qual os seres vivos se encontram em união com o mundo. Sem o sopro da comunicação não há cultura”. (GONÇALVES, 2002, p. 9).

Observa-se, então, ser a linguagem um mecanismo que abraça todas as matérias jurídicas. E, por possuir essa característica de interdisciplinaridade, a linguagem é a ferramenta laboral para qualquer operador de direito. Segundo o jurista Wilson José Gonçalves, “o esquema comunicacional é a representação gráfica e espaço-temporal que delimita e indica os elementos componentes do ato de comunicar”. (GONÇALVES, 2002, p. 20).

Vejam-se, agora, os elementos que fazem parte do sistema de Comunicação:

- **Emissor:** é o sujeito que elabora e disponibiliza a mensagem. É o remetente. Na dimensão jurídica, é o sujeito ativo (autor) que provoca a máquina judiciária;
- **Receptor:** é o destinatário da mensagem elaborada e emitida pelo emissor do ato de comunicar. Situa-se no pólo passivo, recebe a mensagem. É provocado em sua conduta;
- **Mensagem:** consiste no conteúdo que se deseja transmitir, através de signos, símbolos, ícones e demais elementos significativos, ao receptor;
- **Canal de comunicação:** é o elemento que conduz, transmite a mensagem. É o meio que possibilita a transmissão e fluxo da mensagem;
- **Código:** é a convenção pré-determinada ou definida (a língua, por exemplo), pelo emissor e receptor, de modo a permitir a compre-

ensão no plano da decodificação da mensagem. O código tem a função de viabilizar a unidade comunicacional, a padronização signica.

- **Referente:** é constituído pelos dados e contexto, oferecendo, no momento da comunicação, percepções influenciadas pelos objetos reais, situação do local, sensibilidade do receptor e outras circunstâncias que permeiam a comunicação. (GONÇALVES, 2002, p. 20)

Observa-se, portanto, que todos os elementos interagem em conjunto para poder formar a estruturação do pensamento e, assim, torna-se possível uma comunicação com sucesso, assim como o uso adequado no mundo jurídico.

4 – IMPASSE LINGUÍSTICO NA COMUNICAÇÃO JURÍDICA

A título de ilustração, trazem-se algumas expressões latinas iniciadas pela letra “A” e bastante usuais pelos operadores do Direito:

Aberratio delicti - Desvio do delito. Erro por parte do criminoso quanto à pessoa da vítima.

Aberratio ictus - Desvio do golpe. Dá-se quando o delinquente atinge, por imperícia, pessoa diversa da que visava.

Ab incunabulis - Desde o berço. Desde o princípio; desde a origem.

Ab initio Desde o começo.

Ab intestato - Sem deixar testamento. Diz-se da sucessão sem testamento, ou dos herdeiros que dela se beneficiam.

Ab origine - Desde a origem; desde o princípio.

Ab ovo Desde o ovo; desde o começo.

Abusus non tollit usum - O abuso não impede o uso. Princípio segundo o qual se pode usar de uma coisa boa em si, mesmo quando outros usam dela abusivamente.

Accipiens - O que recebe. Pessoa que recebe um pagamento; recebedor.

Ad argumentandum tantum - Somente para argumentar. Concessão feita ao adversário, a fim de refutá-lo com mais segurança.

Ad cautelam - Por precaução. Diz-se do ato praticado a fim de prevenir algum *inconveniente*.

Ad corpus - Expressão usada para indicar a venda de imóvel sem a medida de sua área, por oposição à venda *ad mensuram*.

Ad diem - Até o dia. Prazo último para o cumprimento de uma obrigação.

Ad hoc - Para isso. Diz-se de pessoa ou coisa preparada para determinada missão ou circunstância: secretário *ad hoc*, tribuna *ad hoc*.

Ad honores - Para as honras, como título de glória. Foi nomeado *ad honores*, isto é, para um cargo ou função meramente honorífico. *Sin: honoris causa.*

Adhuc sub iudice lis est - O processo ainda se acha em poder do juiz. A questão não foi definitivamente dirimida (refere-se a litígio ainda não julgado em última instância).

Ad iudicem dicere - Falar ao juiz.

Ad iudicia - Para os juízos. Diz-se do mandato judicial outorgado ao advogado pelo mandante.

Ad litem - Para o litígio. Relativo ao processo em causa.

Ad mensuram - Conforme a medida. Venda estipulada de acordo com o peso ou a *medida*.

Ad negotia - Para os negócios. Refere-se ao mandato outorgado para fins de negócio.

Ad nutum -- Segundo a vontade de; ao arbítrio de: Diz-se do ato que pode ser revogado pela só vontade de uma das partes; refere-se também à demissibilidade do funcionário que ocupa cargo de confiança.

Ad quem - Para quem. **1** Diz-se do juiz ou tribunal a que se recorre de sentença ou despacho de juiz inferior. **2** Dia marcado para a execução de uma obrigação.

Ad referendum - Para ser referendado. **1 Dir** Diz-se do ato que depende de aprovação ou ratificação da autoridade ou poder competente. **2 Dipl** Diz-se da negociação do agente diplomático, sujeita à aprovação de seu governo.

Ad rem - À coisa. **1 Dir** Diz-se do direito ligado à coisa. **2 Log** Argumento que atinge o *âmbito da questão*; *opõe-se ao argumento ad hominem*.

Ad solemnitatem - Para a solenidade. *Dir* Diz-se do requisito da lei necessário para a forma essencial ou intrínseca do ato e sua validade, e não somente para a sua prova.

Ad valorem Segundo o valor. *Dir* Diz-se da tributação feita de acordo com o valor da mercadoria importada.

Alibi - Em outro lugar. Meio de defesa pelo qual o acusado alega e prova que, no momento do delito, se encontrava em lugar diverso daquele onde o fato delituoso se verificou.

Animus abandonandi - Intenção de abandonar.

Animus abutendi - Intenção de abusar.

Animus furandi - Intenção de roubar.

Animus laedendi - Intenção de prejudicar.

Aanimus necandi - Intenção de matar.

A non domino - Por parte de quem não é dono. Diz-se da transferência de bens móveis ou imóveis, por quem não é seu legítimo dono.

Ante litem - Antes do litígio. Antes de proposta a ação ou como ato preparatório para ela.

A posteriori - A partir do que vem depois. Sistema de argumentação que parte do efeito para a causa - Opõe-se à argumentação *a priori*.

A priori - A partir do que vem antes. Prova fundada unicamente na razão, sem fundamento na experiência. Opõe-se *a posteriori*.

Apud - Junto a; em. Usada em bibliografia para indicação de fonte compulsada, nas citações indiretas.

Apud acta - Nos autos; junto aos autos.

A quo - Da parte de cá. **1** Na ignorância; sem entender, sem saber. **2** *Dir* Diz-se do dia a partir do qual se começa a contar um prazo. **3** *Dir* Diz-se do juiz de um tribunal de cuja decisão se recorre: Juiz *a quo* (opõe-se, neste caso, a *ad quem*, juiz, ou tribunal, para o qual se recorre). **4** *Lóg* Diz-se do termo ou princípio sobre que se fundamenta uma conclusão.

Argumentum ad crumenam - Argumento da bolsa. Emprego do suborno, na falta de razões convincentes.

Argumentum baculinum - Argumento do porrete. Emprego da violência para a consecução de um objetivo.

Auctori incumbit onus probandi - Ao autor cabe o trabalho de provar. Quem acusa que prove.

Audiat et altera pars - Que a outra parte seja também ouvida. Para haver imparcialidade e justiça no julgamento, deve-se ouvir a defesa depois da acusação.

5 – CONCLUSÃO

Assevera-se, para apreciar essas breves arguições, no presente artigo, que o sucesso dos operadores do Direito está intimamente ligado à ferramenta funcional que é a linguagem. Para toda expressão latina há uma tradução em português que poderá ser usada sem o uso do preciosismo ou arcaísmo. Em razão desse feito, o uso correto dos signos deve ser assunto de estudo para os juristas, no sentido de melhor municiá-los sobre o poder da linguagem e a riqueza do processo comunicativo.

Ademais, deve-se ressaltar que o uso de uma linguagem hermética, complexa, rebuscada não pode ser admitida à ciência que analisa e rege as relações presentes na sociedade. A linguagem hodierna da ciência deve ser clara e objetiva e, desta forma, deverá abandonar o uso excessivo de jargões, os quais poluem diretamente a linguagem jurídica, ofuscando os objetivos do intérprete (cliente), assim como do operador do Direito.

Nessa direção, a sociedade está cada dia mais preocupada com a ciência jurídica. Essa preocupação reside em traduzir o seu labor ao indivíduo que a busca, de uma maneira clara e precisa, no sentido de compreender seus enunciados.

Acredita-se que o conhecimento essencial para a obtenção de êxito, em todas as demandas, processos, sentenças, é o bom domínio da linguagem, de forma clara, precisa, objetiva, capaz de alcançar todas as classes da sociedade. Afinal o Direito existe para as pessoas, em favor delas, e não para enfeitar as lides jurídicas, laurear os juristas e deixar alheia a população que possui o legítimo direito de ser bem atendida e bem esclarecida em suas demandas. Falar bem e escrever correto não há necessidade de rebuscamento, expressões latinas. Temos um idioma bastante rico onde para cada palavra ou expressão há uma infinidade de sentidos.

Com o olhar aqui posto, demonstra-se a relevância do Direito e da Linguagem na vida social. Por intermédio do Direito e da Linguagem é que o ser humano poderá organizar suas relações conflituosas e manter um contrato social de modo renovado, como fim último que é, na concepção de Aristóteles, a construção de uma sociedade justa e igualitária.

6 - REFERÊNCIAS

CALMON DE PASSOS, J. J. *Instrumentalidade do processo e devotido processo legal*. Revista de processo, v. 102, São Paulo, 2001.

CARNELUTTI, Francesco. *Arte do Direito*. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama. 20. ed. São Paulo: Russel, 2006

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. *Curso de Português Jurídico*. São Paulo: Atlas, 2000. p. 18-19.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Vocabulário de Direito Processual*. In Fundamentos do Processo Civil Moderno. Revista dos Tribunais, 1986, p. 102.

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito: Introdução à Teoria Geral do Direito, à Filosofia do direito, à Sociologia Jurídica e à Lógica jurídica. Norma jurídica e Aplicação do Direito*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Wilson José. *Comunicação Jurídica: perspectiva da semiótica*. Campo Grande: UCDB, 2002

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. *Português Forense: a produção de sentido*. São Paulo: Atlas, 2004. p. 17-21

XAVIER, Ronaldo Caldeira Xavier. *Português no Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 21-27.

A REPETIÇÃO E SUA PLURIFUNCIONALIDADE NO TEXTO ESCRITO

Maria Angélica Freire de Carvalho

Universidade Federal do Piauí

*“Maria vai com as outras,
Maria ia sempre com as outras (...) Até que...”*

(Sylvia Orthof)

Resumo: O estudo apresentado é um subprojeto em pesquisa de Iniciação Científica desenvolvido na Universidade Federal do Piauí – UFPI – Campus Ministro Petrônio Portella, na área de Letras. Nele se investigou o fenômeno da Repetição (R) reconhecendo-o como plurifuncional, pois se situa em diversos planos no processamento textual: (i) auxilia na progressão temática como recurso coesivo, (ii) ratifica pontos de vista, (iii) alonga ideias; ainda, (iv) orienta uma compreensão. A proposta teve como objetivos: identificar tipos de repetição; analisar sua função discursiva no texto escrito e a colaboração na construção de sentidos. Reflexões sobre repetição levam ao entendimento de que se trata de um recurso característico da língua falada, desempenhando funções diversas como uma “monitoração rítmica da coerência, (...) uma textualidade menos densa e um maior grau de envolvimento” MARCUSCHI (1992, p.2), o autor esclarece que repetição não é uma ocorrência exclusiva da fala. Além de Marcuschi (1992; 2000; 2006) são muitos os autores contribuíram (e contribuem) com reflexões sobre a repetição como fenômeno textual-discursivo, apontando múltiplas feições na construção de sentidos. Podem se destacar os trabalhos de Tannen (1987); Bessa (1991); Koch (2002; 2006); Travaglia (1989). As reflexões se atualizam em artigos, dissertações e teses. Embora se enumerem os estudos sobre repetição e suas funcionalidades, a pesquisa objetivou ampliar as abordagens observando a função textual-discursiva do fenômeno em textos de livros infantis para a compreensão leitora. Em etapa inicial, destacou-se a repetição de itens e de segmentos como pistas importantes para construção de sentidos. Sob uma abordagem de natureza qualitativa, em procedimentos descritivo-analíticos (Yin, 2016), foram descritos e analisados textos de livros que se possam dirigir ao leitor in-

fantil. Para exemplificar o estudo, selecionamos o texto “Maria vai com as outras”, de Sylvia Orthof (2008), por ser uma amostra do fenômeno em análise. Projetou-se como resultado a identificação de formas e funções diversas da R caracterizando-a, por exemplo, como recurso que aproxima produtor e leitor; evidencia um (des) dobramento de elementos e ideias no texto para a manutenção de pontos de vista. O volume no emprego deste fenômeno no texto escrito facilita o domínio comunicativo do texto, funciona como recurso estilístico e didático e orienta uma compreensão.

Palavras-chave: repetição – textos de livros infantis – leitores - compreensão

INTRODUÇÃO

O estudo objetivou confirmar e ampliar a abordagem sobre Repetição e seu funcionamento textual-discursivo. Para discorrer sobre o assunto, o seguinte percurso foi estabelecido: (1) exposição teórica sobre a Repetição como fenômeno linguístico/discursivo; (2) exemplificação do processamento desse recurso no texto; (3) exposição de comentários em texto ilustrativo: “Maria vai com as outras”, da autora Sylvia Orthof. A título de conclusão, foram feitas considerações sobre Repetição, sua pluri-funcionalidade no texto para a construção de sentidos.

Para iniciar o assunto, afirma-se que abordar a repetição como recurso textual-discursivo requer, antes de tudo, considera-la como uma estratégia básica de fixação e de (re) formulação de ideias. Trata-se de uma estratégia empregada em todas as fontes de comunicação e propósitos como, por exemplo: manutenção de um padrão de cores promovendo destaque; retomadas de ideias como manutenção argumentativa e construção de pontos de vista; preenchimento de lacunas evidenciando ausência vocabular ou desconhecimento de um tema e, ainda, para “ganhar tempo” em elaboração de raciocínio.

Esses são alguns exemplos nos quais podemos notar o quanto o recurso da repetição revela e contribui, em graus variados, na exposição de ponto de vista e no “convencimento” por meio de ideias reiteradas no processamento textual, sugerindo um “ir sempre com” em escolhas e padrões na exposição linguística, “engrossando” e ampliando sentidos pela adição sucessiva de conteúdo e apreciação.

De modo geral, pode-se afirmar que repetir é uma estratégia reguladora para dizer e se fazer compreender, é um “ir *sempre*” em reiterações contínuas com o valor de *outro*” no funcionamento da linguagem, visando à interlocução e ao contrato comunicativo. É importante considerar que quando se contextualiza uma abordagem sobre esse fenômeno, é possível ter avaliações diferenciadas para o seu emprego. Durante muito tempo se

limitou o olhar sobre a repetição como vício contra o estilo, redundância na elaboração de textos escritos, considerando-o tipicamente do registro falado. Ao contrário dessa visão, a autora Ingedore Koch (2008) faz referência ao argumento de Tannen (1987, p.216) e afirma que “há uma tendência humana universal para imitar e repetir” [e que] ao contrário do senso comum que sugere ser maçante tudo o que é pré-estruturado, fixo, repetido, a emoção está intimamente associada ao familiar, ao que retorna, ao que se repete”. (KOCH, 2008, p. 10).

Vale enfatizar que reiterar/reformular são estratégias comuns em diversas formas comunicativas. São muitos os escritores que fizeram uso da repetição para destacar um olhar sobre o mundo e sensações que desejavam provocar. Como, por exemplo, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e outros. O poema de Manuel Bandeira (1958) “Canção do vento e da minha vida” é um exemplo em que se destaca a repetição da estrutura “o vento varria” como sugestiva de uma relação entre *vento* e *vida*, expressando a transitoriedade do tempo e de seus sinais:

O vento varria as folhas
 O vento varria os frutos
 O vento varria as flores...
 E a minha vida ficava
 Cada vez mais cheia
 De frutos, de flores, de folhas
 O vento varria as luzes
 O vento varria as músicas
 O vento varria os aromas...
 E a minha vida ficava
 Cada vez mais cheia
 De aromas, de estrelas, de cânticos.
 O vento varria os sonhos
 E varria as amizades...
 O vento varria as mulheres...
 E a minha vida ficava
 Cada vez mais cheia
 De afetos e de mulheres.
 O vento varria os meses
 E varria os teus sorrisos...
 O vento varria tudo!
 E a minha vida ficava
 Cada vez mais cheia
 De tudo.

O poema exemplifica como a repetição de estruturas importa ao leitor para uma construção de sentidos que, neste caso, pode denunciar o propósito de simular efeitos do vento e de sua “percepção-sensação” no discursivo do texto. Em perspectiva ampla no texto, podem-se identificar elementos textuais-discursivos reiterados em situação de proximidade, ou de distanciamento, e posicionamentos em feições sintática, semântica e fônica, como se identifica no texto de Manuel Bandeira.

Pode-se afirmar ainda que, de modo frequente ou espaçado, o emprego da repetição aproxima o leitor de sentidos esperado por quem produziu o texto, auxiliando na compreensão em expectativa. Conclui-se disso que a repetição é um recurso estratégico plurifuncional por se tratar de uma estratégia básica no inter-relacionamento de ideias na fala e na escrita, promovendo encadeamentos no texto que colaboram na construção argumentativa por meio da integração de conteúdos, explícitos e inferíveis.

O estudo da repetição pode ser feito em dados oriundos de fontes orais e escritas e em perspectiva multimodal. Por uma questão de escolha vinculada ao entendimento de que a repetição integra um dos passos importantes no desenvolvimento infantil, selecionou-se um texto escrito para esse público. É uma rica fonte de investigação do fenômeno pois a produção de texto para o leitor preocupa-se em didatizar a abordagem, com o objetivo de facilitar a assimilação de conteúdos, tornando leve e espontânea a aquisição de conhecimentos por meio da leitura e conduzindo o processo de compreensão.

Um corpus como o escolhido, assim como outros, pode revelar diversas funções da repetição no alinhamento textual-discurso. Para fins de delimitação no estudo, observou-se a repetição de termos e de estruturas e sua funcionalidade no encadeamento de ideias, assinalando a importância dessa textualização para a manutenção temática.

O objetivo principal foi analisar como a repetição acontece e como ela funciona estrategicamente para a construção de sentidos. Para ilustrar a abordagem, foram destacados aspectos no texto do livro infantil “Maria vai com as outras” de Sylvia Orthof (2008). Este livro se junta a outros, em diferentes coleções da mesma autora e de outros autores. Em razão da natureza do gênero artigo, a discussão é reduzida; assim, na exposição analítica optou-se pela escolha do livro “Maria vai com as outras” por se tratar de um exemplo significativo no emprego do fenômeno em estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Repetir é empregar formas que se apresentam na cadeia textual de modo idêntico ou similar, mais de uma vez no texto, que “suportam e flexibilizam” conteúdos diversos em cada (re) apresentação, cujas intenções se justificam no todo de um texto, fruto de inter-relações sintático-semân-

ticas. Na organização discursiva de um texto, portanto, estabelecem-se inter-relações de sentidos que podem ser recuperados pelos interlocutores por meio da identificação de marcadores textuais-discursivos, observando papéis e funções que esses recursos (re) adquirem no encadeamento textual.

Para uma abordagem sobre repetição em eventos comunicativos, é importante ressaltar alguns aspectos sobre constituição textual, que se dá pelo encadeamento de processos concomitantes: escolher formas linguísticas para uma projeção de dizer; estabelecer relações entre os elementos de significação escolhidos e o querer dizer; avaliar como as ideias e o seu modo de elaboração serão direcionados e alcançados na cadeia da comunicação discursiva.

Esses aspectos contribuem para o entendimento do emprego da repetição na constituição textual porque, conforme Bakhtin (2003), “(...) a escolha de todos os recursos linguísticos é feita pelo falante sob maior ou menor influência do destinatário e da sua resposta antecipada” (BAKHTIN, 2003, p. 306). Essa escolha tem como ponto de partida, sempre, o processo interlocutivo que envolve contexto comunicativo e os pares nele envolvidos. Dentre as estratégias de “monitoração” do processo interlocutivo, o emprego da repetição é um importante recurso para assegurar o discurso em elaboração, de modo que ele seja “recuperado” pelo leitor.

Com base nisso, a posição estratégica que o sujeito assume no inter-relacionamento de ideias para o seu dizer, e na materialização desse dizer, deixa em evidência diversos mecanismos dos quais ele dispõe na língua para que possa “fazer significar”. O emprego da repetição é um desses mecanismos que o produtor escolhe para apresentar, articular e rerepresentar uma realidade discursiva por meio de percepção/cognição (Koch, 2009, p. 78), marcando seu posicionamento. Assim, dado referente que se repete no texto ativa uma ideia que será projetada em articulação com outras e, em movimento de recuperação e acréscimo, essas ideias associadas colaboram para a argumentação no texto, de acordo com Koch (2009):

A presença de elementos de recorrência num texto produz quase sempre um efeito de intensificação, de ênfase, isto é, tem função retórica. “Martela-se” na cabeça do ouvinte/leitor, repetindo palavras, estruturas, conteúdos semânticos, recursos sonoros etc., de tal modo que a mensagem se torne mais presente em sua memória – não é o que faz a propaganda? – e ele acabe por criar um hábito ou aceite sua orientação argumentativa. (KOCH, 2009, p. 123)

A repetição de sentenças, para marcar e prolongar um discurso, torna-se básica porque é uma estratégia empregada para, mais do que apresentar, manter a interação, busca um elo (maleável) entre os sujeitos e a comunicação. Assim, estabelece-se, continuamente, um sentido “relativamente novo” em continuidade na cadeia comunicativa, porque cada vez que uma palavra aparece no cotexto ela “carrega e recarrega” sentidos.

Para Koch (2000), a repetição em sentido amplo “engloba a repetição ‘exata’ até aquela em que ocorrem variações maiores ou menores na forma e, portanto, também a paráfrase (...)” (KOCH, 2000, p. 100). A repetição se configura, pois, como uma (re) apresentação de termos e de segmentos idênticos, ou próximos, mais de uma vez no mesmo evento comunicativo, cuja relação forma-função se estabelece paulatinamente no texto.

A presença da repetição é comum ao texto falado, a qual pode ser justificada pela natureza da construção discursiva e pela espontaneidade marcada no emprego dessa modalidade, a forte presença do recurso na oralidade é devido à espontaneidade que lhe é característica. Diferentemente da fala, a escrita carece de planejamento e sujeita-se à normatização, cuja elaboração acontece em meio a processos que permitem rascunhos, revisões e ajustes. No entanto, esse funcionamento da escrita não descaracteriza a repetição como uma de suas características na estruturação textual para a organização argumentativa.

Processos de reconstrução, repetição e parafraseamentos buscam “explicitar” contextualmente as significações. Para Marcuschi, “a explicitude resulta de uma inserção socio-pragmática dos usuários de uma língua em contextos e não uma força imanente à língua como tal” (MARCUSCHI, 2007, p. 43). Essa “explicitação” a que o autor se referiu diz respeito ao sentido que se estabiliza na interlocução e a repetição enfática procura, de certo modo, alcançar um grau máximo de explicitude em relação ao dizer no texto.

Essa estabilidade a que se refere Marcuschi sustenta-se no pressuposto de que não há uma relação especular entre língua e mundo, e sim uma “atividade realizada por habilidades referenciais e inferenciais [empregadas pelos sujeitos] em situações comunicativas específicas” (MARCUSCHI, 2007, p. 42). Essa visão leva à compreensão de que reconstruir, reformular, repetir e parafrasear são operações referenciais-inferenciais que estabelecemos no âmbito de uso da língua, esse jogo entre “referir e inferir” é o que permite “estabilizar” situacionalmente os sentidos.

Nessa reconstrução, continuidade e “estabilização” para promoção de sentidos, a repetição exerce diversificadas funções (i) contribui para a organização discursiva, (ii) monitora a coerência, (iii) favorece a coesão, (iv) dá continuidade à organização tópica na progressão de ideias. Trata-se de um auxílio nas atividades interativas, caracterizando-se por ser uma estratégia de (re) formulação textual. (Marcuschi, 2006).

Marcuschi (1992) afirma também que o emprego da repetição na continuidade textual tem por base um primeiro segmento, denominado matriz (M) que é modelo para um segundo segmento construído à sua semelhança, caracterizador do processo de repetição (R). Assim, a ocorrência da repetição traz aos termos mudanças de estado que surgem no desenrolar das ideias e “sustentam” uma temática. Para o autor “repetir não é um ato tautológico, pois há [na repetição] a expressão de algo novo”. (MARCUSCHI, 2006, p. 219). Cada forma de emprego do mesmo item lexical, segmentos e ideias corresponde a um objetivo a ser alcançado pelo produtor do texto.

Dessa forma, na cadeia textual, a repetição pode ocorrer de modo adjacente, ou seja, próxima à matriz (M) ou distante dela, reiterando diversos tópicos. Reforça-se que, ainda que haja identidade referencial, cada vez que uma forma é repetida, ela é reativada com acréscimos e apreciações no processamento textual. Conforme reflexões de Brown & Yule (apud, Koch, 1994) há a identidade de referentes, mas não de sentidos; cada emprego do mesmo referente, ou de uma mesma sequência no texto, desdobra-se “acumulando” sentidos que são transportados na progressão das ideias, considerando situações socioculturais específicas na interação do leitor com o texto.

A repetição se configura em matizes formal e funcional. Marcuschi (1992) explica que o ponto de vista formal diz respeito à organização do fluxo informacional na cadeia textual, e a funcional integra o plano da textualização e o discursivo. O autor propõe a seguinte “distribuição”:

REPETIÇÃO SOB O PONTO DE VISTA DAS MANIFESTAÇÕES (FORMAS)

PRODUÇÃO	Autorrepetição	O próprio falante reproduz a repetição em sua fala
	Heterorrepetição	O interlocutor repete a algum segmento dito pelo locutor
DISTRIBUIÇÃO NA CADEIA TEXTUAL	Adjacentes	Contíguas ou próximas
	Distantes	Mesmo segmento repetido vários tópicos adiante
SEGMENTOS REPETIDOS	Integralmente	Com identidade de forma
	Com variações	Alteração na forma e no conteúdo

Figura 1 - Quadro apud Marcuschi, 1992

REPETIÇÃO SOB O PONTO DE VISTA DAS FUNÇÕES

PLANO DA TEXTUALIZAÇÃO	Coesividade	Sequenciação, referenciação, correção, expansão, parentetização, enquadramento.
PLANO DISCURSIVO	Compreensão	Intensificação, esclarecimento.
	Continuidade tópica	Amarração, introdução, reintrodução, delimitação.
	Argumentatividade	Reafirmação, contraste, contestação.
	Interatividade	Monitoração da tomada de turno, ratificação do papel do ouvinte, incorporação de sugestões.

Figura 2 - Quadro apud Marcuschi, 1992

No processo de repetição agem, conjuntamente, forma/função/discurso, há um (des)dobramento de estruturas, elementos cuja (re)apresentação linguística se dá de modo similar e contíguo, estabelecendo um ponto de apoio para que os sujeitos construam uma rede significativa. Desse modo, no caso de itens lexicais idênticos, os sentidos se alongam e se reorganizam, continuamente, no encadeamento de dizeres. Esse processo de significação em “mesm(o)utro” se constrói na esteira comunicativa. Não é a identificação do referente e identidade referencial na materialidade linguística, mas uma construção estabelecida na interação com o texto, o que pode ser fundamentado nas reflexões de Bakhtin quando afirma que...

A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é *o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro*. (grifo na obra) É como uma fâisca elétrica que só se produz quando há contato dos dois pólos opostos. (BAKHTIN, 1929/2002, p. 132)

Assim, o material linguístico idêntico ou similar apenas indicia intenções, ações e “localizações”, ele ancora uma projeção de sentidos feita pelos produtores em eventos comunicativos: “só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz de sua significação”. (BAKHTIN, 1929/2002, p. 132). Isso significa afirmar que interagimos por meio formu-

lações linguísticas contextualizadas, as quais evidenciam uma ponte entre dizer e significar, em processo reflexivo; então, as formas linguísticas são atualizadas em instantes e situações de interlocução não importando a identidade linguística por si mesma.

Conclui-se, portanto, que o processo de reiteração de uma identidade lexical (geratriz de sentidos) no processamento textual se reveste a partir de um “tecido” já escolhido, ou seja, as formas idênticas se retomam e se recriam constituindo um embrulho vultuoso de ideias. E, assim, o termo ou o segmento repetido se reforça em sentidos acrescidos na rolagem textual-discursiva, envolvendo operações cognitivas e textuais-discursivas dos sujeitos que, conforme Marcuschi, resultam de uma integração que “surge quando relacionamos conhecimentos encapsulados em palavras situadas em contextos de uso” (MARCUSHI, 2007, p. 41).

ESTUDO E PROPOSTA DE ANÁLISE

No projeto em desenvolvimento, após a seleção do corpus, percorreram-se as etapas: (i) busca aleatória de livros dedicados ao leitor infantil, para uma investigação inicial sob a intenção de validar o tema de estudo; (2) destaque de autores e obras premiados pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ, 1968); (ii) seleção da Coleção Mico Maneco da autora Ana Maria Machado (1982) e outros livros que exemplificam o fenômeno. Para a seleção, observou-se a circularidade da produção em ambientes formais, semiformais e informais de leitura, a qualidade da obra e o “impacto” editorial.

Este estudo se delinea sob a perspectiva de uma pesquisa qualitativa com face descritiva (YIN, 2016), de modo a refletir sobre o objeto selecionado, apresentar posicionamento, sugerir interfaces e comentar. Esse caminho será reforçado, e mais bem estabelecido, com a descrição do texto analisado e destaque de elementos que sustentam e legitimam o estudo a que se propõe. Para comentário analítico neste artigo, selecionou-se o livro “Maria vai com as outras” de Sylvia Orthof (2008), autora premiada pela FNLIJ. Na obra, a repetição encaminha a argumentação, fortalece a conexão de ideias e “alimenta” o tema.

A obra “Maria vai com as outras”, produzida por Sylvia Orthof Goskorzewicz – autora de livros infantis, natural do Rio de Janeiro, nascida no ano de 1932 e falecida no ano de 1997 – conta a história de uma ovelha que “ia sempre com as outras”: onde as outras ovelhas iam, Maria ia também. Trata-se de um texto dirigido ao público infantil que aposta em uma visão crítica do seu leitor em relação ao comportamento automático da ovelha Maria vai com as outras:

Era uma vez uma ovelha chamada Maria. Aonde as ovelhas iam, Maria ia também. As ovelhas iam pra baixo. Maria ia pra baixo. As ovelhas iam pra cima. Maria ia pra cima. Maria ia sempre com as outras. Um dia todas as ovelhas foram para o Polo Sul. Maria foi também. Ai, que lugar frio! As ovelhas pegaram uma gripe!!! Maria pegou também. – Atchim!

Maria ia sempre com as outras. Depois as ovelhas foram para o deserto. Maria foi também. Ai, que lugar quente! As ovelhas tiveram insolação. Maria teve uma insolação também. Maria ia sempre com as outras. Um dia, todas as ovelhas resolveram comer salada de jiló. Maria detestava jiló. Mas, como todas as ovelhas comiam jiló, Maria comia também. – Que horror! Foi quando de repente, Maria pensou: – Se eu não gosto de jiló, por que é que eu tenho que comer salada de jiló! Maria pensou, suspirou... Mas continuou fazendo o que as outras faziam. Até que as ovelhas resolveram pular do alto do Corcovado pra dentro da lagoa. Todas as ovelhas pularam.(...) Chegou a vez de Maria pular Ela deu uma requebrada, entrou num restaurante e comeu feijoada. Agora, mé, Maria vai para onde caminha o seu pé!

É um texto que pode ser observado em diferentes aspectos; aqui se priorizou a organização textual e inter-relações semânticas por meio da repetição. Não é propósito nesse estudo discutir a obra nem esgotar um ponto de vista textual-discursiva. Não se ignora o fato de que, ao tematizar a repetição de comportamentos e escolhas, o enunciador “denuncia” a importância da autenticidade e autoria na atuação sociointerativa dos sujeitos.

Destaca-se no texto a repetição em sintagmas, expressões e nomes; verbos e advérbios. Os elementos e estruturas repetidos avançam e recuam para o encadeamento de ideias. Em movimentos contínuos no avançar-recuar, tal como um leque que se abre para dar vida à sua função, o material linguístico é manipulado e ajustado para uma construção de sentidos, sendo a repetição (temática abordada) e a repetição (mecanismo de estruturação textual) faces de um mesmo projeto argumentativo.

As formas semelhantes dobráveis e “des(dobradas)” no texto, em movimentos de locação e predicação, tornam o texto espesso e, em proporção, unificado. O espessamento se nota na continuidade de ideias, em retomadas e remissões frequentes. E em sobreposição, as formas reforçam

a tematização, considerando que novos elementos se agregam a um já dito (em renovação) que se reforça por meio da repetição.

Para desenvolver o propósito no estudo, destacam-se algumas páginas do livro (1-4). Adianta-se que o todo do texto ressalta a reiteração em “Maria ia sempre com as outras” e “ir para” marcadas por “sempre”; “também”, as ilustrações acompanham a repetição de ideias/comportamento e, conjuntamente, firmam a temática no texto.

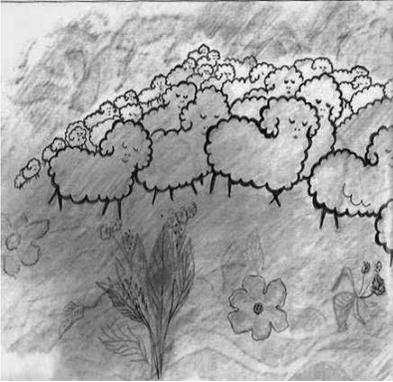


Figura 1: Era uma vez uma ovelha chamada Maria

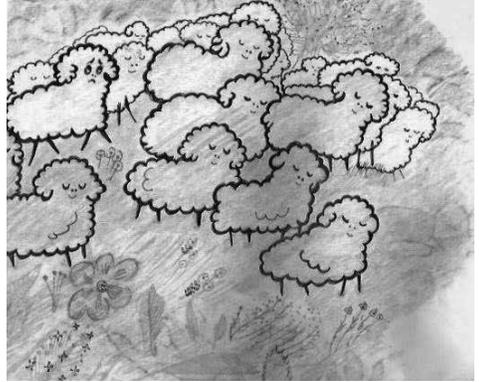


Figura 2: Onde as outras ovelhas iam, Maria ia também

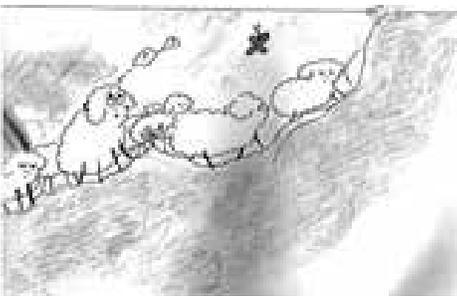


Figura 3: Maria ia sempre com as outras

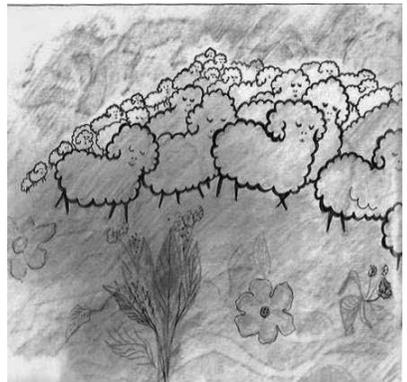


Figura 4: Maria ia sempre com as outras

No texto “Maria vai com as outras” a estratégia da repetição é uma facilitadora da compreensão, oferecendo pistas que favorecem a manutenção da ideia e intensificam o propósito argumentativo. Para um texto desta natureza, é importante reconhecer que um leitor infantil processa sua com-

preensão mais com base na materialidade do texto e suas relações, o emprego de estruturas sintáticas simples favorece uma interação com o texto.

As ilustrações, associada ao conteúdo da história, são importantes pistas para a compreensão de textos para o leitor iniciante, associando-as de acordo com os níveis de conhecimentos prévios. No caso do texto em análise, a repetição se mantém desde o título do livro “Maria vai com as outras”, intensificando a ideia por meio de segmentos idênticos ou similares.

Não é correto afirmar que a repetição caracterize a escrita infantil ou a escrita para o público infantil, única e exclusivamente; é mais certo entender que a repetição é um fenômeno comum à linguagem, estando mais presente em alguns gêneros a depender de propósitos, estilos e funcionamento comunicativo. Para Marcuschi (1992) a repetição contribui para a progressão referencial, fazendo o texto se desenvolver marcando propósitos na construção argumentativa. Para o autor, a repetição desempenha funções em diferentes planos no texto.

Coesivo: revelando o encadeamento ou sequenciação das ideias por meio de processos referenciais, expansão de ideias, parentetização e enquadres.

Compreensão: intensificando e esclarecendo ideias em uma orientação para sentidos possíveis de construídos.

Continuidade tópica: o encadeamento, retomada e manutenção do tópico discursivo.

Argumentação: a reafirmação de ideias.

Interação: monitoração do turno no discurso.

A repetição marca a coesão sequencial, as ideias seguem articuladas, garantindo a continuidade tópica. A apresentação de estruturas idênticas e similares se conecta pelas relações lógicas que reforçam o comportamento repetido da ovelha Maria no texto do livro.

O paralelismo estrutural auxilia na reiteração e esclarecimento de ideias, sugerindo uma leitura sobre o comportamento automático da ovelha Maria; e, de certo modo, das demais ovelhas. As ideias são justapostas em sentidos que se complementam no reforço por meio da repetição que produz uma conexão entre os segmentos e a ideia por eles veiculadas:

“... para onde *as ovelhas iam*, Maria *ia também*.

As ovelhas *iam pra baixo*. Maria *ia pra baixo*.

As ovelhas *iam pra cima*. Maria *ia pra cima*. (...)

(Maria vai com as outras, p.4-7)

Nessas sentenças identifica-se a repetição de segmentos idênticos mais de uma vez no evento comunicativo, resumindo o “mesmo” e “sempre”. Os segmentos destacados configuram uma repetição em que a ideia e a entonação ao longo do texto são aparentemente “exatas”, marcando uma monotonia nas ações, “iam pra cima”, “iam pra baixo”, segundo (Koch, 2000) esse processo de repetição pode ser incluído entre os processos de reconstrução. Há singularidades no emprego da repetição nesse texto que merecem uma observação mais detalhada, mas, em razão de limitações próprias do gênero artigo, os comentários são mais gerais.

Como é um livro dirigido ao público infantil (o que não significa, necessariamente, ser dirigido unicamente ao leitor infantil) o texto apresenta uma organização linguística próxima da oralidade e do que é comum e ilustrativo no discurso da criança. A elaboração textual, portanto, compartilha conteúdo com um leitor em fase de apropriação da leitura, (Kato, 1995).

Em “Maria vai com as outras”, o “vai com” significa seguir, estar junto, acompanhar. Esse modo de seguir e de acompanhar é sugerido no texto como um “automatismo” no agir. O verbo “ir” (ia sempre com) caracteriza o mundo narrado, em que o pretérito imperfeito acentua a continuidade, o que não acaba, não cessa, continuidade marcada também no emprego do conector “e” que revela um comportamento mantido por longo tempo.

A ausência de autenticidade é a crítica esperada no livro, percebe-se uma sugestão para mudança de comportamento: Maria “pensou/pensava” ‘Ai que lugar frio!’ [...] ‘Ai que lugar quente!’ [...]. Essas pistas levam o leitor a identificação de uma mudança de comportamento da personagem. Quando no texto, marca-se o espaço para o “pensar”, a oposição surge, “mas por que eu tenho de comer jiló”. O espaço para indagação promove a quebra na repetição, permitindo o leitor concluir que: “Maria [agora] só vai para onde a leva o seu pé”. A repetição como estratégia presente no livro colabora na orientação leitora e se alinha à proposta temática no livro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentado em “Maria vai com as outras” não é uma escrita infantil e nem uma re(a)presentação da fala de uma criança, mas uma escrita mesclada, explicável pela confluência e proximidade das modalidades oral e escrita e de como elas se alocam no universo infantil, caracterizando uma aproximação em relação ao leitor. A repetição segue como esclarecimento para o leitor-infantil, de modo que ele mais bem interaja com o texto, auxiliando no engajamento comunicativo e na compreensão de ideias.

São muitos os gêneros que se valem deste recurso para imprimir uma marca comunicativa, a exemplo: propagandas, notícias, poemas, outros. No caso do texto publicitário, ela é empregada como recurso por meio do qual o enunciador busca atingir seus objetivos, mirando um público-leitor, afirmando e confirmando sua ideia, atuando de modo persuasivo. Em gêneros de tipologia narrativa a repetição é, também, um recurso que se destaca com o propósito de mais bem encadear as ideias, promovendo não só a coesão, mas também a coerência, evidenciando um realce que se pretende dar em relação a ideias no texto.

É importante que uma reflexão sobre o emprego da repetição e de sua importância na produção de sentidos, tanto do ponto de vista da escrita quanto da leitura de textos, aconteça no âmbito de ensino de Língua Portuguesa na escola, marcando esse recurso como estratégia textual-discursiva, e não como um vício de estilo e que, como tal, deve ser evitado.

É necessário orientar o aluno para que ele saiba equilibrar o emprego da repetição, reconhecendo a função que ela pode assumir nos textos, com o conhecimento de que apresentar e reapresentar o mesmo item lexical no texto deve estar circunstanciado a modos de dizer.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10 ed. São Paulo: Hucitec Annablume, 2002.

_____, Mikhail. **Estética da criação verbal** introdução e tradução do russo: Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov, 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 – Coleção universal.

BANDEIRA, Manuel. Lira dos Cinquent'Anos. In: **Poesia e prosa**, vol. I, Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1958, p. 297

BESSA, Regina Stela N. **A Repetição Lexical em textos narrativos orais e escritos**. (Dissertação de Mestrado apresentada o Programa de Pós-graduação da Faculdade de Letras da UFMG, para obtenção do grau de Mestre). Belo Horizonte, 1991.

FREITAS, Maria Noêmi F. C. A repetição lexical como recurso da argumentação. In: Anais do SILEL. Volume 3 – número 1. Uberlândia, EDUFU, 2013

Fundação Nacional do livro infante-juvenil.<http://www.fnlij.org.br/site/premio-fnlij/livros-premiados.html> - Acesso em 02 de junho de 2018

KATO, M. **O aprendizado da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KOCH, Ingedore G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 6ed., São Paulo: Cortez, 2009.

_____, A repetição e suas peculiaridades no português falado no Brasil. In: KOCH, **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____, **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo, Contexto, 2006.

_____, Especificidade do texto falado. In: JUBRAN, C. A. S. e KOCH, I. G. V. et al. (Orgs.) **Gramática do Português Culto Falado no Brasil: Construção do Texto Falado**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. p. 39-46

_____, A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. **Caderno de estudos linguísticos** (41). Campinas: Ed. da Unicamp, 2001 p. 75-89

_____, SOUZA E SILVA, M.C.P. Atividade de composição do texto falado: a elocução formal. In: CASTILHO, A.T.; BASÍLIO, M. et al. (orgs). **Gramática do Português Falado**. V. IV: Estudos Descritivos. Campinas/ S. Paulo: Ed. da Unicamp/FAPESP, 2002. p. 379-508.

_____, Ingedore Villaça et alii. Aspectos do Processamento do Fluxo de Informação no Discurso Oral Dialogado, in: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). **Gramática do Português Falado**. Vol. 1. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1991, p. 141-184.

_____, **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1998.

MACHADO, Ana Maria. **Coleção Mico Maneco**. <http://www.anamariamachado.com/colecao/mico-maneco>, acesso 25 de agosto.

MAEDA, R. M. A. a repetição: uma estratégia de composição do texto falado. Trabalho apresentado no **XI Seminário do Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná**. Cascavel: 30 de outubro - 01 de novembro de 1999, in LEFFA, Vilson J. (Compilador). **TELA** (Textos em Linguística Aplicada) [CD-ROM]. Pelotas: Educat, 2003.

MARCUSCHI, L. A. **A repetição na língua falada: formas e funções**. (Tese apresentada ao Departamento de Letras de UFPE para obtenção do título de professor titular). Recife, 1992.

_____, A repetição na língua falada: formas e funções. UFPE: Departamento de Letras do Centro de Arte e Comunicação. Tese para professor titular de linguística, 1992.

_____, Cognição, explicitude e autonomia do uso da língua. In: **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro, Lucerna, 2010 p. 30-60

_____, **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. S. Paulo: Cortez, 2000.

_____, Repetição. In: JUBRAN, C. A. S e KOCH, I. G. V. et al. (orgs.) **Gramática do português falado culto no Brasil: construção do texto falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006, p. 219-254.

_____, A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual, n: KOCH, Ingedore Villaça (org.). **Gramática do Português Falado**. Vol. 6. Campinas: Editora da UNICAMP/ FAPESP, 1996, p. 95-129.

_____, Repetição. In: JUBRAN, C. A. S. e KOCH, I. G. V. et al. (orgs.) **Gramática do português culto falado no Brasil: Construção do Texto Falado**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. p. 219-254.

ORTHOFF, Sylvia. **Maria vai com as outras**, 22^a ed. São Paulo: Ática, 2008.

_____, **Maria vai com as outras**. 22 ed, São Paulo, Ática, 2008. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/sylviaorthoff/index.php?p=5380 – Acesso em 25 de agosto de 2018.

_____, **Maria vai com as outras**. 22 ed. São Paulo, Ática, 2008. (<http://palavraporpalavra1234.files.wordpress.com/2010/12/maria-vai-com-as-outras.jpg> - acesso em 02 de junho de 2018, às 13h)

SARAIVA, D. C. A repetição no texto escrito infantil: do erro à estratégia argumentativa, UNIPAM, 2010. Disponível em <http://perquirere.unipam.edu.br>

TANNEN, Deborah. 1987. “**Repetition and variation as spontaneous formulaicity in conversation**”. *Language*, vol.63, nº3, Sept./87, p.574-605.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. 1989. “**Considerações sobre a repetição na língua oral e na conversação**”. *Letras & Letras*, 5 (1 e 2), jul/dez. 1989, p.5-6

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*; trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

ENTREVISTA

O prof. Dr. AMÓS COELHO DA SILVA entrevista o Prof. Dr. Manoel Pinto Ribeiro.

1. Como chegou à Academia?

De início, a convite do grande acadêmico Horácio Rolim de Freitas. Assisti a palestras dos prezados colegas na Faculdade da Cidade, em Botafogo, e no Colégio Pedro II do Humaitá.

Em 3 de agosto de 1995 fui eleito membro efetivo da cadeira 18, cujo patrono é Carlos de Laet, que foi Prof. do Colégio Pedro II, onde estudei durante sete anos (ginásio e científico). Havia provas escritas e orais para ser admitido e, também, durante os sete anos de ginásio e científico. Cada aluno era examinado por uma banca de três professores na prova oral: o professor da turma e mais dois de qualquer turno.

Tivemos grandes mestres como José Marques Leite (Português e Latim), Othon Moacir Garcia (Língua Portuguesa), Aurélio Buarque de Holanda, Moura do Valle (matemáticas, dentre outros excelentes professores.

2. De início, qual sua produção acadêmica registrada?

MANOEL PINTO RIBEIRO

PRODUÇÃO ACADÊMICA DE 2007, 2008 E 2009

2006 – “Dia dos Estudos Portugueses” – Participação, como palestrante, em evento na Universidade Veiga de Almeida, campus Tijuca, em 22/11/2006.

2007

Palestra – A mulher na MPB, de 1930 a 1945. Proferida na Universidade Estácio de Sá, campus de Jacarepaguá, em 30/10/2007

Palestra – O imaginário sobre a mulher na MPB, de 1930 a 1945. Proferida na Academia Brasileira de Filologia, em 24/11/2007 .

Defesa de tese de doutorado – Formações discursivas sobre a mulher na música popular Brasileira (1930-1945). Defesa em 11/10/2007, na UFF, sendo aprovado com nota 10,00 (dez).

2008

Palestra – O ensino de gramática no fundamental e no nível médio. Realizada no Col. Militar do Rio de Janeiro, durante a 1.ª jornada de Língua Portuguesa, em 18/3/2008.

Palestra – A reforma ortográfica. Proferida no Col. Militar do Rio de Janeiro, em 29 de abril de 2008, durante o Seminário da Cultura Brasileira e Língua Portuguesa em Debate.

Participante de sessão acadêmica – Samuel Rawet: fortuna crítica em jornais e revistas. Palestra proferida por Francisco Venceslau dos Santos, na Academia brasileira Filologia, em 17 de maio de 2008.

Palestra – Latinismos – sua importância na comunicação acadêmica e na publicidade. Proferida na UERJ, no Curso de Especialização em Língua Latina, pós-graduação *lato sensu*, do Instituto de Letras, em 10 de junho de 2008.

Palestra – Os estudos gramaticais no Brasil. Proferida na Academia Brasileira de Filologia, em 21/6/2008.

Palestra – Problemas de ortografia. Proferida em 27 de agosto de 2008, na UERJ, no XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia.

Presidente de mesa-redonda. Sessão de 12/9/2008 sobre *A Língua Literária dos séculos XVI, XVII e XVIII*, com a presença dos professores Evanildo Bechara, Horácio Rolim de Freitas e Paulo Roberto Dias Pereira.

Palestra – O acordo ortográfico da Língua Portuguesa. Proferida na UFF, campus Gragoatá, em 23/9/2008.

Livro publicado – O novo acordo ortográfico – soluções, dúvidas e dificuldades para o ensino. Rio de Janeiro: Metáfora Editora, 2008:1.ª ED.

Palestra – Acordo ortográfico. Proferida na Universidade Salgado de Oliveira, campus de São Gonçalo, em 13/10/2008.

Palestra – O acordo ortográfico – a reforma da Língua Portuguesa. Proferida na Universidade Salgado de Oliveira, campus de São Gonçalo, em 18/10/2008.

Palestra – A reforma ortográfica em questão. Proferida na Universidade Veiga de Almeida, campus Maracanã, em 23/10/2008.

Palestra – Reforma ortográfica. Proferida no VII Congresso de Estudantes de Letras do Estado do Rio de Janeiro, realizado na UFF, campus de Gragoatá, em 27/10/2008.

Palestra – Reforma ortográfica. Proferida no Colégio Santo Agostinho, no Leblon, em 27/11/2008.

2009

Livro publicado – Gramática Aplicada da Língua Portuguesa. 18 ed., Rio de Janeiro: Metáfora Editora, 2009.

Livro publicado – Livro de respostas da Gramática Aplicada da Língua Portuguesa. 18. ed., Rio de Janeiro: Metáfora Editora, 2009.

Palestra – O novo acordo ortográfico. Proferida em 13/03/2009, na Universidade Estácio de Sá, campus Rebouças.

Palestra – O novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa. Proferida em 17/3/2009, no Instituto Federal do Rio de Janeiro, Campus de Nilópolis.

Palestra – O novo acordo ortográfico. Proferida em 24/3/2009 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Palestra – O novo acordo ortográfico – soluções, dúvidas e dificuldades para o ensino. Proferida na Faculdade CCCA em evento promovido pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos.

Palestra – Gramática e Ensino. Universidade Castelo Branco, campus de Realengo, RJ, em 12/4/2009.

Palestra – Dificuldades no ensino de Língua Portuguesa. Proferida na Universidade Estácio de Sá, no Campus Rebouças, em 09/05/2009.

Palestra – Língua, Literatura e Interação Social. Palestra proferida na Universidade Castelo Branco, campus de Realengo, RJ, em 21/5/2009, no I Fórum Interdisciplinar de Educação.

Palestra – A nova ortografia vai enlouquecer a vida dos professores? Proferida na Universidade Estácio de Sá, campus Nova América, em 30 de maio de 2009.

Palestra – Reforma ortográfica. Proferida na Universidade Castelo Branco, campus de Realengo, RJ, em 21/5/2009,

Palestra – Novo acordo ortográfico. Proferida em 06/6/2009, na Universidade Salgado de Oliveira, Universo.

Palestra – Aurélio Buarque de Holanda Ferreira – o Professor. Proferida no XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, na UERJ, em 24/08/2009

Palestra – Dificuldades no ensino de Língua Portuguesa. Proferida no XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, na UERJ, em 26 de agosto de 2009.

Palestra – O novo acordo ortográfico. Palestra realizada em 03/9/2009, na Faculdade de Filosofia, Letras e Artes de Macaé.

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU: na FAFIMA, em Macaé, sobre a *Classificação do vocábulo formal*, em novembro de 2009.

CURRICULUM RESUMIDO

PROFESSOR LICENCIADO PELA UERJ

EX-PROFESSOR TITULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA da UNISU-AM, entidade onde fundou o curso de Letras em 1972 e onde lecionou até 2005.

MESTRE DE LETRAS PELA UFF

EX-PROFESSOR ASSISTENTE DA UERJ, de 1994 a 2007, por concurso público com provas escritas e orais e títulos, em primeiro lugar, com média 9,5.

Doutor em Letras pela UFF, COM A TESE “AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE A MULHER NA MPB (1930-1945)”, sob a orientação do Prof. Dr. RICARDO STAVOLA CAVALIERE.

MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA, cadeira 18, cujo patrono é CARLOS DE LAET.

EDITOR-CHEFE DA REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA, DESDE 2002, já em 22.^a edição.

AUTOR DA GRAMÁTICA APLICADA DA LÍNGUA PORTUGUESA, em 23.^a(2017) EDIÇÃO, Metáfora Editora.

AUTOR DE O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO – soluções, dúvidas e dificuldades para o ensino, de Metáfora Editora. Primeira edição esgotada. Há uma segunda edição, ainda à venda.

3. Como era a revista da Academia?

A revista não estava sendo editada há muitos anos. O Prof. Leodegário de Azevedo Filho me incumbiu de reeditá-la. O primeiro número da nova fase saiu em 2002. Hoje chegamos ao número XXII, pronto para ser impresso. É um trabalho que me consumiu centenas de horas, pois exige muito correção e também várias comunicações com os colaboradores.

4. Como tem sido a colaboração de colegas?

Muito eficiente. Alguns, como o falecido Antonio Nunes Malveira, contribuíram com grande número de artigos. Tivemos também a colaboração de outros professores, fora da Academia, como Ana Lúcia Souza Henriques, Marcel Vejmelka, Maria Angélica Freire de Carvalho, Marcos Pashe, entre muitos.

5. Explique de que trata o evento ESTUDOS DE LÍNGUA E LITERATURA.

Foi uma proposta minha, aceita pela Academia. Organizei seis encontros em anos consecutivos, de 2011 a 2016. Chegava à UERJ às

13,00 h e saía às 18,30h. Colaborei com o Prof. Amós Coêlho da Silva na elaboração do VII ESTUDOS DE LÍNGUA E LITERATURA, realizado em 29 e 30.8.2018.

6. Sugerir e executei o projeto A ACADEMIA VAI ÀS UNIVERSIDADES.

Visitamos duas universidades: a UFF, com a ajuda com confrade Ricardo Cavaliere, e a Estácio do Rio Comprido, com o auxílio de nosso vice-presidente, Prof. Deonísio da Silva.

7. Que lembranças tem da Universidade do Estado da Guanabara, hoje UERJ?

Também fui admitido com provas escritas e orais. Lembro-me do extraordinário Mestre Olmar Guterres da Silveira, além de Clóvis Monteiro e Leodegário de Azevedo Filho.

8. Torce por algum clube de futebol?

Meu pai era português da região do Porto, de Marco de Canaveses, terra de Cármen Miranda. Ainda menino, chegou ao Brasil, com 11 anos, em 1913, e viu o América ser campeão. Todos os quatro filhos passaram, então, a torcer pelo América. Minha mãe, Rosalina de Souza Ribeiro, apenas acompanhava à distância. Era um ser incomparável. Perdeu, aos dois anos, sua genitora e o pai aos 11. Aos 23 anos, morreu seu único irmão. Com todos esses percalços, viveu bem até os 96 anos.

9. Que projetos pretende ainda executar?

Embora pretenda passar para o Quadro Especial, estou inteiramente à disposição da Academia para prosseguir na produção de nossa revista.

RESENHAS

Se o Padre Feijó fosse candidato a presidente

Deonísio da Silva

(Academia Brasileira de Filologia)

O céu e o inferno dos políticos às vezes são vizinhos. O corpo do Padre Feijó está na cripta da Catedral da Sé, em São Paulo. Sua alma não se sabe. Restos mortais de outros políticos estão espalhados por catedrais e igrejas do Brasil inteiro, mas de suas almas também não sabemos.



Padre Diogo Antônio Feijó

O problema maior, entretanto, não é saber estes quesitos, mas desconhecer o passado de muitos deles, que traria luzes indispensáveis ao que foram, são ou serão. Certamente os leitores notam que também os mortos não são sempre os mesmos, de que são exemplos o próprio padre Feijó, senador, ministro da Justiça e regente do Império, levado à prisão um ano antes de morrer, e Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, condenado e enforcado por alta traição e depois transformado em mártir e herói nacional. Se com os mortos dá-se isso, imagine com os vivos, que vivem a retificar suas biografias, mesmo depois de fixadas em livros precoces”.

Por isso, é importante reconhecer o valor da prosa de ficção de cunho histórico, operada em ambiente mais livre. O leitor leu poucas páginas de *Lagoa dos Cavalos*, romance do gaúcho José Carlos Gentili, membro brasileiro da Academia das Ciências de Lisboa, e já sabe que o menino, nascido no primeiro capítulo e batizado no segundo, é filho de padre.

Criado e educado por mulheres amancebadas com padres, ele será padre também. Estamos falando do padre Diogo Antônio Feijó, pai de muitos filhos ilegítimos, personagem solar desta narrativa vertiginosa e cativante e da conturbada história do Brasil. Nossas praças e livros estão povoados de bustos e de estátuas dele e de outros vultos brasileiros,

de biografia igualmente desconhecida dos alunos e dos frequentadores ou passantes que circulam no espaço urbano.

Um dos principais méritos deste romance histórico lançado em 2012 é contar o caso como o caso ainda não foi contado, servindo-se o autor para fazer isso de uma operação que tem elevado os padrões do romance brasileiro ao abrir vertentes narrativas soterradas por séculos com o fim de render à hipocrisia os esperados tributos.

Em nome desta e de outras falsidades ou dissimulações, às vezes agressivas, mente-se já na pia batismal, quando o celebrante declara que o menino é filho de pais incógnitos, entretanto presente ao acontecimento inaugural de sua vida católica. Desde há algumas décadas está comprovado e documentado que o padre Diogo Antônio Feijó, que foi vereador, deputado, senador e regente do Império do Brasil, é filho ilegítimo do cônego Manuel da Cruz Lima, de Curitiba, ou do padre Félix Antônio Feijó.

Gentili adota a segunda hipótese e indica, baseado em documento histórico que ninguém põe em dúvida, que sua mãe não é a viúva Maria Gertrudes de Camargo e, sim, a irmã dela, Maria Joaquina Soares de Camargo. O arranjo para o batismo tinha sido feito pelo padre Fernando Lopes de Camargo, irmão delas.

A existência do menino foi explicada à vigilante comunidade paulista com a categoria “filho enjeitado”, expressão de largo uso no Brasil e que resultou em móvel que ainda hoje pode ser visto nos museus: a roda dos enjeitados ou roda dos expostos. O dispositivo de madeira, instalado à entrada de igrejas e conventos, tinha o fim de impedir abortos e infanticídios, pois, dado o rigor das leis e dos costumes, os frutos de relações fora do casamento eram mortos no ventre das mães ou simplesmente jogados, mortos ou ainda vivos, aos porcos e aos cães. Com a roda dos expostos ou dos enjeitados, a Igreja providenciava o acolhimento destas crianças e muitas delas tornaram-se vultos referenciais na história do Brasil, ainda que nem todos admitam este tipo de passado.

Ao abordar o tema de modo a que a personagem solar do romance seja esta importante figura política que é o padre Diogo Antônio Feijó, o escritor redime o tema num viés de todo original.

Inserida como outro pilar da narrativa está a maçonaria, apesar das duas excomunhões que a instituição recebera no século em que Feijó nasceu: a do Papa Clemente XII, editada em 1728, e do Papa Bento XIV, editada em 1751.

Práticas excomungadas ou proibidas não têm no Brasil o mesmo significado que porventura tenham tido em outras plagas. Diálogos do romance ilustram à farta as aplicações diferenciadas das leis, civis ou eclesiásti-

cas, de que é exemplo este trecho: “*Outro padre maçom, Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca, religioso como nós, Diogo*”, diz um padre ao colega, “*que era um dos líderes da Confederação do Equador, como chamam, também foi fuzilado, deixando suas filhas desoladas, Carlota, Joaquinha e Aninha*”.

Diversos panos de fundo do romance ilustram o passado colonial brasileiro onde germinaram pela primeira vez os temas e problemas de que se ocupa *Lagoa dos Cavalos*. Uma luz tênue deixa, entretanto, iluminar este contexto: a de que o celibato, a maçonaria e os filhos enjeitados, conquanto assuntos relevantes, não davam tanta preocupação à sociedade quanto uma triste lembrança:

“Esvaziavam-se os cárceres de Portugal, e a Terra de Pindorama recebia o que havia de pior. Dom João III mandou lavrar um alvará especial concitando os criminosos a viverem no Brasil, tido como terra de couto e homizio, desde que os agraciados presidiários não tivessem sido condenados por heresia, sodomia, traição e moeda falsa”.

Muitos dos problemas pelos quais passa o Brasil atual encontram reflexões originais neste romance de José Carlos Gentili. E o autor as faz conciliando profundidade na abordagem e estilo simples e claro. É um dos livros que se deve ler para conhecer o Brasil. Afinal, esta não foi a primeira vez que a literatura brasileira revelou um segmento surpreendente da história clandestina de nosso País.

HOMENAGENS PÓSTUMAS

Sessão de homenagem ao professor Rosalvo do Valle **Academia Brasileira de Filologia 28/04/2018**

Carlos Eduardo Falcão Uchôa

A trajetória da vida humana está sempre surpreendendo a todos nós que por ela transitamos, sobretudo os que nela permanecemos por mais tempo, mais calejados assim às vicissitudes que ela tem guardadas como mistérios, mas causando, mesmo assim, tantas vezes, enorme perplexidade à nossa condição de seres caminhantes em uma jornada de limites marcados pelo todo poderoso Cronos.

Jamais poderia imaginar, ainda que em voos imaginosos, que um dia, hoje, estaria nesta Academia Brasileira de Filologia, tendo de reunir forças e lembranças, para recordar o meu querido mestre e amigo Rosalvo, por muito tempo para mim Professor Rosalvo. Um jovem de 18 anos, meio desnortado ante que rumo a seguir na vida, é, hábil e convictamente, por ainda também um jovem professor particular de Latim, conduzido para abraçar o magistério, direcionado deste modo para o espaço das salas de aula, espaço que ocuparia com paixão e que se tornaria fundamental em sua vida.

Pois hoje, neste mês de abril de 2018, já quase vencidas assim as duas primeiras décadas do século XXI, nada menos que sessenta e três anos depois do meu primeiro contato com o Professor Rosalvo do Valle, no seu apartamento de então, em Vila Isabel, eis-me nesta Academia Brasileira de Filologia, de que ele me falava, por ter em seus quadros eminentes nomes por ele citados da Filologia e da Linguística brasileiras da época, com a incumbência, irrecusável, mas dolorida, de saudar meu primeiro mestre e, ao mesmo tempo, o grande latinista que ele foi, de que são testemunhas todos os que com ele conviveram de mais perto e por mais tempo. O antigo jovem pré-universitário se apresenta hoje, aqui, com outro aspecto que o tempo, sempre atento à gente humana, lhe deu, mas com o mesmo sentimento de profunda admiração pelo homem e pelo latinista que foi o Professor Rosalvo do Valle .

Minhas aulas com o Rosalvo são inolvidáveis para mim. Ministradas algumas delas, ei-lo a mostrar, como ouvi alguém mais tarde dizer, não sei mais quem, que ele, Rosalvo, conhecia o latim por dentro, ou seja, não apenas o latim das declinações e conjugações e de textos presentes nos manuais didáticos, mas o latim que se escondia na tessitura das obras, em prosa e verso, de notáveis escritores do chamado latim clássico.

Começamos a ler o PRO ARCHIA, um dos mais belos discursos de Cícero, uma louvação justamente às belas artes. Sempre com a sua palavra norteadora, em aulas que se estendiam por umas três horas, com direto a lanche preparado com carinho por aquela que seria a sua companheira por quase sessenta anos, a Myrthes, chegamos ao final do texto ciceroniano a coincidir com o término daquele ano de 1955. Tal tradução, com preocupação de alguns recursos estilísticos apontados pelo Rosalvo (olhe, o verbo está no fim do período, parece-me ainda ouvir a voz dele dirigida a mim) foi por ele guardada, comentava comigo, e deve estar no meio de todos aqueles papéis que foi acumulando ao longo de sua vida.

Trabalhamos, Rosalvo e eu, durante muitos anos, na Universidade Federal Fluminense e, depois, já aposentados, no Curso de Especialização em Língua Portuguesa do Liceu Literário, por vários anos.

Licenciado e Bacharel em Letras Clássicas pela antiga e sempre lembrada Faculdade Nacional de Filosofia, veio a dedicar boa parte de sua vida docente à Universidade Federal Fluminense, de que foi um dos fundadores, tendo sido nela o primeiro Diretor do recém-criado Instituto de Letras, nos anos de mil novecentos e sessenta. Na UFF, Rosalvo viria a se tornar Professor Emérito, professor Titular de Latim e Livre-Docente.

No Liceu Literário Português, em que atuou até quase os seus 90 anos, lecionou a disciplina História da Língua Portuguesa. Moço ainda, justamente no período em que fui seu aluno, foi aprovado em dois concursos públicos, de provas e títulos: para Professor de Latim do antigo Distrito Federal e para Professor de Português da Escola Técnica Nacional, vivendo assim um período de justificável entusiasmo profissional. Lecionou ainda nas universidades Santa Úrsula, Gama Filho e Augusto Mota.

Rosalvo lecionou também em escolas particulares de prestígio em Niterói, como o famoso Colégio Brasil, tendo sido antes aluno e depois grande amigo dos inesquecíveis mestres de Latim e Grego Ismael de Lima Coutinho e Baltazar Xavier, que o convidariam mais tarde para ser professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma instituição particular, que seria, anos depois, incorporada à recém-criada Universidade Federal Fluminense.

Na época também em que fui seu aluno foi colaborador de Mattoso Câmara na elaboração da primeira edição do Dicionário do linguista brasileiro, que recebeu o nome de *Dicionário de Fatos Gramaticais*, editado pela Casa de Rui Barbosa e que receberia prontamente um expressivo acolhimento do mundo acadêmico. Pude ter o privilégio de ele ter me mostrado algumas páginas deste Dicionário em fase de revisão. Enfatize-se a escolha de Mattoso Câmara, mestre rigoroso, por seu ex-aluno da Faculdade Nacional de Filosofia. Rosalvo sempre mereceu ainda o maior apreço por parte do Professor Ernesto Faria, catedrático de Latim da Faculdade Nacional, que chegou a convidá-lo para escreverem juntos uma sintaxe latina, o que não se concretizou pelo falecimento prematuro de Ernesto Faria, nos inícios dos anos de mil novecentos e sessenta.

Rosalvo do Valle foi, na verdade, um latinista de escol. A língua latina tornou-se durante toda a vida a sua grande paixão, procurando sempre passar às novas gerações, no ensino médio e no ensino universitário, o seu entusiasmo pela língua e cultura romanas De procedência muito humilde, mas sempre acreditando na força do trabalho, Rosalvo, sempre muito estudioso e de inteligência privilegiada, optou por ser justamente professor de Latim, durante séculos a língua das mais elevadas manifestações culturais e língua do cristianismo, que tinha em Rosalvo um fiel seguidor.

A partir de certo momento de sua atividade de pesquisa, passou a interessar-se pelo latim tardio, bem afastado do latim dos autores clássicos. Latim justamente da cristandade, ressaltou-se, vindo a escrever sua tese de livre-docência sobre um diário de viagem aos lugares santos de uma monja do século IV d.C. Vejo em parte este novo interesse de Rosalvo, pois conversamos muito sobre isso, como consequência de sua preocupação sobre a variação linguística, cujo estudo se tornara um dos pontos mais focalizados pela ciência linguística. Tentar focalizar e caracterizar as variedades linguísticas sincrônicas e diacrônicas do latim era um objeto de estudo que aguçava o interesse do mestre, a merecer dele, logo de início, uma revisão crítica da nomenclatura tradicionalmente utilizada no tocante às variedades do latim.

No Liceu Literário Português, Rosalvo, responsável pela disciplina História da Língua Portuguesa, direcionou os cursos semestrais que ministrava para uma abordagem mais recente dos estudos linguísticos diacrônicos, partindo muitas vezes da própria língua portuguesa, em suas origens, para mostrar as mudanças linguísticas que se foram processando em nossa língua, aproximando mesmo os fenômenos da variação e da mudança linguística, na verdade, dois aspectos de um mesmo fenômeno.

Chefe de família exemplar, atento, marido, pai, avô e bisavô amoroso, Rosalvo deixou uma família absolutamente consciente do grande ser humano, um patriarca, que foi, com que ela podia contar sempre, até o seu fim, aos 91 anos. Deixou também amigos, entre os quais este que aqui lhes fala nesta sessão homenagem a ele dedicada da Academia Brasileira de Filologia.

Foi, sem dúvida, meu primeiro mestre, com suas aulas, com indicações bibliográficas que seriam fundamentais para a minha formação, com os convites que me fazia para certos eventos do mundo acadêmico, a destacar a palestra de Eugenio Coseriu nos porões, como se dizia então, da Biblioteca Nacional, proporcionando-me assim a oportunidade valiosa, ainda como aluno universitário, de vir a conhecer, num mesmo evento, Mattoso Câmara e Coseriu, a dialogarem e a divergirem sobre a famosa tricotomia coseriana “Sistema, norma e fala”, me lembro bem. Logo os dois grandes linguistas de que a minha fundamentação essencial na ciência linguística ficaria devedora.

Pessoa extremamente afável, de bom convívio com os seus alunos e com os colegas, com um sentimento de humor muito próprio dele, Rosalvo nos deixou no dia 8 de março, aos 91 anos, muito consciente da proximidade do seu fim, mas talvez não tão consciente do enorme vazio que deixaria para a sua família e amigos. Descanse merecidamente em paz, meu grande mestre e amigo.



Rosalvo do Vale

CLÓVIS MONTEIRO

(10-09-1898 / 13-07-1961)

**Primeiro Professor Titular de Língua Portuguesa da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro**



A VIDA

Clóvis do Rego Monteiro, nasceu no Brasil, estado do Ceará, em 10 de setembro de 1898. Aos dezessete anos, perdia o pai e, como o irmão mais velho estudava Direito no Rio de Janeiro, ficou à frente da família para educar os irmãos menores. Maria Luisa, com quem teve 11 filhos, foi sua companheira de todas as horas.

A vida profissional começou aos 17 anos, no Ceará, colaborando com as revistas literárias Fenix e Colombo e nos jornais Unitário Correio do Povo.

Aos 19 anos tornou-se Professor Normalista da Armada, no Ceará. Em 1920, escrevia a tese de Morfologia e Sintaxe do Substantivo na Língua Portuguesa e, em 1926, publica a tese Da Tendência Analítica na Evolução do Nosso Idioma, visando prestar concurso para o Colégio Pedro II. Em 1928, fixou residência no Rio de Janeiro. Logo tornou-se Professor do Ensino Secundário do então Distrito Federal. Em 1929, publicou a tese Traços do Romantismo na Poesia Brasileira e, em 1933, escreve a Linguagem dos Cantadores, como candidato a uma das cadeiras de Português do Colégio Pedro II.

Clóvis Monteiro lecionou em outros estabelecimentos de renome: Andrews, Jacobina, Santo Inácio, São Bento e Sion, foi Catedrático e fundador na Faculdade Santa Úrsula, hoje USU, da Faculdade Católica, hoje PUC-RJ e da Faculdade Lafayette, depois UEG e hoje UERJ. Também lecionou no Instituto Rio Branco, a convite de Guimarães Rosa.

Foi diretor da Escola Secundária do Instituto de Educação (1937), do Colégio Pedro II - Internato (de 1938 a 1947) e Externato (de 1956 a

1961). Ocupou o cargo de Secretário Geral de Educação e Cultura na administração do Prefeito Mendes de Moraes, quando criou o almoço escolar, com base em pesquisa reveladora de que o mau rendimento na escola estava diretamente relacionado à deficiência alimentar.

Poeta inspirado, tem a maior parte de sua produção poética bem jovem. Parte desse material foi publicado em 1915 e 1916 no *Correio do Ceará*.

A OBRA

- *Morfologia e Sintaxe do Substantivo na Língua Portuguesa*. Fortaleza, Ceará, Gráfica C. Mendes, 1920. Tese apresentada, em concurso, à Congregação do Colégio Militar do Rio de Janeiro. No seu primeiro trabalho, revela surpreendente familiaridade com os ensinamentos dos expoentes da época. Nota-se já a independência e o espírito crítico que acompanharam sempre a sua atividade intelectual.

- *Da Tendência Analítica na Evolução do nosso Idioma*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1926. Tese apresentada em concurso, à Congregação do Colégio Pedro II. O conteúdo dessa tese aparece anotado e modificado na primeira parte do livro *Português da Europa e Português da América*.

- *Traços do Romantismo na Poesia Brasileira*. Rio de Janeiro, Tip. d'A Encadernadora, 1929. Tese apresentada como candidato à cadeira de Literatura vernácula, especialmente brasileira, na Escola Normal do Distrito Federal. O autor discorda de pontos de vista de alguns críticos nacionais e defende com segurança e objetividade suas opiniões. É particularmente importante a posição que assume com relação ao papel que os poemas épicos de Basílio da Gama e Santa Rita Durão têm na história da nossa literatura. A esse respeito é citado por Afrânio Peixoto na sua edição de *O Uruguai*.

- *Português da Europa e Português da América. Aspectos da evolução do nosso idioma*. Rio de Janeiro, Depositária J. Leite. A 3ª edição é da Livraria Acadêmica, 1959. Trata-se de seu principal trabalho. Nas palavras de Joaquim Ribeiro "um livro magistral e definitivo". A obra compõe-se de três partes: 1- Da Tendência Analítica; 2- Da Influência do Tupi e 3- O Problema Ortográfico.

- *Nova Antologia Brasileira*. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1933. A última edição em vida do autor é a 15ª., de 1960. Foi a única obra didática de Clóvis Monteiro. São importantes os resumos bibliográficos dos autores que figuram na antologia, as notícias sobre as características dos estilos de época em que se enquadram os textos que se situam entre Romantismo e Modernismo e, principalmente, as 120 notas sobre assuntos gramaticais, motivadas pelos textos.

- *A Linguagem dos Cantadores. Segundo textos coligidos e publicados por Leonardo Mota.* Rio de Janeiro, 1933. Tese apresentada, em concurso, à Congregação do Colégio Pedro II. A tese apresenta, inicialmente um vocabulário de 1600 itens, agrupados de acordo com a sua procedência. Seguem-se comentários sobre os usos peculiares ao português do nordeste brasileiro e capítulos que tratam das tendências fonéticas, da morfologia e da sintaxe dos textos estudados.

- *Ortografia da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1955. São apresentados documentos referentes à história do sistema ortográfico em Portugal e no Brasil, seguidos de numerosos exemplos ilustrativos das normas vigentes.

- *Fundamentos Clássicos do Português do Brasil.* Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1958. Neste opúsculo, trata do problema da língua nacional do Brasil, analisa as características da língua portuguesa no Brasil colonial e depois da Independência de Portugal e também comenta a situação atual do português do Brasil. Em anexo, relaciona, com comentários, 126 regionalismos lexicais.

- *Esboço de História Literária.* Rio de Janeiro, Acadêmica, 1961. Composto com base nos apanhados taquígrafados de Mariana Bastos, aluna do 2º ano do Curso Complementar de Direito do Colégio Andrews, em 1940 este livro veio a lume depois da morte do autor. Nele assume posição crítica e pessoal em face de pontos importantes de nossa história literária.

- *Miscelânea Filológica: em honra à memória do professor Clóvis Monteiro.* Rio de Janeiro, Ed. do Professor, 1965. Organizada por Leodegário Amarante de Azevedo Filho, contém artigos de Haroldo Lisboa da Cunha, Átila Magno da Silva, Carlos Henrique da Rocha Lima, Antenor Nascentes, Antônio de Pádua, Padre Augusto Magne, Celso Cunha, Dirce Côrtes Riedel, Eneida Monteiro Bomfim, Evanildo Bechara, Jairo Dias de Carvalho, Joaquim Mattoso Câmara Jr., Joaquim Ribeiro, Leodegário A. de Azevedo Filho, Luís César Saraiva Feijó, Olmar Guterres da Silveira, Sílvio Elia, Tasso da Silveira e Walter Medeiros.

- *Sombra e Luz: versos.* Rio de Janeiro, s.n. 1988. Essa é a face menos conhecida de Clóvis Monteiro. Sempre ligado à filologia portuguesa o poeta nos deixa uma obra pequena, mas importante. São 36 poemas, na maioria escritos entre 1915 e 1946 e que tiveram sua ortografia atualizada por sua filha, Eneida do Rego Monteiro Bomfim. No ano do seu centenário, os filhos de Clóvis Monteiro e o Departamento de Letras da PUC-RJ publicam *Sombra e Luz- Versos*, com apresentação da Professora Cleonice Berardinelli, que assim se expressou: “Que cada leitor encontre por si a

beleza dos versos e a sua transparência, a deixar ver, através de metros e rimas, uma bela alma humana”.

Texto transcrito, com pequenas adaptações, da página organizada pela família de Clóvis Monteiro, com a autorização de Pedro Monteiro B. Bello © 1998 - Todos os direitos reservados.

Qualquer utilização do material aqui exposto sem autorização do autor é expressamente proibida.

Professor Junito Brandão: a simplicidade de uma mente brilhante

Postado em 11 de setembro de 2013 - Marcia Carvalho

Mitólogo nascido na pequena cidade de Aperibé, no Estado do Rio de Janeiro, o professor Junito Brandão (1924-1995) sempre demonstrou vocação para ser um grande estudioso e pesquisador.

Destacou-se na escola de zona rural, onde poucos chegavam a concluir o ensino fundamental. Sua professora, na ocasião, declarou a seus familiares que não teria mais o que lhe ensinar, pois ele já havia adquirido conhecimento igual ao dela.



Prof. Junito (à direita), seus 4 irmãos e sua mãe.

Tamanho era seu brilhantismo e paixão pelo conhecimento, que deu continuidade a seus estudos, de forma a ser considerado o maior conhecedor de literatura grega e latina e de mitologia grega.

Sua trajetória foi lapidada por sua passagem pelo Noviciado no Colégio Anchieta em Nova Friburgo-RJ e pela formação superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Clássicas na Universidade do Estado da Guanabara em 1948. Posteriormente, Prof. Junito cursou Arqueologia, Epigrafia e História da Grécia na Universidade de Atenas, complementando sua formação com o curso de Direito.



Seus primorosos conhecimentos de maior mitólogo brasileiro, professor e escritor, foram partilhados na PUC-Rio, Universidade Gama Filho, Santa Úrsula, UERJ e outras instituições. Atuou como Diretor da Academia Brasileira de Teatro do Rio de Janeiro de 1956 a 1971. Ocupou a cadeira 35, Patrono João Ribeiro, da Academia Brasileira de Filologia e, também, foi membro da Sociedade Propagadora das Belas Artes, Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos e do Instituto Internacional de Heráldica e Genealogia.

Na PUC-Rio, Prof. Junito foi pioneiro em criar a Cátedra de Mitologia Grega e Latina em uma universidade brasileira (1960).

Em sua produção literária, destacam-se várias obras, entre elas: “Teatro Grego: Tragédia e Comédia”, “Os Idílios de Teócrito” e as “Bucólicas de Vergílio”. Também produziu importantes dicionários, livros didáticos, como “Latim para o Ginásio”, e traduções do grego, como “A Rãs”. Outro título, de autoria do Prof. Junito, que merece destaque é a obra “Mitologia Grega”, em 3 volumes, que faz parte, entre outras obras, do acervo da Biblioteca da PUC-Rio.

Fontes consultadas:

Amós Coelho da Silva (2003). *Homenagem a Junito Brandão*. Departamento de Letras Clássicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Página visitada em 05/09/2013.

Brandão, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. [S.l.]: Vozes, 1986. 419 p. 3 vol. vol. I.

Miriam Sutter (2006). *Ao Mestre com Saudades*. Jornal Plástico Boia, nº 13, 2008. Página visitada em 05/09/2013.

MEMÓRIA

William Agel de Mello e seus dicionários

(Sócio-correspondente da ABRAFIL)

Três linguistas de renome (Max Leopold Wagner, Matteo Bartoli e José Leite de Vasconcelos), que se dedicaram ao estudo de três línguas românicas minoritárias (Sardo, Dalmático e Mirandês), ocupam uma posição ímpar no universo das línguas neolatinas, e constituem a maior referência no estudo das línguas estudadas por eles.

Max Leopold Wagner

escreveu *Il Sardo: storia, spirito e forma*.

Matteo Bartoli

escreveu *Das Dalmatische*.

José Leite de Vasconcelos

escreveu *Estudos de Filologia Mirandesa*.

William Agel de Mello em uma contribuição inestimável, no que concerne à lexicografia românica, escreveu o *Dicionário Geral das Línguas Românicas e o Dicionário das Línguas Românicas da Península Ibérica*, com 5 recordes mundiais.

Não menos importante é a sua contribuição no campo da linguística, com a publicação do livro *O idioma panlatino e outros ensaios linguísticos*, no qual apresenta uma tese *sui generis*: “No mundo, existem 2.796 línguas, que se classificam em 12 grupos (ou famílias linguísticas) principais e 50 grupos secundários. Como as línguas se agrupam de acordo com a família genealógica, a ideia básica é instituir, para cada família de línguas, uma língua-síntese – ou panlíngua. Assim, o *panlatino* é a síntese das línguas neolatinas; o *pangermânico*, das línguas germânicas; o *pan-eslavo*, das línguas eslavas, etc.”

NOTICIÁRIO



O Prof. Dr. ANTONIO MARTINS DE ARAÚJO está preparando cerca de quinhentos epigramas de Artur Azevedo, obra que será editada pela gráfica do Senado Federal, com o título de *Gravrochadas*. A obra conterà uma apresentação do autor e muitas notas contextualizadas do saudoso mestre, organizadas por Aluísio Azevedo Sobrinho.

GENTILI - REFLEXÕES

“Como eterno aprendiz, busco a intersecção do equilíbrio entre a verticalidade do Amor e a horizontalidade da Paz.”



ESTUDOS DE LÍNGUA E LITERATURA VII

A ABRAFIL realizará, em 29 e 30.8.2018, das 14,00 h às 18,00 h, o evento Estudos de Língua e Literatura VII, com a seguinte pauta:

Dia 29.8.2018:

14,00 h:

A questão do corpus na descrição do português contemporâneo

Prof. Dr. Ricardo Stavola Cavaliere

15,15 h

A língua portuguesa como fator de liberdade

Prof. Dr. Evanildo Bechara

16,30 h

Dizer, redizer, desdizer

Prof. Dr. Antonio Carlos Secchin

Dia 30.8.2018

14,00 h

Da necessidade do ensino conjunto de língua e de literatura na escola

Prof.^a Dr.^a Terezinha Maia da Fonseca Passos Bittencourt

15,15 h

A diversidade linguística e o ensino de português

Prof.^a Dr.^a Edila Vianna da Silva

16,30 h

O rumor inaudível das palavras

Prof. Dr. Gilberto Mendonça Teles.

DIAGRAMAÇÃO:
EZEQUIEL FRANÇA
franca@folhaimpressa.com.br
(21) 9644-30595

IMPRESSÃO
INGRÁFICA EDITORIAL
Tel.: 3217-9099 – 9644-30595
ingrafica@ediarte.com.br